**EDITAL DO RDC ELETRÔNICO Nº 05/2016**

**DATA DA ABERTURA: 28/07/2016**

**HORÁRIO: 10 HORAS (BRASÍLIA)**

**MODALIDADE:** REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS – RDC.

**OBJETO:** SERVIÇO DE IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE COMBATE A INCÊNDIO E PÂNICO E DO SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS (SPDA) DO CAMPUS MARECHAL DEODORO DO INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS

**Processo nº 23041.013199/2016-21**

**INFORMAÇÕES**

a) A presente licitação reger-se-á pelo disposto neste Edital e seus Anexos, pela Lei nº 12.462, de 05 de agosto de 2011 e Decreto nº 7.581, de 11 de outubro de 2011;

b) A opção pelo RDC resulta no afastamento das normas contidas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, exceto nos casos expressamente previstos na Lei e no Decreto do RDC;

**Optou-se pela adoção do Regime Diferenciado de Contratação (RDC) com o objetivo de garantir maior celeridade ao processo licitatório, visto que esse novo regime possibilitou uma redução significativa de prazos licitatórios em relação aos processos de Concorrência, conduzidos pela Lei nº 8.666/1993, com a possibilidade da inversão de fases e da adoção da forma eletrônica.**

c) Terá fundamento ainda na Lei Federal nº. 5.194, de 24 de dezembro de 1966, que regula o exercício das profissões vinculadas ao CONFEA/CREA, Lei Federal nº. 12.378, de 31 de dezembro de 2010, que regula o exercício das profissões vinculadas ao CAU/BR e CAU's, Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, com as alterações da Lei Complementar nº. 147, de 07 de agosto de 2014 que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pelo [Decreto Nº 8.538, DE 6 de outubro de 2015](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/DEC%208.538-2015?OpenDocument)e pelas demais normas sobre licitação em vigor.

**ÍNDICE**

1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO
2. DO FUNDAMENTO LEGAL, DA FORMA DE EXECUÇÃO DA LICITAÇÃO, DO MODO DE DISPUTA, DO REGIME DE CONTRATAÇÃO E DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO.
3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
4. NÃO PODERÃO PARTICIPAR DESTE RDC
5. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL
6. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS
7. DA SESSÃO PÚBLICA
8. DA FORMULAÇÃO DE LANCES
9. DA DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA NO SISTEMA
10. DO BENEFÍCIO DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE
11. DA NEGOCIAÇÃO E ACEITABILIDADE DA PROPOSTA
12. DA APRESENTAÇÃO E ACEITABILIDADE DA PROPOSTA FINANCEIRA
13. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
14. DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO
15. DOS RECURSOS
16. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
17. DAS SANÇÕES
18. DA CONTRATAÇÃO
19. DA ENTREGA DA OBRA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO
20. DISPOSIÇÕES FINAIS
21. DO FORO

Anexo I – Projeto Básico

Anexo II – Memorial Descritivo

Anexo III – Planilha Orçamentária e Curva ABC

Anexo IV – Cronograma Físico-financeiro.

Anexo V – Atestado de Visita.

Anexo VI – Minuta de Contrato.

Anexo VII – Declaração de Sustentabilidade Ambiental.

Anexo VIII – Declarações Diversas.

Anexo IX – Modelo BDI

Anexo X – Encargos Sociais

**DO ENVIO DOS DOCUMENTOS**

**1**. A licitante melhor classificada deverá encaminhar proposta de preços no prazo máximo de **48 (quarenta e oito) horas**, contados da solicitação da Comissão do Regime Diferenciado de Contratações – RDC, **através do anexo no comprasnet. O prazo poderá ser prorrogado por até 24 (vinte e quatro) horas, desde que solicitado pelo licitante, justificadamente, e aceito pela Comissão do RDC.**

**2**. Após análise pela equipe técnica, bem como, a aceitação pela Comissão do RDC, o licitante deverá encaminhar os documentos de habilitação no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas**, contados da solicitação da Comissão do RDC, **através do anexo no comprasnet.**

**3**. A Comissão do RDC não se responsabilizará por documentos extraviados, nem os que chegarem fora dos prazos estabelecidos.

**4.** Os prazos previstos neste edital iniciam e expiram exclusivamente em dia de expediente no âmbito do órgão ou entidade.

**EDITAL DO RDC ELETRÔNICO Nº 05/2016**

**O INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS**, representado por sua **Reitoria** em **Maceió/AL**, por intermédio da Comissão do Regime Diferenciado de Contratações – RDC, instituída pela Portaria nº301/GR, de 19 de fevereiro de 2016, torna público, para conhecimento dos interessados, a abertura da licitação, na forma eletrônica**,** destinada à **contratação de empresa de engenharia para execução total do SERVIÇO DE IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE COMBATE A INCÊNDIO E PÂNICO E DO SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS (SPDA) DO CAMPUS MARECHAL DEODORO DO INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS**, tudo fundamentado na Lei nº 12.462, de 05 de agosto de 2011 e Decreto nº 7.581, de 11 de outubro de 2011, de acordo com as exigências e demais condições e especificações expressas neste Edital e em seus Anexos, constante do Processo nº **23041.013199/2016-21.**

1. **DO OBJETO DA LICITAÇÃO**

**1.1** A presente licitação tem por objeto a **contratação de empresa de engenharia para execução total do SERVIÇO DE IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE COMBATE A INCÊNDIO E PÂNICO E DO SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS (SPDA) DO CAMPUS MARECHAL DEODORO DO INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS.** O regime será o de execução indireta por empreitada por **Preço Unitário**, de Forma Contínua, com fornecimento total de materiais, equipamentos e mão-de-obra**,** de acordo com as exigências, quantidades e especificações constantes do presente Edital e seus anexos;

**Endereço de execução do serviço:** Rua Lourival Alfredo, Nº 176, Poeira. Marechal Deodoro/AL. CEP 57160-000. Telefones: (82) 3194.6000/ 3263-1100

**1.2** O Edital e seus Anexos poderão ser retirados nos sítios [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br/) ou [www.ifal.edu.br](http://www.ifal.edu.br/) (http://www2.ifal.edu.br/transparencia/licitacoes/2016/regime-diferenciado-de-contratacoes-publicas-rdc). A Reitoria fica localizada na Rua Odilon Vasconcelos, n.103, Jatiúca, Maceió-Al (CEP 57035-660)– telefones de contatos (82) 3194-1159/3194-1167;

**1.3** Os esclarecimentos de dúvidas quanto ao Edital e seus Anexos poderão ser solicitados, preferencialmente, via e-mail, **cpl.reitoria@ifal.edu.br**, no horário comercial, de 2ª a 6ª feira, até 05 (cinco) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da licitação, ou, fisicamente, protocolando petição na Reitoria deste IFAL. Os esclarecimentos prestados serão estendidos a todos os adquirentes do Edital e disponibilizados no sítio do IFAL e comprasnet.

1. **DO FUNDAMENTO LEGAL, DA FORMA DE EXECUÇÃO DA LICITAÇÃO, DO MODO DE DISPUTA, DO REGIME DE CONTRATAÇÃO E DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO.**

**2.1**. A presente licitação reger-se-á pelo disposto neste Edital e seus Anexos e pela Lei nº 12.462, de 05 de Agosto de 2011 e Decreto nº 7.581, de 11 de outubro de 2011;

**2.2.** Forma de Execução da Licitação: A licitação será realizada na forma **ELETRÔNICA**, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação;

**2.3**. Modo de Disputa: **ABERTO**;

**2.4** Lances intermediários até a definição da melhor proposta: **SIM**;

**2.5**. Regime de Contratação: **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**;

2.5.1 Conforme relata o acórdão do TCU nº 1.978/2013 - Plenário o regime de empreitada por preço global deve ser empregado quando se tenha certezas acerca dos quantitativos dos serviços mais relevantes, caso contrário deve-se adotar o regime de empreitada por preço unitário. O objeto deste processo é a implantação do sistema de combate a incêndio e pânico e do sistema de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA) docampus Marechal Deodoro, projeto que já foi aprovado pelo Corpo dos Bombeiros. O quantitativo da grande maioria dos serviços presente na planilha possui elevado grau de precisão na planilha orçamentária, porém por se tratar de uma intervenção em um prédio com cerca de 30 anos, incluindo serviços de escavação, pintura e de demolição, cujos quantitativos não podem ser precisos, apesar de se estimar que a margem de erro seja inferior a 10%, devido à simplicidade da obra. Assim, optou-se por adotar a empreitada por preço UNITÁRIO.

**2.6**. Critério de Julgamento: **MENOR PREÇO GLOBAL;**

**2.7** Orçamento: **NÃO SIGILOSO**.

2.7.1 Apesar do RDC possuir a opção de orçamento-sigiloso, optou-se por um orçamento não-sigiloso, pois o sigilo dos preços aumenta a possibilidade de fracasso na licitação, já que pode ocorrer que todas as empresas estejam com valores de propostas em patamar superior ao critério de aceitabilidade fixado pela Administração. Além disso, o orçamento-sigiloso pode também resultar em uma licitação deserta, visto que se o empresário, ao estar ciente do valor que poderá ser cobrado, terá mais motivação para que esses custos sejam realizados, mesmo com o risco de não se sagrar vencedor. Atua como agravante a urgência na construção do muro ao redor do terreno do campus, pois o local já foi invadido e depredado, de modo que o prejuízo de um atraso será maior do que o benefício de desatrelar as propostas das empresas do orçamento-base, fato esse que consiste em entendimento do TCU no Acórdão nº3.011/2012- Plenário.

1. **DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

**3.1**. Poderão participar deste RDC os interessados, que atenderem ao Edital, e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio do sítio [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br/). E ainda que tenha especificado, como objetivo social da empresa, expresso no estatuto ou Contrato Social, atividade pertinente e compatível com o objeto desta Licitação.

* + 1. O cadastramento e a habilitação parcial do licitante no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, de que trata a Instrução Normativa MARE-GM nº 05, de 21 de julho de 1995, são válidos como parte dos requisitos mínimos da habilitação.
    2. O cadastramento e a habilitação parcial no SICAF poderão ser realizados em qualquer unidade dos órgãos/entidades que integram o Sistema de Serviços Gerais – SIASG, localizados nas Unidades da Federação antes da data prevista para recebimento e abertura dos envelopes.
    3. Caso o licitante não possua o cadastramento e a habilitação parcial no SICAF poderá participar da licitação apresentando todos os documentos exigidos no item 8 deste Edital para a habilitação.

**3.2.** Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste RDC deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à SLTI, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização;

**3.3.** O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ele efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao IFAL responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

1. **NÃO PODERÃO PARTICIPAR DESTE RDC**
   1. Empresa em processo de recuperação judicial, concordata, falência, fusão, cisão ou incorporação; sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
   2. Consórcios de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição, de acordo com o subitem 3.9 do Projeto Básico (Anexo I);
      1. As empresas suspensas ou impedidas de licitar ou contratar com o IFAL; e
      2. As empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública.
   3. Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;
   4. Empresa que seu ato de constituição (estatuto, contrato social ou outro) não inclua o objeto deste RDC;

4.5. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos produtos, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

Pessoa física ou jurídica que elaborou, isoladamente ou em consórcio (se for o caso), o projeto básico correspondente;

Pessoa jurídica da qual o autor do projeto básico ou executivo seja administrador, sócio com mais de cinco por cento do capital votante, controlador, gerente, responsável técnico ou subcontratado, ou,

Servidor público ou ocupante de cargo em comissão no IFAL ou responsável pela licitação.

Para fins do disposto, considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimento e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários;

O disposto no subitem acima se aplica aos membros da COMISSÃO, na condução do RDC.

Nenhuma licitante poderá participar desta licitação com mais de uma PROPOSTA DE PREÇOS.

A participação na presente licitação implica a aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes deste Edital e de seus Anexos, bem como a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.

**5 DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL**

**5.1**. Até 05 (cinco) dias úteis antes da data de abertura das propostas, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste RDC através do e-mail [**cpl.reitoria@ifal.edu.br**](mailto:cpl.reitoria@ifal.edu.br)**,** ou, fisicamente, protocolando petição na Reitoria deste IFAL.

**5.2**. A Comissão do RDC, auxiliada pelo setor técnico competente, decidirá sobre a impugnação no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, caso contrário poderá abrir ou suspender a sessão, na forma da lei, antes do julgamento do mérito, se for o caso.

**5.3**. Acolhida a impugnação contra este edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

**5.4**. Os pedidos de esclarecimentos devem ser enviados a Comissão do RDC até 05 (cinco) dias úteis antes da data de abertura das propostas, pelo e-mail[**cpl.reitoria@ifal.edu.br**](mailto:cpl.reitoria@ifal.edu.br)**,** ou, fisicamente, protocolando petição na Reitoria deste IFAL.

**5.5.** As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no fax e/ou no e-mail indicado pela licitante, podendo ainda, ser disponibilizado no Comprasnet.

**6 DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS**

**6.1** Os licitantes responsabilizar-se-ão por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico (**www.comprasnet.gov.br**), assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao IFAL responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**6.2** Caberão aos licitantes acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do RDC, ficando-os responsáveis pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**6.3** A participação no RDC eletrônico dar-se-á pela utilização da senha privativa do licitante.

**6.4** Até à data e horário fixado para a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

**6.5** Como requisito para participação no RDC eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do preestabelecidas neste edital e seus anexos.

**6.6** Qualquer elemento que possa identificar a licitante, anterior a fase da aceitação da proposta, importará na imediata desclassificação da empresa.

**6.7** Na Proposta de Preços deverão constar as seguintes condições:

**6.7.1** A empresa **deverá mencionar** a descrição detalhada do objeto ofertado.

**6.7.2** Prazo de validade da proposta não inferior a **120 (cento e vinte)** dias corridos, a contar da data de sua apresentação e do início e término do serviço não superior aos prazos constantes no Projeto Básico (e/ou Cronograma Físico-Financeiro), contados a partir do recebimento da ordem de serviço pela contratada. Em caso de omissão, o prazo de início do serviço será de no máximo 30 (trinta) dias corridos, a contar partir do recebimento da ordem de serviço pela contratada.

**6.7.3** Declaração expressa que os preços contidos na proposta incluem todos os custos e despesas, e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus anexos.

**6.8**. O licitante **deverá declarar**, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do edital;

**6.9**. O licitante **deverá declarar**, em campo próprio do Sistema, sob pena de inabilitação, que não emprega menores de dezoito em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos;

**6.10**. O licitante enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte **deverá declarar**, em campo próprio do Sistema, que atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei;

**6.11** A VISITA AO LOCAL DAS OBRAS É FACULTATIVA, NO ENTANTO, A EMPRESA QUE OPTAR POR NÃO REALIZÁ-LA DEVERÁ DECLARAR QUE ASSUME TODOS OS RISCOS PROVENIENTES DA EXECUÇÃO DO CONTRATO, TENDO EM VISTA, QUE NÃO ACEITAREMOS RECLAMAÇÕES POSTERIORES.

6.11.1 **Endereço de execução do serviço:** Rua Lourival Alfredo, Nº 176, Poeira. Marechal Deodoro/AL. CEP 57160-000. Telefones: (82) 3194.6000/ 3263-1100.

6.11.2 Contato para agendamento: Sérgio Ciríaco (981139243)/ Comissão de RDC (981115227/3194-1159).

**6.12.** A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital;

**6.13**. As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico, entretanto, até a abertura da sessão, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada;

**6.14** A proposta deverá constar oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

**6.15** Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título.

**6.16** Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências deste Edital e seus Anexos, sejam omissos ou apresentem irregularidades, ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

**6.17** A apresentação da proposta implicará na plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

**6.18** Os preços ofertados serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer pretexto.

**6.19** A proposta vencedora provisoriamente ajustada ao último lance dado, deverá ser encaminhada ao presidente da Comissão de RDC juntamente com a **planilha de formação de preços**, mediante sua solicitação através do chat. O envio deverá ser feito exclusivamente via anexo do sistema Comprasnet, salvo disposição contrária do pregoeiro expressa no chat.

**6.19.1** Outros documentos necessários para avaliação da proposta deverão seguir as mesmas regras de envio do item 6.19.

**6.20**O orçamento estimativo (da Administração) foi elaborado em maio/2016, baseados na tabela de preços de serviços e (ou) insumos, publicados mensalmente pela Caixa Econômica Federal, Sistema SINAPI de março de 2016.

**6.21**. A cotação apresentada e considerada para efeito de julgamento será de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

**6.22**. Conforme inciso III, § 2º, do Decreto nº 7.581/11 o contratado deverá conceder livre acesso aos seus documentos e registros contábeis, referentes ao objeto da licitação, para os servidores ou empregados do órgão ou entidade contratante e dos órgãos de controle interno e externo.

**6.23** O licitante que descumprir o disposto no item 6.19 será desclassificado.

**6.24** O edital encontra-se disponível, sem custo, no sítio www.ifal.edu.br e no sítio [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br/) na internet.

1. **DA SESSÃO PÚBLICA**

**7.1** A abertura da sessão pública deste certame será conduzida pela Comissão do Regime Diferenciado de Contratações – RDC ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no sítio [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br/).

**7.2**. Durante a sessão pública, a comunicação entre a Comissão do RDC e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

**7.3** Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do RDC, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema, pela Comissão do RDC ou de sua desconexão.

1. **DA DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA NO SISTEMA**

**8.1**. A Comissão do RDC verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital. A análise técnica será procedida pelo setor de engenharia;

**8.2**. Somente os licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances;

**8.3.** Qualquer elemento que possa identificar o licitante, antes da fase de aceitação, importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste edital; entende-se como licitante, o fornecedor, o fabricante, o importador, o representante, o distribuidor, ou qualquer outra forma de identificação, enfim, qualquer elemento que possa lhe identificar.

1. **DA FORMULAÇÃO DE LANCES**

**9.1**. **O modo de disputa será aberto,** onde aberta a etapa competitiva, os licitantes classificados poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do horário e valor consignados no registro de cada lance.

9**.2**. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado no sistema.

9**.3**. Durante o transcurso da sessão, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, **mantendo-se em sigilo a identificação do ofertante.**

9**.4.** Em caso de empate entre 2 (duas) ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

I - disputa final, em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta fechada em ato contínuo à classificação;

II - a avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, desde que exista sistema objetivo de avaliação instituído;

III - os critérios estabelecidos no [art. 3o da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8248.htm#art3), e no [§ 2º do art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8666cons.htm#art3§2) e

IV - sorteio.

**9.5**. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

**9.6**. Durante a fase de lances, a Comissão do RDC poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

**9.7.** Se ocorrer a desconexão da Comissão do RDC no decorrer da etapa de lances e o sistema eletrônico permanecerem acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

**9.8**. No caso de a desconexão da Comissão do RDC de Licitação persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do RDC será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no sítio www.comprasnet.gov.br.

**9.9.** O encerramento da fase de lances será decidido pelo Presidente da Comissão do RDC, que informará, com cinco minutos de antecedência, o horário previsto.

**9.10**. Decorrido o prazo fixado, o Presidente encerrará a fase de lances.

**9.11**. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o Presidente poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta.

**9.12**. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**9.13**. O Presidente anunciará o lance vencedor imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após a negociação e decisão acerca da aceitação do lance de menor valor.

**9.14**. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

1. **DO BENEFÍCIO DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

**10.1**. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte que seja igual ou até 10% (dez por cento) superior à proposta mais bem classificada, proceder-se-á da seguinte forma:

**10.1.1**. A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, contados do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente inferior à proposta do primeiro colocado, **I** situação em que, atendidas as exigências habilitatórias e observado o valor estimado para a contratação, será adjudicado em seu favor o objeto deste RDC;

**10.1.2** Não sendo vencedora a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma do subitem anterior, o sistema, de forma automática, convocará os licitantes remanescentes que porventura se enquadrem na situação.

**10.1.3** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido nesta condição, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente à vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate;

**10.1.4** O convocado que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto na Lei Complementar nº 147/2014.

**10.2** Na hipótese de não contratação nos termos previstos nesta condição, o procedimento licitatório prossegue com os demais licitantes.

1. **DA NEGOCIAÇÃO E ACEITABILIDADE DA PROPOSTA**

**11.1** A Comissão do RDC poderá encaminhar contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

**11.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**11.3.** Na verificação da conformidade da melhor proposta apresentada (aquela que tiver seu preço aceito) com os requisitos do instrumento convocatório, será desclassificado caso:

**11.3.1**. Contenha vícios insanáveis;

**11.3.2.** Não obedeça às especificações técnicas previstas no instrumento convocatório;

**11.3.3.** Apresente preço manifestamente inexequível ou permaneça acima do orçamento estimado para a contratação, inclusive nas hipóteses previstas no caput do art. 9º do Decreto 7.581/11.

**11.3.4.** Não tenha sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração Pública; ou,

**11.3.5.** Apresente desconformidade com quaisquer outras exigências do instrumento convocatório, desde que insanável.

**11.4.** A Comissão de RDC poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta ou exigir do licitante que ela seja demonstrada.

**11.4.1.** Consideram-se inexequíveis as propostas com valores globais inferiores a **70% (setenta por cento)** do menor dos seguintes valores:

a) Média aritmética dos valores das propostas superiores a **50% (cinquenta por cento)** do valor do orçamento estimado pela administração pública, ou,

b) Valor do orçamento estimado pela Administração Pública.

**11.5** A administração conferirá ao licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta através de um relatório técnico substanciado.

**11.6** Após o encerramento da fase de apresentação de propostas, a comissão de licitação classificará as propostas por ordem decrescente de vantajosidade.

**11.7** Encerrado o julgamento, será disponibilizada a respectiva ata, com a ordem de classificação das propostas.

1. **DA APRESENTAÇÃO E ACEITABILIDADE DA PROPOSTA FINANCEIRA**

**12.1**. A licitante **melhor classificada e** **que tiver seu preço aceito** deverá apresentar a **proposta financeira (planilha de formação de preços)** propriamente dita, composta obrigatoriamente, dos seguintes documentos, os quais devem estar anexados à referida proposta financeira:

**a) Planilha orçamentária sintética**, elaborada usando-se duas casas decimais, sendo que o resultado da multiplicação do preço unitário pela quantidade deverá ser exata, bem como a soma dos itens multiplicação do preço unitário pela quantidade deverá ser exata, bem como a soma dos itens. Deverão ficar discriminados quantidades, unidades, preços unitários, parciais e totais da obra, Deverá ser adotado o modelo do Anexo III, com a indicação do percentual adotado do BDI. Este percentual deverá, assim como consta no modelo, ser adicionado ao valor total da obra (sem BDI) para se obter o valor global. O licitante não deverá aplicar o percentual do BDI no preço unitário de cada item, apenas no valor total;

a.1) Os preços unitários e parciais de cada item deverão ser escritos em algarismos e o preço global em algarismos e por extenso, na expressão monetária vigente no País, para execução completa da obra ou serviço;

a.2) Nos preços cotados deverão estar inclusos todos os tributos, as taxas, os encargos sociais, previdenciários e trabalhistas, todos os equipamentos, instrumentos, ferramentas e máquinas necessárias ao desenvolvimento dos trabalhos, enfim, quaisquer outras despesas necessárias à realização dos serviços, bem assim, deduzidos quaisquer descontos que venham a ser concedidos. A taxa de rateio da administração central, os percentuais de tributos incidentes sobre o preço do serviço, excluídos aqueles de natureza direta e personalística que oneram o contratado, a taxa de risco, seguro e garantia do empreendimento e a taxa de lucro, comporão, no mínimo, o BDI.

**b)** **Planilha de composição de custos unitários (analítica) dos itens da planilha orçamentária considerados materialmente relevantes**, ou seja, aqueles de maior impacto no valor total da proposta e que, somados, representem pelo menos oitenta por cento do valor total do orçamento estimado ou que sejam considerados essenciais à funcionalidade da obra ou do serviço de engenharia, os quais correspondem aos itens do grupo A da curva ABC apresentada no anexo III deste edital. A planilha de composição de custos unitários (analítica) deverá ser numerada observando a mesma sequência dos itens da planilha orçamentária sintética.

**c) Cronograma físico e financeiro, conforme Anexo IV.**

**d) Composição da taxa de BDI (Bonificação e Despesas Indiretas),** e a metodologia utilizada para sua obtenção, que contenha, no mínimo, taxa de rateio da administração central, percentuais de tributos incidentes sobre o preço do serviço, excluídos aqueles de natureza direta e personalística que oneram o contratado, taxa de risco, seguro e garantia do empreendimento e taxa de lucro, sendo vetada a inclusão de Contribuição Social Sobre Lucro Líquido - CSLL e Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, nesta composição. Para composição do BDI as licitantes deverão adotar a fórmula, em conformidade com o julgado do Tribunal de Contas da União (TCU) por meio do Acórdão 2.622/2013, conforme **Anexo IX.**;

**e) Composição dos Encargos Sociais** adotados na proposta. Composição dos Encargos Sociais adotados na proposta. Não serão aceitos índices diferente dos estabelecidos na legislação vigente para o licitante (Anexo X) ;

**12.2**. A não apresentação de qualquer um dos documentos citados no item anterior acarretará em desclassificação do licitante.

**12.3**. Na divergência entre o custo constante da planilha de composição de custos unitários e o constante da planilha de orçamento sintético, bem como cálculos errados da composição, a proposta será desclassificada, caso seja insanável.

**12.4**. Na análise da proposta de preços será verificado o atendimento de todas as especificações e condições, estabelecidas neste edital e seus anexos.

**12.5** Analisada a aceitabilidade do preço obtido, o Presidente do RDC divulgará o resultado do julgamento das propostas de preços.

**12.6**. O licitante que abandona o certame ou deixar de enviar a documentação indicada nesta condição será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

**12.7**. A Comissão do RDC poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do IFAL.

**12.8**. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

**12.9**. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado.

**12.10.** No preço proposto já deverão estar inclusas todas as despesas e tributos.

**12.11 A proposta deverá conter ainda:**

**a)** A indicação e descrição detalhada das características técnicas da obra que compõe o objeto desta licitação, em conformidade com os requisitos, especificações e condições estipuladas neste Edital, e demais especificações que permitam aferir com precisão ao solicitado no edital;

**b)** A razão social da proponente, endereço completo, telefone, endereço eletrônico (e-mail), mencionando o banco, número da conta corrente e da agência bancária no qual serão depositados os pagamentos se a Licitante se sagrar vencedora do certame;

**c)** O prazo de início, de conclusão e de garantia da obra, bem como o de validade da proposta e o de pagamento, na forma descrita neste edital e seus anexos, donde caso a proposta não conste estas informações, serão considerados os prazos do edital.

**12.12** SERÁ CONCEDIDO UM PRAZO DE **48 (QUARENTA E OITO) HORAS** PARA A EMPRESA MAIS BEM CLASSIFICADA APRESENTAR A PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS, BEM COMO A DOCUMENTAÇÃO SOLICITADA PELO PRESIDENTE DO RDC. ESSE PRAZO PODERÁ SER PRORROGADO POR ATÉ 24 (VINTE E QUATRO) HORAS, DESDE QUE SOLICITADO PELA EMPRESA, E, ACEITO PELA COMISSÃO DO RDC.

**12.13. DA ACEITABILIDADE**

**12.13.1** Conforme Art. 42 do Decreto nº 7.581/2011, a economicidade da proposta (planilha de formação de preços) será aferida com base nos custos globais e unitários. Segundo [§ 2](http://www.jusbrasil.com.br/topicos/26388432/art-42-2-do-decreto-7581-11)**º desse mesmo artigo,** cuja redação foi alterada pelo Decreto nº 8.080, de 2013, no caso de adoção do regime de empreitada por preço unitário, os custos unitários dos itens materialmente relevantes das propostas não podem exceder os custos unitários estabelecidos no orçamento estimado pela administração pública, observadas as seguintes condições:

[**I**](http://www.jusbrasil.com.br/topicos/26388430/art-42-2-inc-i-do-decreto-7581-11)- serão considerados itens materialmente relevantes aqueles de maior impacto no valor total da proposta e que, somados, representem pelo menos oitenta por cento do valor total do orçamento estimado ou que sejam considerados essenciais à funcionalidade da obra ou do serviço de engenharia; e

[**II**](http://www.jusbrasil.com.br/topicos/26388428/art-42-2-inc-ii-do-decreto-7581-11)- em situações especiais, devidamente comprovadas pelo licitante em relatório técnico circunstanciado aprovado pela administração pública, poderão ser aceitos custos unitários superiores àqueles constantes do orçamento estimado em relação aos itens materialmente relevantes, sem prejuízo da avaliação dos órgãos de controle, dispensada a compensação em qualquer outro serviço do orçamento de referência;

**12.13.1.1** Conforme **§ 3**º do Art. 42 do Decreto nº7.581/2011, se o relatório técnico de que trata o inciso II do §2o não for aprovado pela administração pública, aplica-se o disposto no art. 62, salvo se o licitante apresentar nova proposta, com adequação dos custos unitários propostos aos limites previstos no §2o, sem alteração do valor global da proposta. O art. 62 determina que é facultado à administração pública, quando o convocado não assinar o termo de contrato, ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo e condições estabelecidos:

[**I**](http://www.jusbrasil.com.br/topicos/26388246/art-62-inc-i-do-decreto-7581-11)- revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das cominações previstas na Lei no 8.666, de 1993, e neste Decreto; ou

[**II**](http://www.jusbrasil.com.br/topicos/26388242/art-62-inc-ii-do-decreto-7581-11)- convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas pelo licitante vencedor.

1. **DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**13.1** Apresentar regularidade no SICAF, estando validado nos seguintes níveis: **I - Credenciamento; II – Habilitação Jurídica, III – Regularidade Fiscal Federal, IV – Regularidade Fiscal Estadual/Municipal, V – Qualificação Técnica e VI – Qualificação Econômica e Financeira será** confirmada por meio de consulta “ON-LINE” no SICAF, sendo esta consulta parte integrante do processo (Art. 4, §3, da Instrução Normativa nº 02, de 11 de Outubro de 2013). Será confirmada por meio de consulta “ON-LINE”, no ato da abertura da licitação. A referida consulta é parte integrante do processo;

**13.2** Apresentar Declaração de Inexistência de Fato Superveniente Impeditivo da habilitação, na forma do § 2º, Art. 32, da Lei N.º 8.666/93 e suas alterações e determinação da IN N.º 05/95-MARE, item 8, subitem 8.11. (Modelo no Manual do SICAF, página 132). Conforme comprasnet.

**13.3** Apresentar declaração de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos (modelo no comprasnet).

**13.4** As empresas não cadastradas no SICAF, só poderão participar, caso providenciem o mesmo até três dias antes do recebimento das propostas;

**13.5** A falta de credenciamento não inabilita a concorrente, todavia, impede o representante não credenciado de promover qualquer interferência no procedimento licitatório;

**13.6 Conforme informado anteriormente, a** licitante **PODERÁ** vistoriar o (s) local (is) onde serão executadas as obras/serviços objeto desta licitação, por intermédio de representante legal, devidamente qualificado em engenharia civil ou arquitetura. Deverá apresentar declaração (ANEXO V) firmada pelo responsável pela empresa licitante, em nome do licitante, de que vistoriou os locais onde serão executados os serviços, e de que tem pleno conhecimento das condições locais e de todos os elementos técnicos fornecidos pela Comissão de RDC do IFAL, necessários ao cumprimento das obrigações do objeto da licitação. Em nenhuma hipótese será aceita a alegação de que desconhecia a peculiaridade e ou dificuldade para a implantação/ execução dos serviços do objeto do presente certame;

**13.7** Apresentar Declaração de Elaboração Independente de Propostas (modelo no comprasnet).

**13.8** Declarar que desenvolverá suas atividades obedecendo aos critérios de sustentabilidade ambiental para serviços e obras de engenharia na administração Pública Federal, conforme dispõe a Instrução Normativa nº. 01, de 19 de janeiro de 2010, do Secretário de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – Rogério Santana dos Santos, conforme os seguintes critérios (ANEXO VII) :

i.1 De acordo com o Art. 6 da Instrução Normativa citada, as empresas contratadas deverão adotar as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

I – use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

II – adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto n~~º~~ 48.138, de 8 de outubro de 2003;

III – Observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

IV – forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

V - realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

 VI - realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE n~~º~~ 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto n~~º~~ 5.940, de 25 de outubro de 2006;

 VII – respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e,

VIII – destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA n~~º~~ 257, de 30 de junho de 1999.

**13.9** A licitante vencedora deverá apresentar **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou Positiva com Efeito de Negativa**, expedida gratuita e eletronicamente, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, conforme a Lei nº 12.440 de 07 de julho de 2011, a validade da certidão negativa de débitos trabalhista - CNDT, a que se refere à lei nº 12.440, de 7/07/2011, com base no inciso XIII, do art. 55 da lei nº 8.666, de 1993, está condicionada àquela disponível para emissão no sítio [www.tst.jus.br/certidao](http://WWW.TST.JUS.BR/CERTIDAO) na fase de habilitação, que revela a atual situação da licitante, ou seja, caso haja mais de um documento válido, isto é, dentro do prazo de cento e oitenta dias, prevalecerá à certidão mais recente sobre a mais antiga. Esta certidão será verificada pela CPL no dia da sessão pública e será válida para efeitos de habilitação.

**13.10** Certidões de registro ou inscrição da empresa licitante e de seu responsável técnico junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado de Alagoas ou da sede da concorrente, acompanhado de Acervo Técnico devidamente registrado no CREA, e compatível com o objeto licitado ou superior. Caso a empresa vencedora do certame seja sediada em outra Unidade da Federação, será exigido o visto da Certidão de Registro no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado de Alagoas, como condição para a assinatura do contrato;

**13.11** Em nenhuma hipótese serão recebidos documentos fora dos prazos estabelecidos neste Edital;

**13.12** Não poderão participar da presente licitação as empresas que tenham, anteriormente, descumprido compromissos técnicos e/ou financeiros com este IFAL ou outras entidades da Administração Pública Federal ou sofrida sanções previstas nos artigos 81 a 88 da lei n.º 8.666/93 e suas alterações.

**13.13** A simples irregularidade formal, que evidencie lapso isenta de má fé e que não afete o conteúdo e idoneidade do documento, a critério da Comissão do RDC, não será causa de inabilitação;

**13.14** É vedada a participação de consórcios ou grupos de empresas;

**13.15** Caso todos os licitantes sejam inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, será fixado o prazo de **8 (oito) dias úteis** para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas;

**13.16** A empresa deverá possuir capital social mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado. Será levado em consideração o somatório dos lotes para efeito de cálculos. A não comprovação será causa de inabilitação da empresa;

**13.17** Certidões Negativas de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de Execução Patrimonial, emitida nos últimos 30 (trinta) dias;

**13.18** Será exigida das empresas a comprovação de possuir profissional devidamente registrado no CREA, que apresentarão posteriormente a fiscalização do contrato ARTS dos projetos/execuções dos serviços que assim exigirem.

**13.19** AS MICROEMPRESAS E AS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE DEVERÃO APRESENTAR CERTIDÃO EXPEDIDA PELA JUNTA COMERCIAL OU PELO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS, CONFORME O CASO, QUE COMPROVE A CONDIÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, NOS TERMOS DO ARTIGO 8° DA INSTRUÇÃO NORMATIVA N° 103, DE 30/04/2007, DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO – DNRC.

**13.20** Relativamente à **regularidade fiscal**, As empresas não cadastradas no SICAF deverão **comprovar** os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto, conforme estabelecido no § 1° do art. 22, da Lei n. 8.666/93 a seguir relacionados:

**a)** Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ do Ministério da Fazenda;

**b)** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal ou distrital, conforme o caso, relativa à sede e domicílio do licitante, pertinente ao ramo de atividade que exerce e compatível com o objeto desta licitação;

**c)** Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal;

**d)** Prova de regularidade perante a Seguridade Social e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

**d.1)** Certidão Negativa de Débito – CND, emitida pelo Instituto Nacional do Seguro Social -INSS;

**d.2)** CRF - Certificado de Regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal, conforme alínea “a”, do artigo 27, da Lei nº 8.036/1990, devidamente atualizado;;

**e)** Prova da regularidade para com a Fazenda Estadual;

**f)**Prova da regularidade para com a Fazenda municipal ou distrital;

* 1. Relativamente à **qualificação econômico-financeira**, o licitante deverá apresentar:
     1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, integrante do livro diário devidamente chancelado nos termos de abertura e encerramento, ou balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social devidamente registrado na junta comercial, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado, quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta, tomando como base a variação ocorrida no período, do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), publicado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, ou outro indicador que o venha a substituir;
        1. Serão considerados aceitos como na forma da Lei, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

1. Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedade anônima)

- publicados em Diário Oficial; ou

- publicados em jornal de grande circulação; ou

- por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.

1. Sociedades limitadas (Ltda.)

- por fotocópia do Livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente; ou

- fotocópia do balanço e das demonstrações contábeis devidamente registradas ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.

1. Sociedades sujeitas ao regime estabelecido pela Lei Complementar nº. 123, de 14/12/06 – Estatuto da Microempresa e da Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional

- por fotocópia do Livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente chancelado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente; ou

- fotocópia do balanço e das demonstrações contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.

1. Sociedade criada no exercício em curso

- fotocópia do balanço de abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.

* + - 1. O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinadas por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.
      2. Deverá ser comprovada a boa situação econômico-financeira dos licitantes, que será demonstrada com base nos seguintes parâmetros, sendo inabilitados os que apresentarem resultado igual ou menor que 01 (um), em qualquer dos índices abaixo, salvo se atenderem ao disposto no item 15.21.1.4 do Edital:

I) Índice de Liquidez Geral (LG), onde:

LG = ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

II) Índice de Solvência Geral (SG), onde:

SG = \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ATIVO TOTAL\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

III) Índice de Liquidez Corrente (LC), onde:

LC = \_\_ATIVO CIRCULANTE

PASSIVO CIRCULANTE

* + - 1. O licitante que não atender ao subitem 15.21.1.3 fica obrigado a comprovar, na data de apresentação das propostas, por intermédio de seu Balanço Patrimonial, que possui Capital ou Patrimônio Líquido Mínimo no valor de R$ 63.772,74 (sessenta e três mil, setecentos e setenta e dois reais e setenta e quatro centavos), que corresponde a 10% (dez por cento) do valor global proposto para o objeto licitado.
      2. Enquadra-se nesta exigência do capital mínimo, a sociedade criada no exercício em curso.
      3. A Habilitação Jurídica, a Regularidade Fiscal e a Qualificação Econômico-Financeira, serão comprovadas mediante regular cadastro e habilitação parcial no SICAF, na forma do parágrafo primeiro, do artigo 1º, do Decreto nº 4.485/02, exceto no que se refere a comprovação do subitem 14.21.1.4 acima.
      4. O licitante considerado microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), conforme incisos I e II do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123 de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº. 147 de 07 de agosto de 2014 e que pretender se beneficiar nesta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto na referida Lei, deverá apresentar dentro do envelope nº. 01, certidão expedida pela Junta Comercial, nos termos do art. 8°, da Instrução Normativa n° 103, de 30 de abril de 2007, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e uma Declaração de enquadramento como microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), conforme modelo constante do Anexo XI, deste Edital. As empresas enquadradas no regime diferenciado e favorecido das microempresas e empresas de pequeno porte que não apresentarem a declaração prevista neste subitem poderão participar normalmente do certame, porém, em igualdade de condições com as empresas não enquadradas neste regime.
      5. A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do Contrato.
      6. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação no presente certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.
      7. Na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal quando da comprovação de que trata o **caput**, será assegurado prazo de cinco dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa (Art. 4. do Decreto nº 8.538/15). O prazo para regularização fiscal será contado a partir:

I - da divulgação do resultado da fase de habilitação, na licitação na modalidade pregão e nas regidas pelo Regime Diferenciado de Contratações Públicas sem inversão de fases; ou

II - da divulgação do resultado do julgamento das propostas, nas modalidades de licitação previstas na [Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8666cons.htm), e nas regidas pelo Regime Diferenciado de Contratações Públicas com a inversão de fases.

13.21.1.11 A prorrogação do prazo previsto no sub item 13.21.1.10 poderá ser concedida, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa. A abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá após  os prazos de regularização fiscal de que tratam os sub itens 13.21.1.10 e 13.21.1.11. A não regularização da documentação no prazo previsto nos sub itens 13.21.1.10 e 13.21.1.11 implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87 da Lei n~~º~~ 8.666, de 1993, sendo facultado à administração pública convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

* + - 1. Os documentos exigidos deverão estar com prazo de validade em vigor na data da apresentação das propostas.
      2. Os documentos que dependam de prazo de validade e que esta não esteja especificada no próprio corpo, em lei, ou neste Edital, devem ter sido expedidos, no máximo, até 60 (sessenta) dias anteriores à data da apresentação das propostas.
      3. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação, deverão estar em nome do licitante e, com o número do CNPJ e endereço da matriz, se o licitante for matriz, e da filial se o licitante for filial. Serão dispensados da obrigatoriedade de constar no nome e no número do CNPJ da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
      4. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
      5. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome e com o CNPJ da matriz e/ou da (s) filial (ais), do licitante.
      6. Todos os documentos de habilitação emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por Tradutor Juramentado, e também devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos. Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos.
  1. Relativamente à **habilitação jurídica**, o licitante deverá apresentar

a)Ato constitutivo, estatuto ou Contrato social em vigor do licitante, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

b)Inscrição do ato constitutivo em Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício.

**13.23** Relativamente à **qualificação técnica:**

**13.23.1** Certidão de Registro de Pessoa Jurídica, expedido pelo CREA/CAU-BR, na qual conste no quadro de responsáveis técnicos, pelo menos 1 (um) profissional habilitado com atribuições compatíveis com o objeto licitado.

**13.23.2** Atestado(s) comprovando aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado contratante da obra, devidamente registrado(s) no CREA e/ou CAU/BR, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT), emitida(s) pelo CREA, em nome de profissional de nível superior legalmente habilitado, integrante do quadro permanente da licitante, ou devidamente registrado no CREA e/ou CAU/BR, onde fique comprovada a sua responsabilidade técnica na execução de obra de construção. **SENDO ADMITIDA A SOMA DE ATESTADOS** a fim de que todos os serviços sejam contemplados. Entende-se como pertinente e compatível, o(s) atestado(s) que comprove(m) a realização anterior das parcelas de maior relevância, com os seguintes quantitativos mínimos:

* **Lançamento de cabo de cobre nu** com quantidade equivalente a, pelo menos, 500 (quinhentos) metros;
* **Instalação de ponto de detector de fumaça** endereçável **-** com quantidade equivalente a, pelo menos, 51 pontos.
  + 1. Comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos e que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.
    2. Comprovante de que cada profissional a que se refere o subitem 13.23.2 integra o quadro permanente da empresa.
    3. Declaração formal indicando o nome, CPF, nº do registro na entidade profissional competente, do responsável técnico que acompanhará a execução dos serviços de que trata o objeto desta licitação. Os profissionais indicados pelo licitante para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional deverão participar da obra e/ou serviço objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração. **Apesar do novo entendimento do TCU em Acórdão nº534/2016 permitir a exigência de acervo (quantitativo) para comprovação da capacidade técnico-profissional, pela complexidade do serviço, optou-se por não fazer tal exigência, restringindo-se à solicitação do documento do item 13.23.6**;
    4. Comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, responsável(is) técnico(s) profissional(is) habilitado(s) com atribuições na(s) área(s) referida(s) no item 13.23.2, detentor(es) de atestados de responsabilidade técnica por trabalhos de características semelhantes, limitadas às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação;
    5. A prova de vínculo dos responsáveis técnicos mencionados na alínea anterior com a empresa licitante deverá ser feita por meio de um dos seguintes documentos:

1. Ficha de registro do empregado - RE, devidamente registrada no Ministério do Trabalho; ou
2. Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, em nome do profissional; ou
3. Contrato Social ou último aditivo se houver; ou
4. Contrato de prestação de serviços sem vínculo empregatício.
   * 1. Com base no artigo 24, inciso V § 2º, da Lei nº 12462/2011, o IFAL, se reserva o direito de consultar o CNIS (Cadastro Nacional de Informações Sociais), para comprovar o vínculo empregatício do(s) responsável(is) técnico(s) detentor(es) dos atestados com o licitante.
     2. Serão considerados assemelhados em quantidades os serviços declarados nos atestados que contiverem no mínimo a indicação de execução correspondente ao quantitativo dos itens das parcelas citadas no item 13.23.2, ou seja, não serão aceitos acervos com quantitativos inferiores aos exigidos para cada item da alínea 13.23.2.
     3. O(s) profissional(is) indicado(s) pelo licitante para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, assim entendido o detentor de acervo indicado no item anterior, desde que aprovado previamente pela Administração;
     4. Caso o detentor dos atestados apresentados para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional, não esteja relacionado na Certidão de Registro de Pessoa Jurídica do licitante, a mesma deverá apresentar a Certidão de Registro no CREA/CAU-BR do referido profissional.
     5. Declaração formal da licitante indicando o quantitativo de pessoal técnico (operários) adequado e disponível para a realização do objeto desta licitação.
5. **DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO**

**14.1** A Comissão do RDC poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões para verificar as condições de habilitação dos licitantes;

**14.2** Caso algum dos documentos de habilitação venha a perder a validade no curso da licitação, a Comissão do RDC poderá, conforme lhe faculta o § 3º do art. 43 da Lei n.º 8.666/93, efetuar consulta ao órgão responsável pela emissão do documento, para verificação de sua regularidade;

**14.3** Caso a data de validade de alguma certidão constante do SICAF esteja vencida, a licitante deverá apresentar a certidão regularizada juntamente com o SICAF.

**14.4** Ainda que apresente o SICAF e este seja aceito, a licitante deverá apresentar os demais citados neste edital.

**14.5** Os documentos exigidos para habilitação poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada, inclusive por cartório competente ou pela Comissão de RDC, ou ainda em publicação feita em veículo de imprensa apropriado.

**14.6** Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, caso a Comissão de RDC julgue conveniente.

**14.7** A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, o licitante será inabilitado.

**14.8** O não atendimento a qualquer das condições previstasprovocará a inabilitação do licitante vencedor.

**14.9** Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome do licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ.

**14.10** Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

**14.11** Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal, deverão ser adotados os critérios constantes nos itens 13.21.1.10 e 13.21.1.11 deste edital.

**14.12** Se a proposta não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências de habilitação, a Comissão do RDC examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

**14.13** Constatado o atendimento às exigências fixadas neste edital, o licitante será declarado vencedor.

1. **DOS RECURSOS**

**15.1.** Haverá fase recursal única, após o término da fase de habilitação.

**15.2**. Os licitantes que desejarem recorrer em face dos atos do julgamento da proposta ou da habilitação deverão manifestar imediatamente, após o término de cada sessão, a sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

**15.3**. As razões dos recursos deverão ser apresentadas no prazo de cinco dias úteis contados a partir da data da intimação ou da lavratura da ata, conforme o caso.

**15.4**. Declarado o vencedor, a Comissão do RDC concederá prazo mínimo de 60 (sessenta) minutos, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.

**15.5**. A falta de manifestação no prazo estabelecido autoriza a Comissão do RDC adjudicar o objeto ao licitante vencedor.

**15.6**. A Comissão do RDC examinará a intenção de recurso, aceitando-a e concedendo os prazos estabelecidos na legislação em campo próprio do sistema.

**15.7**. O licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo do recorrente, sendo que na fase recursal, serão analisados os recursos referentes ao julgamento das propostas ou lances e à habilitação do vencedor.

**15.8**. Para justificar sua intenção de recorrer e fundamentar suas razões ou contrarrazões de recurso, o licitante interessado poderá solicitar vista dos autos a partir do encerramento da fase de lances.

**15.9.** As intenções de recurso não admitidas e os recursos rejeitados pela Comissão do RDC serão apreciados pela autoridade competente.

**15.10**. O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

**15.11**. Os recursos serão processados na forma do Decreto 7.581/2011, não sendo aceitos recursos fora do sistema.

1. **DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**
   1. A autoridade competente, à vista do relatório da Comissão de RDC, proferirá sua decisão, confirmando, ou não, o resultado da licitação, homologando o procedimento licitatório e adjudicando o objeto da licitação a empresa vencedora.
   2. Após a homologação do resultado da licitação, o licitante vencedor será notificado por escrito para formalizar a contratação, mediante assinatura de instrumento particular, observadas as cláusulas e condições deste Edital e seus anexos, e da proposta vencedora.
   3. É facultado ao IFAL, quando o convocado não assinar o Contrato no prazo e condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo, em igual prazo e nas mesmas condições, propostas pelo 1º (primeiro) classificado, inclusive quanto aos preços, desde que favorável ao IFAL, ou revogar a licitação, independentemente da aplicação das sanções previstas neste Edital, ao licitante originalmente vencedor.
   4. Na hipótese prevista no subitem 16.3, da ocorrência de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento, será procedida nova classificação, efetuando-se a convocação dos licitantes remanescentes, em conformidade com o disposto no subitem anterior.
   5. O licitante vencedor deverá manter todas as condições da habilitação e qualificação exigidas neste Edital, como requisito para a assinatura do Contrato, sob pena de aplicação de sanções.
   6. A autoridade competente para a aprovação do procedimento, somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
   7. A revogação da licitação, não representa aos licitantes interessados direito a qualquer pedido de indenização, reembolso ou compensação de valores.
   8. Após a adjudicação e homologação, o licitante sagrado vencedor do certame deverá apresentar, em até 5 (cinco) dias úteis contados da solicitação feita pela Comissão de RDC, prorrogáveis a critério da Comissão, a seguinte documentação complementar:

**a)** **Planilha de composição de custos unitários (analítica)** de **todos os itens** da planilha orçamentária. O referido orçamento analítico deverá ser numerado observando a mesma sequência dos itens da planilha orçamentária. A composição de preços unitários e a cotação apresentada e levada em consideração para efeito de julgamento será de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear posteriormente qualquer alteração, seja para mais ou para menos, em relação ao objeto licitado. Fica explícito nesta que há ainda a obrigatoriedade de detalhamento dos itens de Administração Local, Instalação do Canteiro, Mobilização e Desmobilização. Na composição desses itens deverá, obrigatoriamente, constar, no mínimo, a mão-de-obra e a carga horária da composição apresentada pela Administração.

**b)** **DVD/CD com os arquivos digitais da documentação da proposta listada nos itens 12.1 e 12.13 deste edital.**

1. **DAS SANÇÕES**

17.1 Nos termos do Art. 87 da Lei 8.666/93, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao CONTRATADO, as seguintes penalidades:

**1 –** **Advertência -** por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação. Feita através de notificação por meio de ofício, mediante contrarrecibo do representante legal do CONTRATADO;

**2 – Multa Moratória -** limitada a 10% do valor global atualizado do Contrato, sob pena de configurar-se o inadimplemento, conforme abaixo especificado:

a) De 0,5% sobre o valor global da contratação, por dia de atraso injustificado no início da prestação, após a emissão da ordem de serviço, limitada sua aplicação, até o máximo de dez dias, independentemente das demais sanções cabíveis. Após o 10º dia de atraso, os serviços poderão, a critério do CONTRATANTE, não mais serem aceitos, configurando-se a inexecução total do contrato, com as consequências previstas em lei e neste instrumento;

b) 5,0% pelo não cumprimento dos prazos estabelecidos no Cronograma Físico-Financeiro, por ocorrência, calculados sobre o valor da etapa não executada, até a efetiva regularização;

c) 0,2% pela suspensão ou interrupção, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, dos serviços contratuais por dia, calculados sobre o valor global atualizado do Contrato;

d) Com percentual de acordo com o grau de infração disposto na tabela abaixo:

|  |  |
| --- | --- |
| **MODALIDADE** | **CORRESPONDÊNCIA** |
| 1 | 0,1% por ocorrência sobre o valor global atualizado do Contrato; |
| 2 | 0,1% por dia sobre o valor global atualizado do Contrato; |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **INFRAÇÃO** | | |
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO** | **GRAU** |
| 01 | Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais; | 02 |
| 02 | Manter trabalhador sem qualificação exigida para executar os serviços contratados, ou deixar de substituir trabalhador quando exigido pela FISCALIZAÇÃO, por trabalhador; | 01 |
| 03 | Permitir a execução de serviços sem utilização de EPI/EPC ou a presença de trabalhador fora dos locais em que estão realizados os serviços, por trabalhador; | 01 |
| 04 | Não apresentação da garantia no prazo; | 02 |
| 05 | Deixar de zelar pelas instalações do IFAL ou de terceiros; | 01 |
| 06 | Deixar de cumprir determinação formal ou instrução da FISCALIZAÇÃO; | 02 |
| 07 | Pela recusa em refazer qualquer serviço que vier a ser rejeitado, caracterizada se a medida não se efetivar no prazo máximo de 05 (cinco) dias, ou no prazo para tanto estabelecido pela fiscalização, contado da data de rejeição; | 02 |
| 08 | Pela recusa em substituir qualquer material defeituoso empregado na execução da obra, que vier a ser rejeitado, caracterizada se a substituição não ocorrer no prazo máximo de 5 (cinco) dias, ou no prazo para tanto estabelecido pela fiscalização, contado da data da rejeição; | 02 |
| 09 | Deixar de cumprir quaisquer dos itens do edital e de seus anexos não previstos nesta tabela de multas, por item e por ocorrência; | 01 |

**3 – Impedimento de licitar/Contratar –** O contratado ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no instrumento convocatório e no contrato, bem como das demais cominações legais, implicando, ainda, no seu descredenciamento dos sistemas de cadastramento dos entes federativos que compõem a Autoridade Pública, quando:

a) convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato, inclusive nas hipóteses previstas no parágrafo único do art. 40 e no art. 41 da Lei nº 12.462/2011, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida;

b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documento falso;

c) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

d) não mantiver a proposta, salvo se em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado;

e) fraudar a licitação ou praticar atos fraudulentos na execução do contrato;

f) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; ou

g) der causa à inexecução total ou parcial do contrato.

17.2 A multa moratória, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia prestada pelo Contratado, não impedindo que o IFAL rescinda unilateralmente o Contrato e aplique quaisquer das demais sanções previstas nesta Cláusula, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

17.3 Se a multa moratória for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo Contratante ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

17.4 Não havendo interesse do CONTRATANTE na execução do objeto, total ou parcialmente, em razão do descumprimento por parte do CONTRATADO de qualquer das condições avençadas, será ser aplicada a multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor global atualizado do contrato.

17.5 Comprovado o impedimento ou reconhecida a força maior, devidamente justificados e aceitos pela Administração do CONTRATANTE, o CONTRATADO ficará isento das penalidades mencionadas.

17.6 A mora no cumprimento da obrigação, além de sujeitar o CONTRATADO à aplicação de multa, autoriza o IFAL, em prosseguimento ou na reincidência, a rescindir o Contrato e a punir o CONTRATADO faltoso com a aplicação das demais sanções desta Cláusula.

17.7 A prévia defesa do Contratado poderá ser apresentada no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da intimação do ato.

17.8 Não conhecido ou improvido o recurso cabível, o valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao IFAL, através de GRU – Guia de Recolhimento da União, informando a UG 158380, a Gestão 26402; o CÓDIGO: 28867-5 e o CNPJ do CONTRATADO, dentro de 3 (três) dias úteis após a respectiva notificação, ficando a contratada obrigada a comprovar o recolhimento, mediante a apresentação da cópia da referida guia. O formulário da GRU poderá ser obtido no sítio da STN, <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru_novosite/gru_simples.asp>.

17.9 A aplicação de quaisquer das penalidades previstas neste Edital será comunicada por escrito ao CONTRATADO infrator e registrada no SICAF.

1. **DA CONTRATAÇÃO**

18.1 O CONTRATADO terá até 30 (trinta) dias corridos (após a assinatura do contrato) para providenciar: as licenças (quando couber), alvarás, CEI, ART’s/RRT’s (do responsável técnico pela obra e do engenheiro residente na obra), visto do CREA-AL/CAU-BR (quando couber); diário-de-obra devidamente preparado para a sua abertura e comunicação prévia no Ministério do Trabalho (Superintendência Regional do Trabalho e Emprego – SRTE); lista de funcionário com nome completo, RG, CPF, data de admissão e função de cada trabalhador; Atestados de Saúde Ocupacional – ASOs admissionais; apresentação dos uniformes com a logomarca da empresa (ou crachás com identificação); apresentação do comprovante de caução da obra; e demais documentos exigidos por órgãos públicos necessários para o início da obra, após o qual será emitida a ordem de serviço.

* 1. O prazo de vigência do Contrato será de **365 (trezentos e sessenta e cinco)** dias.
  2. O prazo de execução total da obra é de **120 (cento e vinte)** dias, contados a partir da emissão da ordem de serviço.
  3. A obra será executada em **04 (quatro)** etapas distintas, sendo de até **30 (trinta)** dias o prazo máximo de execução de cada uma.
  4. O prazo de pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos a partir da data de atesto da nota fiscal da respectiva medição.
  5. Os prazos a que se referem os itens 18.2 e 18.3 poderão ser prorrogados, desde que ocorra algum dos motivos elencados nos incisos I a VI do parágrafo 1º, do artigo 57, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.
  6. Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente. A justificativa deverá demonstrar a ausência de culpa da CONTRATADA, bem como a relação de causa e efeito entre os fatos alegados e o atraso verificado, formalizando-se o respectivo Termo Aditivo.
  7. Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do Contrato, informado à CONTRATADA por escrito, desde que devidamente justificado e mediante termo aditivo de prorrogação devidamente publicado em Diário Oficial da União, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente por igual tempo, conforme preceitua o § 5º, do art. 79, da Lei nº 8.666/93.

18.9 Os preços inicialmente Contratados poderão ser reajustados, caso solicitado pela CONTRATADA, após o período de um ano da data da entrega da proposta, utilizando-se, para tanto, o Índice Nacional de Custo da Construção Civil (INCC)- Edificações, aplicando-se a seguinte fórmula:

R= V (I – I°), onde:

I°

R= Valor do reajuste procurado;

V= Valor constante da proposta;

I= Índice relativo ao mês do reajustamento;

I°= Índice relativo ao mês da proposta

* + 1. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o IFAL pagará ao licitante vencedor a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
    2. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
    3. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.
    4. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
    5. No caso de eventuais atrasos de responsabilidade da Contratada, os reajustes serão calculados até as datas contratuais do evento gerado do faturamento.
  1. Nas licitações de obras e serviços de engenharia, a economicidade da proposta será aferida com base nos custos globais e unitários. A diferença percentual entre o valor global do contrato e o valor obtido a partir dos custos unitários do orçamento estimado pela administração pública não poderá ser reduzida, em favor do contratado, em decorrência de aditamentos contratuais que modifiquem a composição orçamentária.

**19 DA ENTREGA DA OBRA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO**

* 1. Executada integralmente a obra e cumpridas todas as obrigações objeto deste Contrato, o CONTRATADO deverá comunicar oficialmente ao CONTRATANTE, mediante correspondência escrita, até o 5º (quinto) dia após a data fixada para conclusão dos mesmos e o recebimento efetivar-se-á nos seguintes termos:

a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, em até 15 (quinze) dias corridos, contados da data da comunicação escrita de execução total do objeto contratado feita pelo CONTRATADO, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, em três vias, onde serão discriminados todos os serviços objeto do Contrato, para posterior verificação da sua conformidade com todos os elementos técnicos que serviram de base para a contratação;

b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, em três vias, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da Lei nº 8.666/1993, não podendo ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados e previstos no Edital.

* 1. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo Contrato.
  2. No termo de recebimento definitivo serão elencadas todas as situações do recebimento, como também a descrição detalhada dos serviços recebidos, comprovando a adequação do objeto licitado aos termos contratuais.
  3. Caso a Administração não aceite os serviços, poderá conceder novo prazo ao CONTRATADO, para que, às suas expensas, complete ou refaça os serviços rejeitados, reservado o direito de aplicação das penalidades cabíveis. Enquanto tais serviços não forem recebidos definitivamente, o CONTRATADO não poderá emitir faturas a eles correspondentes.

**20DISPOSIÇÕES FINAIS**

**20.1**. Ao Magnífico Reitor compete anular este RDC por ilegalidade de ofício, ou por provocação de qualquer pessoa, e cancelá-lo ou revogá-lo todo ou em parte, por considerá-lo inoportuno, inconsistente ou inconveniente diante de fato superveniente, mediante ato escrito e fundamentado.

**20.2**. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência de revogação ou anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito a ampla defesa e o contraditório.

**20.3**. É facultada a Comissão do RDC ou à autoridade superior, em qualquer fase deste RDC, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

**20.4**. No julgamento das propostas e na fase de habilitação, a Comissão do RDC poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

**20.5**. Caso os prazos definidos neste edital não estejam expressamente indicados na proposta, eles serão considerados como aceitos para efeito de julgamento deste RDC.

**20.6**. A participação neste RDC implica, automaticamente, na aceitação integral dos termos deste Edital e seus Anexos e leis aplicáveis;

**20.7.** Este RDC poderá ter a data de abertura da sessão pública transferida por conveniência do IFAL, sendo nesse caso dado ampla publicidade.

**20.8**. Este edital é instrumento de adesão, donde todos que participem estão automaticamente de acordo com suas condições; sua interpretação será sempre no sentido de ampliação da disputa.  **001/º. 00ce/0penor Preço**

**21. DO FORO**

21.1. As questões decorrentes da execução deste Edital, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas no Foro da Seção Judiciária do Estado do **Alagoas**, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Maceió, XXde xxxx de 20XX.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Ordenador de Despesa

**ANEXO 1 – PROJETO BÁSICO**

**PROJETO BÁSICO**

**ASSUNTO: SERVIÇO DE IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE COMBATE A INCÊNDIO E PÂNICO E DO SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS (SPDA) DO CAMPUS MARECHAL DEODORO DO INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS**

**1. DO OBJETO**

Pleito para a contratação de empresa de engenharia para execução total do **SERVIÇO DE IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE COMBATE A INCÊNDIO E PÂNICO E DO SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS (SPDA) DO CAMPUS MARECHAL DEODORO DO INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS**, no **regime de execução indireta**, **empreitada por Preço Unitário**, com fornecimento total de materiais, instalações de equipamentos e mão-de-obra. O licitante vencedor do certame será chamado CONTRATADO e a instituição promotora do certame será chamada CONTRATANTE.

**2. DA CARACTERIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DO OBJETO PERANTE A LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

* 1. Obra de engenharia;
  2. Execução Indireta;
  3. Empreitada por preço UNITÁRIO;
     1. Conforme relata o acórdão do TCU nº 1.978/2013 - Plenário o regime de empreitada por preço global deve ser empregado quando se tenha certezas acerca dos quantitativos dos serviços mais relevantes, caso contrário deve-se adotar o regime de empreitada por preço unitário. O objeto deste processo é a implantação do sistema de combate a incêndio e pânico e do sistema de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA) docampus Marechal Deodoro, projeto que já foi aprovado pelo Corpo dos Bombeiros. O quantitativo da grande maioria dos serviços presente na planilha possui elevado grau de precisão na planilha orçamentária, porém por se tratar de uma intervenção em um prédio com cerca de 30 anos, incluindo serviços de escavação, pintura e de demolição, cujos quantitativos não podem ser precisos, apesar de se estimar que a margem de erro seja inferior a 10%, devido à simplicidade da obra. Assim, optou-se por adotar a empreitada por preço UNITÁRIO.
  4. Critério de Julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL;
  5. Licitação na modalidade: **REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÃO (ELETRÔNICO)**
     1. Respaldado pela Lei 12.462/2011 e regulamentado pelo Decreto 7.581/2011, o Regime Diferenciado de Contratações (RDC) teve sua aplicação estendida às licitações e contratos para realização de obras e serviços de engenharia no âmbito dos sistemas públicos de ensino (art. 1º, § 3º da Lei 12.462/2011).
     2. Optou-se pela adoção do Regime Diferenciado de Contratação (RDC) com o objetivo de garantir maior celeridade ao processo licitatório, visto que esse novo regime possibilitou uma redução significativa de prazos licitatórios em relação aos processos de Concorrência, conduzidos pela Lei nº 8.666/1993, com a possibilidade da inversão de fases e da adoção da forma eletrônica.

**3. DA EXECUÇÃO**

3.1 O objeto será executado diretamente pela CONTRATADA. Será permitida a subcontratação de até 30% da obra para os seguintes itens: pintura, forro, rede de alimentação dos hidrantes; extintores, iluminação e sinalização de emergência. A subcontratação ainda deverá ser submetida à aprovação prévia e expressa da Administração. Só será admitida a subcontratação de serviços para profissionais ou empresas do ramo pertinente, com qualificação técnica compatível com o serviço que pretenda executar. Dentre os serviços a serem subcontratados, o de instalação de extintores, iluminação e sinalização de emergência deverá ser exclusivo para microempresas e/ou empresas de pequeno porte conforme disposto nos art. 47 e 48 da lei complementar 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.2 A responsabilidade da CONTRATADA é integral para o serviço objeto de contratação nos termos do Código Civil Brasileiro.

3.3 A presença da fiscalização não implica na diminuição da referida responsabilidade.

3.4 Será colocada à disposição dos licitantes uma planilha orçamentária com quantitativos e custos estimativos, projetos e memoriais, cabendo aos mesmos a conferência dos dados constantes no demonstrativo supracitado quando da elaboração de sua proposta, uma vez que **eventuais** **erros** **ou** **omissões** **verificados** **durante** **a** **execução** **dos** **serviços** **serão** **de** **inteira** **responsabilidade** **da** **CONTRATADA.** **A** **CONTRATADA,** **em** **nenhuma** **hipótese,** **poderá** **alegar** **desconhecimento** **dos** **elementos** **do** **projeto,** **mesmo** **que** **estes** **não** **estejam** **explícitos** **na** **planilha** **orçamentária.** **Essa** **alegação** **pode** **ser** **considerada** **como** **incapacidade** **técnica.**

3.5 A planilha orçamentária deverá ser apresentada pelos licitantes, ainda no processo licitatório. Os preços de insumos de mão-de-obra deverão seguir os mínimos exigidos pelas entidades de classes e Ministério do Trabalho. Os preços de insumos de materiais ficam livres e condicionados ao preço global.

3.6 Fica explícito nesta que há ainda a **obrigatoriedade** **de** **detalhamento** **dos** **itens** **de** **Administração** **Local,** **Instalação** **do** **Canteiro,** **Mobilização** **e** **Desmobilização** **e** **que** **o** **pagamento** **desses** **itens** **serão** **proporcionais** **à** **execução** **da** **obra, conforme cumprimento do cronograma físico-financeiro. Na composição desses itens deverá, obrigatoriamente, constar, no mínimo, a mão-de-obra e a carga horária da composição apresentada pela Administração.**

3.7 Em caso de possíveis dúvidas na interpretação dos projetos prevalecem às especificações presentes no memorial descritivo ou o determinado pelo autor dos mesmos. Em quaisquer divergências entre as medidas apresentadas em desenhos e cotas verificadas, prevalecerão estas últimas.

3.8 No caso de não estarem os trabalhos sendo conduzidos de acordo com os desenhos, especificações e instruções fornecidas ou aprovadas por esta CONTRATANTE, ou de modo geral com as regras da arte de construir, poderá a CONTRATANTE determinar a paralisação total ou parcial dos trabalhos defeituosos, bem como a demolição e reconstrução dos mesmos, que será realizada pela CONTRATADA. Do mesmo modo deverão ser removidos do local da obra pela CONTRATADA, os materiais resultantes dessas demolições e aqueles que não atenderem aos padrões de aceitação estabelecidos.

3.9 Tendo em vista que a complexidade e o valor da obra já permitem a participação no certame de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), asseguradas as vantagens da Lei Complementar 123/2006 nos artigos 43, 44 e 45, entende-se que inclusão de consórcio no certame se faz redundante do ponto de vista da competitividade. Ou ainda pode prejudicar a competitividade das ME e EPP, já que duas ou mais empresas podem se juntar para realizarem uma única proposta, fazendo uma disputa desigual. **Assim,** **considera-se** **que** **não** **há** **necessidade** **de** **consórcio** **para** **a** **execução** **da** **presente** **obra.**

**4. DA VIGÊNCIA**

 O prazo de vigência do contrato será de **365 (trezentos e sessenta e cinco)** dias a partir de sua assinatura.

**5. DO PRAZO E DO INÍCIO DA EXECUÇÃO**

 5.1 A CONTRATADA terá prazo de **120 (cento e vinte)** dias corridos para concluir a execução do objeto do presente contrato, a contar da data descriminada como início na ordem de serviço emitida pelo fiscal previamente designado.

5.2 O CONTRATADO terá até 30 (trinta) dias corridos (após a assinatura do contrato) para providenciar: as licenças (quando couber), alvarás, CEI, ART’s/RRT’s (do responsável técnico pela obra e do engenheiro residente na obra), visto do CREA-AL/CAU-BR (quando couber); diário-de-obra devidamente preparado para a sua abertura e comunicação prévia no Ministério do Trabalho (Superintendência Regional do Trabalho e Emprego – SRTE); lista de funcionário com nome completo, RG, CPF, data de admissão e função de cada trabalhador; Atestados de Saúde Ocupacional – ASOs admissionais; apresentação dos uniformes com a logomarca da empresa (ou crachás com identificação); apresentação do comprovante de caução da obra; e demais documentos exigidos por órgãos públicos necessários para o início da obra, após o qual será emitida a ordem de serviço.

5.3 O descumprimento de quaisquer dessas exigências veda a Ordem de Serviço.

**6. DA GARANTIA**

 6.1 A CONTRATADA se responsabilizará pelo prazo de 05 (cinco) anos por qualquer patologia que vier a surgir no produto final e que comprovadamente estiverem relacionados, tanto à má execução dos serviços de reforma, quanto a empregabilidade de materiais inadequados, contando da data de emissão do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, de acordo com o artigo 73, b, da Lei nº 8.666/93.

6.2 Todo e qualquer aparelho ou elemento das instalações que venham apresentar problemas de utilização, caracterizados como defeito de fabricação, manipulação ou transporte, após a aquisição do produto final, deverão ser substituídos pela CONTRATADA. Na impossibilidade de substituição do elemento  defeituoso todo ou em parte, a CONTRATADA fica obrigada a ressarcir o valor da compra, devidamente atualizado pela variação do Índice Geral de Preços – Disponibilidade interna (IGP-DI), apurado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.

**7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**7.1** **Dos** **serviços** **iniciais**

**7.1.1** **Dos** **aspectos** **legais** **do** **serviço**

7.1.1.1 Manter, durante a execução do contrato, as mesmas características e condições de habilitação apresentadas durante o processo licitatório; situação regular tanto de si mesma, como de seus profissionais envolvidos na obra a ser executada perante o CREA/AL e/ou CAU/BR e demais órgãos.

7.1.1.2 Manter profissional engenheiro e/ou arquiteto residente no local da obra com registros no CREA/AL e/ou CAU/BR como responsáveis pela execução da obra, que assuma perante a fiscalização do contrato a responsabilidade de deliberar sobre qualquer determinação de urgência que se torne necessária, assinando o diário de obra na ausência do Responsável Técnico pela obra, definindo programações diárias e avaliando as condições de segurança no desenvolvimento. Uma substituição desse profissional só pode ocorrer por outro também registrado no CREA/AL e/ou CAU/BR, mediante aprovação prévia da fiscalização.

7.1.1.3 Ficar o Engenheiro/ Arquiteto Responsável Técnico com o qual a Contratada venceu o certame, obrigado a vistoriar a obra com frequência de, pelo menos, duas vezes por semana, dias em que o diário de obra deve conter sua assinatura, sendo obrigado a assinar relatórios, questionamentos e soluções técnicas. Uma substituição desse profissional só pode ocorrer por outro de igual, ou superior, capacidade técnica, mediante aprovação prévia da fiscalização.

7.1.1.4 Todo e qualquer problema técnico que venha a ser observado pela Contratada, e que não tenha sido contemplado no projeto, deverá ser registrado em relatório técnico, já com a devida solução técnica, e assinado, fundamentalmente, pelo Responsável Técnico pela obra, sendo facultativo o acompanhamento da assinatura do Engenheiro/ Arquiteto da obra. Relatórios contendo apenas a assinatura do  Engenheiro/ Arquiteto da obra não serão aceitos.

7.1.1.5 Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento de todas as disposições e acordos relativos à legislação social e trabalhista em vigor, particularmente no que se refere ao pessoal alocado no serviço objeto do contrato.

7.1.1.6 Efetuar o pagamento de todos os impostos, taxas e demais obrigações fiscais incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto do contrato, até o recebimento definitivo da obra.

* + - 1. Responsabilizar-se por todos os ônus, encargos sociais, trabalhistas, fiscais e previdenciários concernentes à execução de seus serviços, inclusive os resultantes de acidentes no trabalho e incêndios.
      2. Providenciar, alvarás, registros, licenças, junto à Prefeitura Municipal de Marechal Deodoro, CREA/AL, CAU/BR, INSS e outros órgãos institucionais para os quais se faça exigências.
      3. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento de todas as disposições e acordos relativos à legislação social e trabalhista em vigor, particularmente no que se refere ao pessoal alocado no serviço objeto do contrato.

**7.2 Do reconhecimento do local de execução da obra**

7.2.1. Deve fazer visita de reconhecimento do local onde será executada a obra.

**7.3 Da limpeza do local da obra**

7.3.1. Deve-se fazer toda demolição e limpeza do local, retirando-se, nos termos da notificação da fiscalização, todo o material rejeitado; bem como demolir e refazer imediatamente por sua conta tudo o que for impugnado, quer em razão de material, quer por erros técnicos técnicas. Os materiais passíveis de reaproveitamento serão retirados e acondicionados conforme orientação da fiscalização; não podendo, sob hipótese alguma, ser transportado, retirado ou reutilizado sem o consentimento da CONTRATANTE.

**7.4 Das instalações provisórias**

7.4.1 Providenciar instalações provisórias as suas custas e independentes do CONTRATANTE contendo sanitários, chuveiros, refeitório, barracões, almoxarifado, abastecimento de água, esgotamento sanitário e fornecimento de energia elétrica, inclusive com medições independentes quando for o caso.

**7.5 Da segurança patrimonial**

7.5.1 Manter vigilantes que controlem a entrada e saída de materiais, máquinas, equipamentos e pessoas, bem como manter a ordem e disciplina em todas as dependências da área de execução.

7.5.2 Responder pelas perdas e danos causados por seus sócios, empregados, prepostos ou subcontratados ainda que involuntariamente, às instalações dos prédios, mobiliários, máquinas, equipamentos e demais bens da União ou de propriedade de terceiros, durante a execução dos serviços.

**7.6 Das medidas de proteção e segurança no trabalho**

7.6.1 Apresentar à Fiscalização as medidas de segurança a serem adotadas durante a execução dos serviços, em atendimento aos princípios e disposições da NR 18 – Condições e Meio Ambiente do Trabalho na Indústria da Construção, juntamente com um projeto de segurança no trabalho feito por um especialista na área de segurança e higiene no trabalho. Apresentar no início da obra o Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC) e aplicar as suas recomendações.

7.6.2 Fornecer aos funcionários todos os equipamentos de proteção individual exigidos pela NR – 6 Equipamentos de Proteção Individual (EPI), tais como: capacetes e óculos especiais de segurança, protetores faciais, luvas e mangas de proteção, botas de borracha e cintos de segurança, de conformidade com a natureza dos serviços em execução, e exigir que sejam usados.

7.6.3 Manter no local da obra equipamentos e materiais básicos e pessoais orientados para os primeiros socorros nos termos da NR-18.

7.6.4 Manter no local da obra equipamentos de proteção contra incêndio e brigada de combate a incêndio, na forma da disposição em vigor, juntamente com um plano de combate a incêndio.

7.6.5 Manter organizadas, limpas e em bom estado de higiene as instalações do local da obra, especialmente as vias de circulação, passagens e escadarias, refeitórios e alojamentos, coletando e removendo regularmente as sobras de materiais, entulhos e detritos em geral.

7.6.6 Atender as normas e portarias sobre segurança e saúde no trabalho e providenciar os seguros exigidos em lei, na condição de única e responsável por acidentes e danos que eventualmente causar as pessoas físicas e jurídicas direta ou indiretamente envolvidas no serviço e objeto do contrato.

7.6.7 Responder por quaisquer acidentes que possam ser vítimas seus empregados, servidores públicos ou mesmo terceiros quando da prestação dos serviços e nos quais ficar comprovada a influência da má gestão da obra.

**7.7 Das responsabilidades sobre o serviço**

7.7.1 Executar obrigatoriamente todo e qualquer serviço mencionado nos documentos que venham a integrar o Contrato (plantas, cortes, fachadas, detalhes, memorial, especificações etc.).

7.7.2 Verificar e conferir todos os documentos e instruções que lhe forem fornecidos pela CONTRATANTE, comunicando a esta, qualquer irregularidade, incorreção ou discrepância que desaconselhe ou impeça a sua execução. A não observância destes dispositivos transferirá à CONTRATADA todas as responsabilidades pelo funcionamento e instabilidade do produto concluído.

7.7.3 Fornecer, para emprego na execução do serviço, somente material cuja qualidade seja comprovada através de selo de qualidade ou testes executados por institutos de pesquisas tecnológicos autorizados, bem como observar, rigorosamente, as especificações técnicas e as suas regulamentações aplicáveis a cada caso, especialmente as recomendações das práticas do DIEX (Diretoria de Infraestrutura e Expansão) e do fabricante, executando todos com esmero e perfeição.

7.7.4 Sempre que pretender aplicar material ou equipamento “similar” na execução do serviço, submeter à CONTRATANTE, por intermédio do Fiscal do Contrato, a correspondente consulta, acompanhada de laudos ou pareceres e levantamento de custos para a análise e decisão, não servindo tal consulta para justificar o não-cumprimento dos prazos previstos no contrato.

7.7.5 Apresentar à CONTRATANTE, quando do início da execução dos serviços, cópia do contrato firmado com outras empresas subcontratadas.

7.7.6 Fornecer e manter no local do serviço, com fácil acesso à fiscalização, um “Diário – de – Obra”, em três vias, em que as partes lançarão diariamente os eventos ocorridos, servindo para dirimir dúvidas quando for o caso. O referido diário deverá ser encadernado, contendo as informações relativas ao serviço, com folhas enumeradas e em três vias, das quais duas destacáveis.

7.7.7 Entregar os documentos previstos em contrato nos prazos fixados, incluindo o Relatório de Serviços Executados (contendo as atividades desenvolvidas no período, as alterações dos projetos e/ou serviços) ao final de cada etapa e, sempre que o Fiscal do Contrato exigir, pareceres técnicos sobre fatos relevantes ocorridos no transcorrer da execução dos projetos e/ou serviços.

7.7.8 Apresentar mensalmente, em conjunto com as notas fiscais ou faturas relativas a cada uma das etapas, a cópia autenticada dos comprovantes dos recolhimentos relativos à seguridade social referente ao do mês anterior.

7.7.9 Comunicar por escrito ao Fiscal do Contrato a conclusão do serviço e indicar preposto para acompanhar as vistorias para recebimento provisório e definitivo do serviço.

7.7.10 Fornecer, quando solicitado, ao fiscal do Contrato cópias das notas fiscais dos materiais e equipamentos empregados no serviço.

7.7.11 Submeter previamente, por escrito, à aprovação da Fiscalização qualquer modificação nos métodos construtivos originalmente previstos no plano de execução do serviço.

7.7.12 Executar os ajustes nos serviços concluídos ou em execução determinados pela fiscalização.

7.7.13 Entregar ao Fiscal do Contrato, ao término do serviço e antes do recebimento provisório, os seguintes documentos:

a) aprovação nos órgãos competentes, quando exigível, dos projetos que sofreram modificações no decorrer da execução do serviço;

b) Habite-se do serviço (prefeitura municipal, concessionárias de serviços públicos e secretaria municipal de saúde);

c) documentos de garantia e manuais completos de instrução (instalação, manutenção, operação e outros que sejam necessários) dos equipamentos instalados no local do serviço; e

d) entregar os projetos atualizados com as alterações eventualmente ocorridas no decorrer do serviço, em meio magnético e uma via impressa assinada pelos respectivos responsáveis técnicos pelas execuções;

7.7.14 Retirar do local do serviço qualquer empregado que não corresponder à confiança, ou perturbar a ação da fiscalização, nos termos da notificação desta.

7.7.15 Observar, quanto ao pessoal, às disposições da lei de nacionalização do trabalho.

7.7.16 Responder por quaisquer acidentes que possam ser vítimas seus empregados, servidores públicos ou mesmo terceiros quando da prestação dos serviços e se for observada a influência de má gestão desses.

7.7.17 Acatar, cumprir e fazer cumprir por parte de seus empregados, as disposições contidas na legislação específica do trabalho.

7.7.18 Efetuar às suas expensas todos os ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato.

7.7.19 Responsabilizar-se pela guarda, segurança e proteção de todo o material, equipamentos e ferramentas utilizadas no local do serviço até a sua entrega.

7.7.20 Acatar as decisões e observações feitas pelo Fiscal de Contrato, que serão formuladas por escrito em duas vias e entregues, mediante recibo, ou registrada no “Diário de Obras”.

7.7.21 Observar as leis, decretos regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta ou indiretamente aplicáveis ao objeto do contrato, inclusive por suas subcontratadas e fornecedores.

7.7.22 Aceitar, nas mesmas condições contratuais e mediante Termo Aditivo, os acréscimos ou supressões no quantitativo dos materiais e serviços que se fizerem necessários, em até 50% (cinquenta por cento) do valor inicial deste contrato.

**7.8 Do “as built” do projeto executivo**

7.8.1 A CONTRATADA deverá providenciar a elaboração dos projetos de como foi feito “as built” que devem constar toda e qualquer modificação que venha a ocorrer em relação ao projeto original, sendo entregue ao fim do contrato. Todas as modificações contempladas no projeto executivo deverão estar anotadas no diário-de-obra, ou nas comunicações da fiscalização. A sua elaboração deverá obedecer ao seguinte roteiro:

I) Representação sobre as plantas dos projetos, denotando como os serviços resultaram após a sua execução; (As retificações dos projetos deverão ser feitas sobre plotagens dos originais, devendo constar, acima do selo de cada prancha, a alteração e respectiva data);

II) Deverá ser entregue 01 cópia de cada projeto (arquitetônico e complementar) com as atualizações e assinadas pelo responsável técnico (execução), representante da Construtora. Deverão estar acompanhados ainda das respectivas ARTs com comprovantes de pagamento.

7.8.2 Serão entregues também os projetos ora descritos em meio digital (CD) de todos os projetos devidamente atualizados e identificados:

Nome da edificação;

Título do projeto;

Nome da empresa CONTRATADA;

Nomes dos arquivos no formato dwg para AutoCad versão 2010 ou superior.

7.8.3 Não será admitida nenhuma modificação nos desenhos originais dos projetos, bem como nas suas descrições técnicas.

7.8.4 O arquivo em Autocad deverá vir com a tabela com as configurações de impressão: penas, escalas e tamanhos de pranchas.

7.8.5 Desta forma, o “as built” consistirá em expressar todas as modificações, acréscimos ou reduções havidas durante a construção, devidamente autorizadas pela fiscalização, e cujos procedimentos tenham sido de acordo com o previsto pelas Disposições Gerais deste Caderno de Encargos.

**7.9 Manual** **de** **uso** **e** **manutenção** **do** **produto** **do** **serviço**

7.9.1 A CONTRATADA deverá apresentar manual de uso e manutenção do produto final do serviço, contendo cada aspecto das instalações, infraestrutura e estrutura; informando a periodicidade de manutenção, cuidados com intervenções futuras e listagem de aparelhos com indicação dos fornecedores e as devidas garantias de cada aparelho. Para tanto, deverá seguir as diretrizes da NBR 14307:2011 – Manual de operação, uso e manutenção das edificações (Conteúdo e recomendações para elaboração e apresentação) e quaisquer outras normas aplicáveis.

**8.0 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8.1 Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços, dentro das normas deste contrato.

8.2 Ordenar a desocupação do local de equipamentos e pessoas até a emissão da Ordem de Serviço.

8.3 Prestar aos funcionários da CONTRATADA todas as informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados sobre os serviços.

8.4 Acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução do contrato.

8.5 Atestar notas fiscais/faturas e efetuar os pagamentos à CONTRATADA.

8.6 Efetuar o pagamento da última etapa após o recebimento provisório do serviço.

8.7 Notificar a CONTRATADA da aceitação definitiva do serviço, após a vistoria e recebimento definitivo deste.

8.8 Efetuar a devolução da garantia à CONTRATADA após o recebimento definitivo do serviço.

8.9 Aplicar as sanções administrativas contratuais.

**9.0 DA DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA**

9.1 Certidão de registro de pessoa jurídica no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU/BR, em nome da empresa, com validade na data de recebimento dos documentos de habilitação, emitida pelo CREA e/ou pelo CAU/BR da jurisdição da sede da licitante.

9.2 Atestado(s) comprovando aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado contratante da obra, devidamente registrado(s) no CREA e/ou CAU/BR, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT), emitida(s) pelo CREA, em nome de profissional de nível superior legalmente habilitado, integrante do quadro permanente da licitante, ou devidamente registrado no CREA e/ou CAU/BR, onde fique comprovada a sua responsabilidade técnica na execução de obra de construção. **SENDO ADMITIDA A SOMA** atestados afim de que todos os serviços sejam contemplados. Entende-se como pertinente e compatível, o(s) atestado(s) que comprove(m) a realização anterior das parcelas de maior relevância, com os seguintes quantitativos mínimos:

* **Lançamento de cabo de cobre nu** com quantidade equivalente a, pelo menos, 500 (quinhentos) metros;
* **Instalação de ponto de detector de fumaça** endereçável **-** com quantidade equivalente a, pelo menos, 51 pontos.

9.3 Comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, responsável(is) técnico(s) profissional(is) habilitado(s) com atribuições na(s) área(s) referida(s) no item 9.2, detentor(es) de atestados de responsabilidade técnica por trabalhos de características semelhantes, limitadas às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação;

* + 1. A prova de vínculo dos responsáveis técnicos mencionados na alínea anterior com a empresa licitante deverá ser feita por meio de um dos seguintes documentos:

1. Ficha de registro do empregado - RE, devidamente registrada no Ministério do Trabalho; ou
2. Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, em nome do profissional; ou
3. Contrato Social ou último aditivo se houver; ou
4. Contrato de prestação de serviços sem vínculo empregatício.
   * 1. Com base no artigo 24, inciso V § 2º, da Lei nº 12462/2011, o IFAL, se reserva o direito de consultar o CNIS (Cadastro Nacional de Informações Sociais), para comprovar o vínculo empregatício do(s) responsável(is) técnico(s) detentor(es) dos atestados com o licitante.

9.4 Comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos e que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

**10.0** **DA** **DOCUMENTAÇÃO** **RELATIVA** **À** **REGULARIDADE** **FISCAL**

 10.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

10.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

10.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.4 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

**11.0** **DA** **DOCUMENTAÇÃO** **RELATIVA** **À** **HABILITAÇÃO** **ECONÔMICO-FINACEIRA**

 11.1 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

1. **DA GARANTIA CONTRATUAL**
   1. No prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da assinatura do Contrato a empresa vencedora da licitação prestará garantia no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor global do Contrato, podendo a mesma optar por quaisquer das seguintes modalidades:
      1. caução em dinheiro ou títulos da dívida pública da União devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
      2. fiança bancária.
      3. seguro-garantia;
   2. Quando se tratar de caução em dinheiro deverá ela ser recolhida pelo licitante vencedor junto a Caixa Econômica Federal.
   3. A fiança bancária se for o caso, será prestada por banco comercial, contendo:
      1. prazo de validade que deverá corresponder ao período de vigência do Contrato acrescido de 30 (trinta) dias, devendo ser tempestivamente renovado, se estendida ou prorrogada essa vigência;
      2. expressa afirmação do fiador de que, como devedor solidário, fará o pagamento ao IFAL, independentemente de interpelação judicial, caso o afiançado não cumpra suas obrigações;
      3. renúncia expressa do fiador ao benefício de ordem e aos direitos previsto nos artigos 827 e 838 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);
      4. cláusula que assegure a atualização do valor afiançado.
   4. Não será aceita fiança bancária que não atender aos requisitos estabelecidos nos subitens 12.3.1, 12.3.2, 12.3.3 e 12.3.4
   5. O seguro-garantia se for o caso, deverá ser apresentado com prazo de validade correspondente à vigência do Contrato acrescido de 30 (trinta) dias, e garantir todas as obrigações assumidas, inclusive aquelas relativas às consequências de inexecução e rescisão contratual, multas e penalidades.
   6. A CONTRATADA deverá comprovar, até a assinatura do Contrato, a entrega de sua documentação para fins de aprovação cadastral junto à seguradora, e apresentar ao IFAL a apólice emitida no prazo de setenta e duas horas após a sua emissão.
   7. A garantia prestada ficará retida enquanto o Contrato estiver em vigor, sendo liberada no prazo de 30 (trinta) dias após a data do vencimento do Contrato, desde que cumpridos todos os seus termos e condições.
   8. A garantia deverá ser integralizada, num prazo máximo de 90 (noventa) dias, sempre que dela forem deduzidos quaisquer valores.
   9. A garantia prestada deverá formalmente cobrir pagamentos não efetuados pela CONTRATADA referentes a:
      1. prejuízos ou danos causados ao CONTRATANTE;
      2. prejuízos ou danos causados a terceiros pela CONTRATADA;
      3. toda e qualquer multa contratual;
      4. débitos da empresa para com os encargos fiscais, previdenciários e trabalhistas relacionados com o presente Contrato, tais como: INSS, FGTS, impostos, salários, vales-transporte, vales-refeição, verbas rescisórias, etc;
      5. quaisquer obrigações não cumpridas pelo licitante CONTRATADO em relação Contrato decorrente da presente licitação, previstas no ordenamento jurídico do país.
   10. A qualquer tempo, mediante comunicação ao IFAL, poderá ser admitida a substituição da garantia, observadas as modalidades previstas neste Edital, observado o disposto no art. 65, inciso II, alínea “a”, da Lei nº 8.666/93.
   11. Do licitante vencedor, cuja proposta tenha valor global inferior a 80% (oitenta por cento) da média aritmética calculada na forma prevista no item 7.5.2.1, deste Edital, ou valor global inferior a 80% (oitenta por cento) do valor orçado pelo IFAL, conforme o caso será exigida prestação de garantia adicional, no mesmo prazo estabelecido no item 13.3 acima.
   12. Ocorrendo a situação prevista no item 13.11, a garantia adicional será calculada de acordo com o parágrafo 2º, do artigo 48, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.
   13. Sempre que ocorrer alteração contratual em decorrência de prorrogação e/ou acréscimo de quantitativo do objeto do Contrato, a empresa CONTRATADA, no prazo de até 10 (dez) dias após a assinatura do Termo Aditivo, prestará garantia suplementar no percentual de 5% (cinco por cento) do valor acrescido.
   14. Nos casos dos itens 12.11 e 12.13, a garantia poderá ser prestada sob qualquer das modalidades previstas neste Edital.
   15. No caso da rescisão do Contrato decorrente da presente licitação, por inadimplemento contratual da CONTRATADA, perderá esta em favor do IFAL, todas as garantias prestadas.
       1. A perda do valor da garantia em favor do IFAL por inadimplemento contratual da CONTRATADA far-se-á de pleno direito, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, e sem prejuízo das demais sanções previstas neste Edital.
   16. O descumprimento de qualquer das obrigações previstas neste item ensejará a aplicação de penalidade, garantida a defesa prévia.
   17. A Contratante não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:
       1. caso fortuito ou força maior;
       2. alteração, sem prévia anuência da seguradora, das obrigações contratuais; descumprimento das obrigações pelo contratado decorrentes de atos ou fatos praticados pela Contratante;
       3. atos ilícitos dolosos praticados por servidores da Contratante.
   18. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas neste item. Será considerada extinta a garantia:
       1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;
       2. No prazo de 90 (noventa) após o término da vigência, caso a Contratante não comunique a ocorrência de sinistros.
2. **DO PAGAMENTO**

13.1 O pagamento ao licitante vencedor será efetuado em 04 (QUATRO) parcelas de acordo com o cronograma de desembolso máximo acumulado (cronograma físico-financeiro) e avanço físico das etapas, mediante emissão de ordem bancária, da seguinte forma:

**1ª Parcela (1ª etapa): 30 (trinta) dias, até 22,55% (VINTE E DOIS VÍRGULA CINQUENTA E CINCO PORCENTO) do valor total do Contrato - total acumulado de 22,55% (VINTE E DOIS VÍRGULA CINQUENTA E CINCO PORCENTO), quando executados os serviços previstos no cronograma físico-financeiro correspondentes a estes valores;**

**2ª Parcela (2ª etapa): 30 (trinta) dias, até 25,36% (VINTE E CINCO VÍRGULA TRINTA E SEIS POR CENTO) do valor total do Contrato - total acumulado de 47,91% (QUARENTA E SETE VÍRGULA NOVENTA E UM POR CENTO), quando executados os serviços previstos no cronograma físico-financeiro correspondentes a estes valores;**

**3ª Parcela (3ª etapa): 30 (trinta) dias, até 26,90% (VINTE E SEIS VÍRGULA NOVENTA POR CENTO) do valor total do Contrato - total acumulado de 74,81% (SETENTA E QUATRO VÍRGULA OITENTA E UM POR CENTO), quando executados os serviços previstos no cronograma físico-financeiro correspondentes a estes valores;**

**4ª Parcela (última etapa): 30 (trinta) dias (totalizando sessenta dias corridos), até 25,19% (VINTE E CINCO VÍRGULA DEZENOVE POR CENTO) do valor total do Contrato - total acumulado de 100% (CEM POR CENTO), quando executados os serviços previstos no cronograma físico-financeiro correspondentes a estes valores.**

* 1. Se a Contratada vier a adiantar a execução dos serviços, em relação à previsão original constante no Cronograma Físico-Financeiro, poderá apresentar a medição prévia correspondente, ficando a cargo da Contratante aprovar a quitação antecipada do valor respectivo, desde que não fique constatado atraso na execução dos serviços entendidos como críticos.
  2. O pagamento ao CONTRATADO, correspondente aos serviços realizados no mês imediatamente anterior, será efetuado por meio de emissão de ordem bancária, até 30 (trinta) dias corridos após a apresentação dos seguintes documentos:
     1. Nota Fiscal e Fatura, em 2 (duas) vias, devidamente atestada pelo responsável pela fiscalização;
     2. GPS - Guia da Previdência Social - do serviço, relativa ao mês da última competência vencida;
     3. GFIP - Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social, relativa ao mês da última competência vencida.
  3. A última parcela somente será paga após o recebimento definitivo do objeto do Contrato.
  4. As notas fiscais/faturas serão obrigatoriamente atestadas no verso, pelo servidor do CONTRATANTE responsável pelo acompanhamento e fiscalização, após verificado que os serviços tenham sido executados a contento, sem o que não poderá ser efetuado o pagamento correspondente. O prazo para a realização da vistoria de verificação da execução dos serviços é de 10 (dez) dias úteis contados da comunicação oficial a CONTRATADA, do adimplemento da obrigação.
  5. Havendo qualquer dúvida acerca dos recolhimentos fiscais e trabalhistas, o gestor da obra está autorizado a requisitar da empresa contratada a apresentação dos comprovantes individualizados dos recolhimentos e as respectivas GFIPs discriminadas.
  6. Os documentos elencados nas alíneas 12.3.2 e 12.3.3 poderão ser apresentados em cópia autenticada em cartório ou acompanhados dos respectivos originais, para autenticação pelo IFAL.
  7. Em obediência às determinações da Lei nº. 9.430, de 27 de dezembro de 1996 e da Instrução Normativa SRF nº. 480, de 15 de dezembro de 2004 e alterações posteriores, os tributos e contribuições devidos sobre pagamentos efetuados serão retidos na fonte.
  8. Antes de efetivar cada pagamento será procedida consulta "on line" junto ao SICAF e ao CADIN, para atestar a continuidade das condições de habilitação exigidas no presente Edital, os resultados da consulta serão impressos e juntados aos autos do processo.
     1. A constatação do descumprimento da exigência da manutenção das condições da habilitação enseja a aplicação de penalidade e a rescisão contratual, garantido o contraditório e a ampla defesa.
  9. Verificada a existência de irregularidade fiscal perante o SICAF, ou registro no CADIN, a empresa será notificada da ocorrência e será adotado o procedimento tendente à aplicação de penalidade, ficando o pagamento suspenso por até 60 (sessenta) dias, período em que será comunicada a existência do crédito ao órgão responsável pela arrecadação do tributo devido e, transcorrido esse período sem que ocorra ordem judicial para retenção dos valores, o pagamento será realizado sem qualquer atualização e será iniciado o procedimento administrativo para rescisão contratual, por inadimplemento contratual, com fundamento no art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93.
     1. Não obsta a efetivação do pagamento a existência de registro no SICAF de aplicação de penalidade à empresa CONTRATADA, por outro órgão da Administração Pública, desde que comprovada a sua regularidade fiscal ou após adotados os procedimentos estabelecidos no subitem anterior.
  10. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA antes de paga ou relevada a multa que lhe tenha sido aplicada e/ou sem que antes tenha sido comprovado o recolhimento da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART/ Registro de Responsabilidade Técnica - RRT da obra, recolhimento das garantias do Contrato, conforme o caso, e a Certidão de Matrícula da Obra junto ao INSS.
  11. O recebimento da última parcela fica condicionado, além das exigências já elencadas, a comprovação da baixa da matrícula da obra no INSS, à entrega do projeto executivo “as built” e do termo de habite-se da obra e aprovação final do Corpo de Bombeiros.
  12. Somente serão pagos os quantitativos efetivamente medidos pela fiscalização.
  13. O IFAL recusará o pagamento, se no ato de atestação, os serviços executados, os equipamentos ou materiais fornecidos não estiverem em perfeitas condições de funcionamento ou em desacordo com as normas técnicas e as especificações e exigências deste Edital e seus anexos.
  14. O IFAL poderá deduzir da importância a pagar os valores correspondentes às multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA nos termos desta licitação.

1. **DO REAJUSTE**
   1. Os preços inicialmente Contratados poderão ser reajustados, caso solicitado pela CONTRATADA, após o período de um ano da data da entrega da proposta, utilizando-se, para tanto, o Índice Nacional de Custo da Construção Civil (INCC)- Edificações, aplicando-se a seguinte fórmula:

R= V (I – I°), onde:

I°

R= Valor do reajuste procurado;

V= Valor constante da proposta;

I= Índice relativo ao mês do reajustamento;

I°= Índice relativo ao mês da proposta

* 1. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o IFAL pagará ao licitante vencedor a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
  2. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
  3. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.
  4. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

1. **DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA**
   1. **Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, mediante solicitação expressa ao IFAL, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados a taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:**

**I = (TX/100)**

**365**

EM = I x N x Vp, onde:

EM = Encargos moratórios;

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

Vp = Valor da parcela em atraso.

* 1. **A empresa CONTRATADA não fará jus à atualização financeira a que se refere o subitem anterior, se o atraso decorrer de entrega tardia da documentação exigida, ou da ausência total ou parcial desta, ou de pendência no cumprimento, pela CONTRATADA, de qualquer das cláusulas do instrumento contratual.**

1. **DA FISCALIZAÇÃO**
   1. A execução deste Contrato será acompanhada e fiscalizada por um ou mais servidores responsáveis, designados pelo CONTRATANTE, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/1993.
   2. A execução da obra será acompanhada e fiscalizada por servidor(es) da equipe de engenharia do IFAL, para tanto instituída, devendo:

I - promover o acompanhamento e as avaliações das etapas executadas, observado o disposto no Cronograma Físico-Financeiro e as exigências estabelecidas no Edital e no presente Contrato; e

II - atestar os documentos referentes à conclusão de cada etapa, nos termos contratados, para efeito de pagamento.

* 1. Além do acompanhamento e da fiscalização dos serviços, o(s) servidor(es) da equipe de engenharia deverá(ão) sugerir à autoridade competente que suste qualquer trabalho que esteja sendo executado em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se tornar necessária.
  2. O CONTRATADO providenciará e manterá Diário de Obras (livro de capa resistente) com páginas numeradas e rubricadas pela fiscalização, onde serão anotadas todas as ocorrências, conclusão de eventos, atividades em execução formais, solicitações e informações diversas que, a critério das partes, devam ser objeto de registro.
  3. O Diário de Obras é propriedade do IFAL e ao final da obra será incorporado ao processo administrativo da contratação e execução da obra.
  4. Os membro(s) da fiscalização anotarão em Diário de Obra, a ser fornecido pelo CONTRATADO, todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.
  5. O Diário de Obra deverá ter todas as suas páginas numeradas em ordem sequencial e rubricadas pela fiscalização. Caberá ao responsável técnico do CONTRATADO o seu preenchimento. Será dada ciência do preenchimento do Diário à fiscalização dos serviços que efetuará no Diário as anotações mencionadas nesta Cláusula.
  6. O CONTRATADO deverá indicar preposto para representá-la sempre que for necessário, durante o período de vigência do Contrato e manter disponível, durante a execução da obra, o engenheiro responsável pela obra.
  7. O(s) servidor(es) equipe de fiscalização do IFAL anotará(ão) em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços mencionados, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

1. **DAS SANÇÕES**

17.1 Nos termos do Art. 87 da Lei 8.666/93, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao CONTRATADO, as seguintes penalidades:

**1 –** **Advertência -** por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação. Feita através de notificação por meio de ofício, mediante contrarrecibo do representante legal do CONTRATADO;

**2 – Multa Moratória -** limitada a 10% do valor global atualizado do Contrato, sob pena de configurar-se o inadimplemento, conforme abaixo especificado:

a) De 0,5% sobre o valor global da contratação, por dia de atraso injustificado no início da prestação, após a emissão da ordem de serviço, limitada sua aplicação, até o máximo de dez dias, independentemente das demais sanções cabíveis. Após o 10º dia de atraso, os serviços poderão, a critério do CONTRATANTE, não mais serem aceitos, configurando-se a inexecução total do contrato, com as consequências previstas em lei e neste instrumento;

b) 5,0% pelo não cumprimento dos prazos estabelecidos no Cronograma Físico-Financeiro, por ocorrência, calculados sobre o valor da etapa não executada, até a efetiva regularização;

c) 0,2% pela suspensão ou interrupção, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, dos serviços contratuais por dia, calculados sobre o valor global atualizado do Contrato;

d) Com percentual de acordo com o grau de infração disposto na tabela abaixo:

|  |  |
| --- | --- |
| **MODALIDADE** | **CORRESPONDÊNCIA** |
| 1 | 0,1% por ocorrência sobre o valor global atualizado do Contrato; |
| 2 | 0,1% por dia sobre o valor global atualizado do Contrato; |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **INFRAÇÃO** | | |
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO** | **GRAU** |
| 01 | Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais; | 02 |
| 02 | Manter trabalhador sem qualificação exigida para executar os serviços contratados, ou deixar de substituir trabalhador quando exigido pela FISCALIZAÇÃO, por trabalhador; | 01 |
| 03 | Permitir a execução de serviços sem utilização de EPI/EPC ou a presença de trabalhador fora dos locais em que estão realizados os serviços, por trabalhador; | 01 |
| 04 | Não apresentação da garantia no prazo; | 02 |
| 05 | Deixar de zelar pelas instalações do IFAL ou de terceiros; | 01 |
| 06 | Deixar de cumprir determinação formal ou instrução da FISCALIZAÇÃO; | 02 |
| 07 | Pela recusa em refazer qualquer serviço que vier a ser rejeitado, caracterizada se a medida não se efetivar no prazo máximo de 05 (cinco) dias, ou no prazo para tanto estabelecido pela fiscalização, contado da data de rejeição; | 02 |
| 08 | Pela recusa em substituir qualquer material defeituoso empregado na execução da obra, que vier a ser rejeitado, caracterizada se a substituição não ocorrer no prazo máximo de 5 (cinco) dias, ou no prazo para tanto estabelecido pela fiscalização, contado da data da rejeição; | 02 |
| 09 | Deixar de cumprir quaisquer dos itens do edital e de seus anexos não previstos nesta tabela de multas, por item e por ocorrência; | 01 |

**3 – Impedimento de licitar/Contratar –** O contratado ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no instrumento convocatório e no contrato, bem como das demais cominações legais, implicando, ainda, no seu descredenciamento dos sistemas de cadastramento dos entes federativos que compõem a Autoridade Pública, quando:

a) convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato, inclusive nas hipóteses previstas no parágrafo único do art. 40 e no art. 41 da Lei nº 12.462/2011, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida;

b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documento falso;

c) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

d) não mantiver a proposta, salvo se em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado;

e) fraudar a licitação ou praticar atos fraudulentos na execução do contrato;

f) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; ou

g) der causa à inexecução total ou parcial do contrato.

17.2 A multa moratória, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia prestada pelo Contratado, não impedindo que o IFAL rescinda unilateralmente o Contrato e aplique quaisquer das demais sanções previstas nesta Cláusula, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

17.3 Se a multa moratória for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo Contratante ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

17.4 Não havendo interesse do CONTRATANTE na execução do objeto, total ou parcialmente, em razão do descumprimento por parte do CONTRATADO de qualquer das condições avençadas, será ser aplicada a multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor global atualizado do contrato.

17.5 Comprovado o impedimento ou reconhecida a força maior, devidamente justificados e aceitos pela Administração do CONTRATANTE, o CONTRATADO ficará isento das penalidades mencionadas.

17.6 A mora no cumprimento da obrigação, além de sujeitar o CONTRATADO à aplicação de multa, autoriza o IFAL, em prosseguimento ou na reincidência, a rescindir o Contrato e a punir o CONTRATADO faltoso com a aplicação das demais sanções desta Cláusula.

17.7 A prévia defesa do Contratado poderá ser apresentada no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da intimação do ato.

17.8 Não conhecido ou improvido o recurso cabível, o valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao IFAL, através de GRU – Guia de Recolhimento da União, informando a UG 158147, a Gestão 26402; o CÓDIGO: 28867-5 e o CNPJ do CONTRATADO, dentro de 3 (três) dias úteis após a respectiva notificação, ficando a contratada obrigada a comprovar o recolhimento, mediante a apresentação da cópia da referida guia. O formulário da GRU poderá ser obtido no sítio da STN, <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru_novosite/gru_simples.asp>.

17.9 A aplicação de quaisquer das penalidades previstas neste Edital será comunicada por escrito ao CONTRATADO infrator e registrada no SICAF.

1. **DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO CONTRATUAL**
   1. A inexecução total ou parcial do Contrato, por parte do CONTRATADO, assegurará ao CONTRATANTE o direito de rescisão nos termos do art. 77, bem como nos casos citados no art. 78, ambos da Lei nº 8.666/93, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito.
   2. A rescisão do Contrato, nos termos do artigo 79 da Lei nº 8.666/93, poderá ser:

a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração do CONTRATANTE nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93;

b) amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no respectivo processo, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

c) judicial, nos termos da legislação.

* 1. A rescisão contratual fundada no inciso I, do art. 79, da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das sanções previstas no item 17 do presente Contrato, acarreta as seguintes consequências:

I - assunção imediata do objeto do Contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio do CONTRATANTE;

II - ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do Contrato, necessários à sua continuidade, na forma do inciso V do art. 58, da Lei nº 8.666/93;

III - execução da garantia contratual, para ressarcimento do CONTRATANTE, e dos valores das multas e indenizações a ele devidos;

IV - retenção dos créditos decorrentes do Contrato até o limite dos prejuízos causados ao CONTRATANTE.

A aplicação das medidas previstas nos incisos I e II do parágrafo anterior fica a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

* 1. Na hipótese do inciso II do parágrafo segundo, o ato deverá ser precedido de autorização expressa do Ministro da Previdência Social.
  2. Determinada a rescisão o CONTRATANTE procederá a vistoria e levantamento dos serviços executados, dos equipamentos e materiais do acervo existente, que servirão de base para o acerto final de contas, se for o caso.

1. **DA ENTREGA DA OBRA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO**
   1. **Executada integralmente a obra e cumpridas todas as obrigações objeto desta licitação, a CONTRATADA deverá comunicar oficialmente ao IFAL, mediante correspondência escrita, até o 5º (quinto) dia após a data fixada para conclusão dos mesmos.**
   2. **O recebimento do objeto da licitação será feito provisoriamente por servidor designado para o acompanhamento e fiscalização do Contrato, em até 15 (quinze) dias corridos a partir da data do comunicado ao IFAL do encerramento das obras, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, em três vias, onde serão discriminados todos os serviços objeto deste edital, para posterior verificação da sua conformidade com todos os elementos técnicos que serviram de base para licitação.**
   3. **O recebimento definitivo do objeto da licitação será feito por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, em três vias, em até 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da data do recebimento provisório.**
   4. **No termo de recebimento definitivo serão elencadas todas as situações do recebimento, como também a descrição detalhada dos serviços recebidos, comprovando a adequação do objeto licitado aos termos contratuais.**
   5. **Caso a Administração não aceite os serviços, poderá conceder novo prazo à CONTRATADA, para que, às suas expensas, complete ou refaça os serviços rejeitados, reservado o direito de aplicação das penalidades cabíveis. Enquanto tais serviços não forem recebidos definitivamente, a CONTRATADA não poderá emitir faturas a eles correspondentes.**
   6. **O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a CONTRATADA da responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou serviço, nem a ético-profissional pela perfeita execução do Contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo Contrato.**

Maceió, 24 de maio de 2016.

Rafaella Cristina Teixeira Penedo

Coordenação de Orçamento de Obras e Apoio à Licitação

**ANEXO II – MEMORIAL DESCRITIVO/ ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

**ASSUNTO:** Implantação do Sistema de Combate a Incêndio e Pânico e do Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA) do campus Marechal Deodoro do **INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALAGOAS - IFAL.**

**CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

Este memorial tem por objetivo descrever e especificar de forma clara os serviços a serem executados na obra de Implantação do Sistema de Combate a Incêndio e Pânico e de SPDA do campus Marechal Deodoro do Instituto Federal de Alagoas. Com área de cerca de 6.249,32m².

Esta especificação complementa os projetos fornecidos pela Contratante. Todas as modificações no projeto ou troca de materiais especificados deverão ser solicitadas por escrito à Contratante, através da sua fiscalização, com antecedência necessária para sua análise e aprovação, sem a qual os serviços não poderão ser executados.

**1.0- SERVIÇOS PRELIMINARES**

**1.1- PLACA DE OBRA:** a placa da obra deverá ser executada em chapa de aço galvanizado sobre armação de madeira com seção de 7,5 cm x 7,5 cm, em modelo que segue anexo, com as modificações que forem necessárias, assim sejam apresentadas pela fiscalização. A placa deverá conter o título da obra, o valor da obra, o nome do IFAL Campus Marechal Deodoro, objeto a ser executado, e logomarca do Governo Federal, data de início e fim da obra. Deverá ser afixada no primeiro dia da obra, próxima à obra em local absolutamente visível pela comunidade. Usar o modelo apresentado pelo IFAL.

**1.2- ADMINISTRAÇÃO DA OBRA**: A contratada deverá manter na obra diariamente encarregado geral. O engenheiro deverá acompanhar a obra constantemente, estando presente na obra, no mínimo, 32h por mês.

**1.3- CONTAINER:** o barracão da obra será composto por dois *containers* confeccionados em chapa de aço com nervuras trapezoidais, medindo cada qual, no mínimo, 2,4 m de largura, 6,0 m de comprimento e 2,4 m de altura. Um deles será usado para almoxarifado, devendo ter um vão único, prateleiras e porta dupla, não sendo necessárias janelas. O outro será usado como vestiários, contendo três lavatórios, quatro cabines com vasos sanitários e quatro cabines de chuveiros. Será admitida estrutura semelhante e com igual funcionalidade, desde que haja prévia aprovação da fiscalização. O fornecimento de água e energia será por conta da contratada.

**1.4 - PPRA:** A Contratada deverá elaborar e apresentar à fiscalização o Programa de Prevenções de Riscos Ambientais (PPRA), referente à obra, de acordo com a Norma Regulamentadora (NR 09). O PPRA deverá ser apresentado no início da obra.

**1.5 - PGRCC:** A Contratada deverá apresentar, também no início da obra, o Programa de Gestão de Resíduos Sólidos da Construção Civil (PGRCC), com apresentação de ART **definitiva**.

**1.6 - PROJETOS AS BUILT**: após a conclusão dos serviços, deverá ser feito o projeto *as built* de combate a incêndio e pânico e de SPDA, o qual serão entregues em via digital (CD ou DVD) e em uma via impressa, assinada pelo técnico responsável, com a respectiva ART **definitiva**.

**1.7 - TAPUME DE ISOLAMENTO EM MADEIRITE** - os tapumes e outros meios de proteção e segurança serão executados pela contratada. Deverá ser usado para o fechamento da obra. Os tapumes deverão ser construídos atendendo as exigências das prefeituras, da norma regulamentadora NR 18 e o tempo de duração da obra. Os tapumes deverão ser construídos de forma a resistirem a impactos de no mínimo 60 kgf/m2 e ter altura mínima de 2,20 m em relação ao nível do terreno. Deverá ser prevista abertura e colocação de portão para acesso de pessoas e entrada de material, quando necessário.

**1.8 - ART/RRT:** A Contratada deverá apresentar ao fiscal Anotação de Responsabilidade Técnica (ART)/ Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) **definitiva** do responsável técnico pela obra e do engenheiro da obra.

**2.0- DEMOLIÇÕES E RETIRADAS**

A Contratada deverá fornecer **antes do início da obra**, para aprovação da Fiscalização, um programa detalhado, descrevendo as diversas fases da demolição previstas no projeto e estabelecendo os procedimentos a serem adotados na remoção de materiais reaproveitáveis.

Os materiais reaproveitáveis provenientes da demolição serão convenientemente removidos para os locais indicados pela Fiscalização, devendo a contratada fazer uma listagem de tudo o que foi retirado e esta lista deverá ser assinada pela fiscalização antes que o material saia do local. A Contratada será responsável pela limpeza da área, ao término dos serviços.

A demolição convencional, manual ou mecânica, será executada conforme previsto no projeto e de acordo com as recomendações da Norma NBR 5682.

**2.1-** A demolição manual será executada progressivamente, utilizando ferramentas portáteis motorizadas ou manuais. O calçamento da área externa (somente por onde for passar a tubulação) será retirado para possibilitar a passagem dos tubos de Aço para a alimentação dos hidrantes. Esta retirada prevê o reassentamento das pedras de paralelepípedo.

**2.2-** O piso de concreto a ser retirado é o caminho da tubulação dos hidrantes, incluindo o de recalque. Ao retirar o piso de concreto com a utilização de ferramentas elétricas e manuais para a passagem dessa tubulação, previsto em projeto, deve-se sinalizar e proteger a área a ser demolida para evitar projeções de partículas em terceiros.

**2.3-** O forro de gesso será retirado nos locais onde impeça o lançamento de eletrodutos galvanizados. Ao retirar as placas de gesso com a utilização de ferramentas elétricas e manuais para a passagem dessa tubulação, previsto em projeto, deve-se sinalizar e proteger a área a ser demolida para evitar projeções de partículas em terceiros.

**2.4- Remoção de entulhos -** A remoção de entulhos deverá respeitar as tolerâncias estipuladas nos itens 7.1.3 e 7.1.4 da Norma NBR 5682. Será evitado o acúmulo de entulho em quantidade tal, que provoque sobrecarga excessiva sobre os pisos ou pressão lateral excessiva sobre as paredes, ou obstrua o transito de veículos e pessoas. A destinação dos resíduos deverá estar de acordo com as resoluções do CONAMA e com o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Construção Civil (PGRCC) apresentado à fiscalização.

**3.0 ESCAVAÇÕES E CALÇAMENTOS**

**3.1-** A escavação manual consiste na abertura de vala para a colocação dos tubos de ferro para a instalação hidráulica dos hidrantes. Essa vala terá 0,80m de largura por 0,70m de profundidade, atendendo a todos os pontos de hidrante. Essas aberturas têm que ser protegidas e devidamente sinalizadas para que não haja acidentes com trabalhadores, alunos, servidores e terceiros.

3.2- Após a colocação de toda a tubulação, as valas abertas serão reaterradas com o material retirado destas. E, só após esse reaterro, serão recolocadas as pedras de paralelepípedo.

3.3- Execução do passeio (calçada) de concreto através de preparo mecânico, com 7cm de espessura, com junta de dilatação em madeira, incluso lançamento e adensamento.

**4.0. INSTALAÇÕES ELÉTRICAS**

As instalações elétricas consistem na instalação de ponto de tomada para alimentação das luminárias de emergência alocadas no campus. As tomadas seguirão o padrão brasileiro (2P+T), de sobrepor, 10 Ampères, de uso geral, de acordo com as Normas Técnicas da ABNT, com eletroduto eletrolítico leve, de diâmetro φ3/4”, e devidamente aterradas. Os circuitos para alimentação dessas luminárias sairão dos quadros de distribuição mais próximos destas.

As luminárias de emergência, a serem alocadas em pontos determinados em projeto, serão compostas de 31 LED’s de alto brilho, com potência de 20 Watts cada. A alimentação destas luminárias de emergência será sempre por disjuntor exclusivo, sem interrupção, durante 24h. Deve assegurar o mínimo de proteção de acordo com a NBR 6146, de forma a ter resistência contra impacto de água, sem causar danos mecânicos nem o desprendimento da luminária.

Além das luminárias de LED, serão instalados também blocos autônomos de iluminação de emergência compostos de dois faróis com potência de 55 Watts. Estes blocos deverão vir com suporte e bateria de 12 Volts para garantir a comutação automática no caso de falta de energia, com autonomia para 2 (duas) horas, conforme indicação no projeto elétrico, com as recomendações do fabricante e com a norma da ABNT NBR 10898/2013, que regulamenta o sistema de iluminação de emergência.

**5.0. SISTEMA DE DETECÇÃO DE FUMAÇA E DE ALARME**

5.1– Detector de Fumaça Pontual Endereçável - Serão instalados 102 (cento e dois) detectores de fumaça pontuais endereçáveis, tendo as seguintes características:

a) Alimentação: 16V a 32V DC;

b) Corrente do alarme: 10mA a 100mA, no máximo;

c) Corrente padrão:

- Média de 60µA, pico de 90µA a 24V DC

- Média de 40µA, pico de 60µA a 16V DC.

d) Umidade Relativa: 0% a 95%;

e) Sensibilidade: ajuste a 10% / 50cm;

f) Temperatura: +57ºC.

A tubulação do sistema será em ferro galvanizado ᶲ ¾”, pintada de vermelho e os sensores instalados em conduletes de liga de alumínio fundido também de ᶲ ¾”. A tubulação que desce para a alimentação dos acionadores e avisadores audiovisuais será fixada na parede através de abraçadeiras tipo D com cunha, de ᶲ ¾”.

5.2- Central de Detecção e Alarme Endereçável

A central de detecção e alarme deve ter dispositivo de teste dos indicadores luminosos e dos sinalizadores acústicos. Deve acionar o alarme geral da edificação, devendo ser audível em toda edificação, sendo obrigatório conter um painel/esquema ilustrativo indicando a localização com identificação dos acionadores manuais ou detectores dispostos na área da edificação, respeitadas as características técnicas da central. Esse painel pode ser substituído por um display da central que indique a localização do acionamento.

Circuitos de detecção com dispositivos endereçados individualmente, permitindo a central identificar a área protegida e o dispositivo em alarme. Este sistema não permite o ajuste do nível de alarme dos dispositivos.

Descritivo Básico para a central de detecção e alarme:

- Endereçável com pelo menos 20 laços;

- possuir carregador flutuador;

- possuir proteção automática contra descarga da bateria;

- possuir indicador visual de condição de rede;

- duas baterias com duas linhas;

- possuir proteção contra sobretensão de entrada e sobrecarga de saída;

- Tensão 110V/220V (com chave seletora).

5.3- Sistema de Alarme

Serão instalados alarmes do tipo audiovisual endereçáveis. Os acionadores deverão ser instalados a uma altura de 1,35m do piso acabado, produzidos em chapa de aço e pintura epóxi de alta resistência. São instaladas junto a uma central e serão do tipo “REARMÁVEL”. E, em locais que requerem cuidados especiais, serão instalados alarmes do tipo visual.

As sirenes deverão possuir as seguintes características:

- Tensão de alimentação: 12 ~ 24Vcc;

- Corrente de consumo: 30mA;

- Pressão sonora de 100 dB a 1 metro;

- Entrada para eletroduto de ½”;

- Fundo e frente em ABS.

Devem ser instalados a uma altura entre 0,90m e 1,35m do piso acabado na forma de sobrepor, na cor vermelho segurança.

Serão instalados 10 (dez) avisadores sonoros audiovisuais endereçáveis, distribuídos por todos os ambientes do campus onde tenha reunião de público. Os avisadores serão supervisionados pela central de detecção e alarme, inclusive quanto ao rompimento de fios e cabos em suas ligações. Serão instalados a uma altura entre 2,20 e 3,50 metros, de forma sobreposta, preferencialmente na parede.

**6.0 – REDE DE HIDRANTES**

Será construído o barrilete para a implantação das bombas de incêndio. Para a alimentação da rede de hidrantes, serão utilizados tubos de ferro com costura DIN 2440/NBR 5580 – classe média DIN 2 1/2”, com espessura de 3,65mm – 6,51Kg/m e tubos de ferro com costura DIN 2440/NBR 5580 – classe média DIN 4”, com espessura de 4,5mm – 12,1Kg/m.

O conjunto motor-bomba será composto de duas bombas, sendo uma principal e outra reserva, com as seguintes características:

Motor trifásico, tensão 220/380VCA

potência 10 CV

polos 04

rotação 3500rpm

rendimento 0,60

Bomba 45m³/h, 65,58 mca

sucção Ø 4”, flange

recalque Ø 2.1/2”, flange

carcaça ferro fundido

rotor fixo Ø 220 mm, ferro fundido

selo mecânico inox

parafusos e bujões aço galvanizado

base fixa

**Mangueira**

Aplicação Edificação Comercial (tipo 2)

Capa simples, reforço têxtil sintético confeccionado 100% em fio de alta tenacidade cor branca

Tubo interno borracha sintética

Pressões trabalho- 14 Kgf/cm². (1370 kpa)

teste – 28 Kgf/cm². (2745 kpa)

ruptura – 55 Kgf/cm². (4120 kpa)

Uniões Storz 1½”, latão

Norma NBR 11861

Diâmetro 1 ½”

Comprimento 15m

Perda de carga ≤ 0,515mca/ m (Q= 200L/min)

**Esguicho sólido**

Tipo Jato sólido

Engate 1 ½”, Storz

Requinte fixo, Ø 16 mm

Construção latão

Peso 0,65kg

**Abrigo para hidrante**

Tipo sobrepor

Dimensões 750x500x170m (HxLxP)

Prateleiras p/ 2 mangueiras 1 (dobradiças c/ abertura 90°)

Porta (2) c/ visores (vidro 4mm) e taramela

Construção chapa de aço fosfatizado ≥ #18

Tratamento da chapa anti-corrosivo, primer

Acabamento duas demãos esmalte sintético vermelho

**Tampa p/ hidrante de passeio (dispositivo de recalque)**

Dimensões 400 x 600mm, ferro fundido com dobradiças

Inscrição na tampa “INCÊNDIO” em baixo relevo

**VÁLVULAS**

**Válvulas de Retenção**

Tipo horizontal ou vertical

Corpo ferro fundido

Anel e eixo aço inox

Classe 125

Pressão de trabalho (água fria) > 1960kPa

**Válvulas Gaveta e Globo**

Corpo ferro fundido

Haste ascendente

Componentes internos aço inox

Classe 150

Pressão de trabalho (água fria) > 1960kPa

**Válvula Globo Angular de 45°**

Corpo bronze forjado

Vedações etileno-propileno

Volante alumínio

Conexão de entrada 2½” BSP 11 F.P.P.

Conexão de saída 2½”, rosca macho, 5 F.P.P.

Adaptador Storz 2½” x 1½” (hidrantes internos)

2½” x 2½” (hidrante de passeio)

Pressão de trabalho (água fria) > 210mca

Pressão de teste > 840mca

**CONEXÕES**

Norma NBR 6943, NBR 8090, DIN 2950

Material ferro maleável, zincado a fogo

Rosca BSP (NBR 6414), cônica externa, plana interna

Pressão de trabalho (água fria) > 1200kPa

Pressão de teste 100bar

**TUBULAÇÃO**

Tipo NBR 5580, DIN 2440, BS 1387 (média) com ou sem costura, galvanizada

Pressão de teste > 500kPa

Rosca BSP (NBR 6414)

Pintura (em locais aparentes) base p/ ferro galv., duas demãos esmalte sintético cor vermelho bombeiro

**Manômetro**

Tipo industrial

Pressão de trabalho 10kg/cm²

Tolerância < 1% (classe A1- ABNT)

Mecanismo AISI 304

Diâmetro do instrumento 2½"

Caixa fenol

Visor vidro 4 mm, plano

Soquete AISI 316

Mostrador 0 - 10kg/cm² (circular concêntrico, escala em 270°)

Ponteiro balanceado

Tubo Bourdon monel

Conexão Ø 1/2" BSP

**Pressostato**

Tipo diferencial

Grau de proteção IP 66 (IEC 529)

Faixa de regulagem 1 a 10bar (10 a 100mca)

Diferencial 0,3 a 1,3bar

Pressão de ensaio 25bar

Temp. do meio 150°C

Contatos reversores (1)

Conexão Ø 3/8" BSP

**Chave de Fluxo**

Chave de fluxo d'agua com retardador pneumático,

Regulagem de 0 a 90 segundos,

Corpo alumínio astm B 211,

Pressão 10 kgf / cm² - máxima

Palheta nylon com parafuso para regulagem

Vedação anel de borracha “o-ring”

Contato chave micro-switch unipolar

Dimensões 120 mm x 155 mm x 120 mm

Alimentação elétrica - 110 / 220 vca-5a ou 110 / 220 vcc- 2,5A

Adequada para fixação com grampos em tubulações de Ø 2” a 8”

**7.0. FORROS**

Nos ambientes onde tiver retirada de forro de gesso, esse forro será reposto em placas pré moldadas de gesso liso, bisotado, 60x60cm com espessura central de 1,20cm e nas bordas 3,0cm, através de estrutura de madeira e fixação com arame.

**8.0. PINTURA**

As superfícies a pintar serão cuidadosamente limpas e convenientemente preparadas para o tipo de pintura a que se destinam. A eliminação de poeira deverá ser completa, tomando-se precauções e cuidados especiais contra o levantamento de pó durante os trabalhos até que as tintas sequem inteiramente.

As superfícies só poderão ser pintadas quando perfeitamente enxutas, seladas e emassadas. Deverão ser adotados cuidados especiais no sentido de evitar salpicaduras de tinta em superfícies não destinadas à pintura, convindo prevenir a grande dificuldade de posteriores remoções de tintas aderidas às superfícies rugosas.

Cada demão de tinta só poderá ser aplicada quando a precedente estiver perfeitamente seca, convindo observar um intervalo mínimo de 24 horas entre duas demãos sucessivas. Igual cuidado deverá haver entre as demãos de massa e tinta, sendo, pelo menos de 48 horas, nesse caso, o intervalo recomendado.

Todos os tipos de pintura para cada ambiente serão de acordo com o abaixo relacionado:

**8.1 Massa corrida 2 demãos –** deverá ser aplicada em todos os tetos de gesso, no qual ele tenha que ser retirado para a passagem de eletrodutos. Inclui o lixamento das placas para nivelamento. Caso seja necessário, deverão ser emassados os acabamentos das portas que tiveram seu sentido invertido.

**8.2 Tinta Coralgesso ou similar (2 demãos) -** deverá ser aplicada todos os tetos de gesso, no qual ele tenha que ser retirado para a passagem de eletrodutos. Decorridas 24 horas após a aplicação das demãos de massa corrida, a superfície será lixada levemente e limpa. Após 12 horas, serão aplicadas as demãos necessárias da pintura coralgesso ou similar, a rolo, na diluição indicada pelo fabricante. A cor será branca, no mesmo tom da pintura atual, porém, antes da aplicação, a tinta deverá passar pela aprovação do fiscal da obra para determinar a exata tonalidade. Caso seja necessário, deverão ser pintados os acabamentos das portas que tiveram seu sentido invertido.

**8.3** As tubulações de ferro galvanizado serão pintadas na cor vermelho bombeiro. Antes da pintura, será aplicado fundo preparador óxido Ferro/Zarcão, anticorrosivo Primer a base de Epóxi para estruturas metálicas, com espessura de 25 micra. A tinta para a pintura da tubulação aparente será esmalte sintético na cor vermelha, específica para metais. Este mesmo fundo preparador será utilizado na estrutura dos corrimãos. Porém, a pintura de acabamento destes será em epóxi fosca para corrimão em ferro galvanizado. A cor será definida pela fiscalização.

**9.0 EXTINTORES E SINALIZAÇÃO**

**9.1 – Extintor de CO2 6kg, fornecimento e instalação, inclusive sinalização indicativa –** a localização é a indicada no projeto de combate a incêndio e pânico aprovado pelo Corpo de Bombeiros Militar de Alagoas (CBMAL), parte integrante deste processo de licitação. Deverá obedecer ainda às recomendações do fabricante e à norma da ABNT NBR 11716.

**9.2 – Extintor incêndio Pó Químico tipo ABC 6Kg, fornecimento e instalação, inclusive placa indicativa–** a localização é a indicada no projeto de combate a incêndio e pânico aprovado pelo Corpo de Bombeiros Militar de Alagoas (CBMAL), parte integrante deste processo de licitação. Deverá obedecer ainda às recomendações do fabricante e à norma da ABNT NBR 11716.

**9.3 – Placas Indicativas de Saídas de Emergência**

As placas de sinalização de saídas de emergência devem ser fotoluminescentes, comprovada através de laudo de fabricante, com dimensões e localizações de acordo com o projeto de combate a incêndio e pânico aprovado e integrante deste processo de licitação. Deverão atender a NBR 13.434/2004.

**9.4 – Sinalização horizontal com tinta retrorrefletiva**

No local destes extintores, haverá demarcação de piso através de tinta retrorrefletiva vermelha e amarela à base de resina de acrílica com microesferas de vidro.

**10. SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS (SPDA)**

O SPDA deverá ser executado conforme NBR 5419/2015. Os dispositivos e equipamentos deverão garantir a continuidade elétrica em caso de descarga atmosférica. Deverá ser emitido laudo referente ao SPDA.

É de fundamental importância que após a instalação haja uma manutenção periódica anual a fim de se garantir a confiabilidade do sistema. São também recomendadas vistorias preventivas após reformas que possam alterar o sistema e também toda vez que a edificação for atingida por descarga direta.

* 1. **SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS**

O método utilizado deverá ser a da Gaiola de Faraday em conjunto com o captor Franklin.

O presente descritivo tem como finalidade definir os parâmetros técnicos ideais a serem mantidos no Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas – SPDA – para a proteção das edificações do campus a serem executados.

O projeto estabelece os critérios e especificações para a execução da obra do SPDA e sistema de aterramento, visando trazer às edificações segurança e redução dos riscos das Descargas Atmosféricas.

Para o projeto, fabricação, montagem e ensaios dos equipamentos e seus acessórios principais, bem como em toda a terminologia adotada, serão seguidas as prescrições da publicação da Norma Técnica Brasileira NBR 5914, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

* 1. **SUBSISTEMA DE CAPTAÇÃO**

O método utilizado para a proteção dos imóveis será a Gaiola de Faraday em conjunto com o captor Franklin.

- serão instalados 148 terminais aéreos e cinco captores tipo Franklin, distribuídos conforme projeto e interligados a malha de captação com através de haste de aterramento galvanizada (REBAR).

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Item | Especificação Técnica | Ilustrativa |
| Terminal Aéreo | Terminal aéreo em aço galvanizado  h = 50cm x 3/8”, com fixação horizontal  Sem bandeira | terminais-aereos-de-insercao |
| Captor tipo Franklin uma descida | Em aço inoxidável rosca ¾” x 350mm | captador-tipo-franklin-uma-descida |
| Mastros | Mastros Telescópicos com redução para 3/4”  H = 6 metros (3m x ø2” + 3m x ø 1 ½” | Mastros Telescópicos |
| Base para mastros | Bases para mastros em alumínio fundido ø2” para fixação do mastro através de parafusos sextavados e buchas nº 08 e arruelas | Bases para Mastros em Alumínio Fundido |
| Hastes Galvanizadas (REBAR) | Fornecimento e instalação de haste de aterramento galvanizada a fogo 3/8"x3,45m (RE-BAR) TEL-760, exclusive clips | RE-BARS-–-Barras-Redondas-de-Aço-Galvanizadas-a-Fogo |
| Estais para fixação de mastros | Conjunto de estais com cordoalhas e esticadores  2 metros cada estais x ø2” | Conjuntos de Estais com Cordoalhas e Esticadores |
| Sinalizadores | Sinalizador noturno com relé fotoelétrico  Duplo p/ 2 lâmpadas 60W com relé fotoelétrico 220V | Sinalizador Noturno |
| Cabo de cobre nu | Cabo de cobre nu #50mm² - 7 fios x ø2”, (NBR 6524) |  |
| Fixador | Fixador universal em latão estanhado para cabos de #16mm² a #70mm² | fixador universal. |
| Conector | Conector de pressão SPLIT- BOLT p/ cabo de cobre. | http://www.tel.com.br/wp-content/uploads/2011/04/conector-spllit-bolt-em-latao-estanhado.jpg |
| Materiais para vedação | Silicone bisnaga 300g  Pasta anti-óxido 400g | Adesivo_poliuretano |

* 1. **SUBSITEMA DE DESCIDAS**

O subsistema de descidas deverá ser utilizado cabo de cobre nu #16mm² embutido em eletroduto à parede por meio de abraçadeiras e parafusos até 2,50 metros do piso térreo, terminando na caixa de medição, a partir de onde deverão ser derivados para cabos de cobre nu #50mm² protegidos por eletrodutos de PVC até as hastes de aterramento em caixas de passagem subterrâneas.

* 1. **SUBSISTEMA DE ATERRAMENTO**

A malha de aterramento será composta de um anel de cordoalha de cobre de #50mm² nas laterais das edificações (vão entre o prédio principal e o Anexo), com hastes de aterramento de 5/8” e 254 microns.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Item | Especificação Técnica | Ilustrativa |
| Hastes de aterramento | Haste cobreada alta camada prolongáveis ø 5/8” x 3,0m |  |
| Soldas exotérmicas |  |  |

* 1. **LAUDO DE CONFORMIDADE DO SISTEMA (SPDA)**

Deverá ser entregue, após execução do SPDA, Laudo Técnico de Conformidade do Sistema de Aterramento. Esse laudo terá que ser elaborado por Engenheiro Eletricista, habilitado no Conselho de Classe (CREA) com a respectiva ART **definitiva**. Esse laudo deverá atestar a baixa resistência do sistema para escoar a descarga elétrica, caso essa aconteça, dentro dos parâmetros de segurança das Normas Técnicas Oficiais existentes.

**11 – SERVIÇOS COMPLEMENTARES**

**11.1 – Adaptação das portas para saídas de emergência do Auditório Principal**

No Auditório principal, as portas de acesso ao mesmo deverão ter a sua abertura/sentido de saída para fora da edificação. Para isso, elas terão que ser retiradas, depois retiram-se os batentes. Após esse procedimento, serão recolocados os batentes com sentido de abertura alterado e as folhas de madeira com sentido de abertura para fora.

**11.2 – Limpeza da Obra**

Serão removidos todos os entulhos das áreas de reforma e transportado para confinamento de lixo e cuidadosamente limpos e varridos todos os acessos de modo a se evitar acidentes. Todas as manchas e salpicos de tinta serão cuidadosamente removidos, principalmente nas paredes. Será vedado o uso de ácido para remoção de manchas, o que deverá ser feito por outros meios que não venham a atacar os materiais; melhor ainda será que as manchas sejam evitadas, ou removidas enquanto os materiais que as provoquem ainda estejam úmidos. A obra será entregue perfeitamente limpa, com todas as instalações em perfeito funcionamento, as paredes, onde houver, deverão estar isentas de respingos.

Maceió, 24 de Fevereiro de 2016.

ALEXANDRE CORREIA DA SILVA

Engº Segurança do Trabalho

CREA RNP 020783544-6

**ANEXO III – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **PLANILHA DE ORÇAMENTO** | | | | | | | | | | |
| SERVIÇO: ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DE COMBATE A INCÊNDIO E PÂNICO NO CAMPUS MARECHAL DEODORO DO IFAL | | | | | | | | | | |
| INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS | | | | | | | | | | |
| **Data Referência do SINAPI** | | **03/16** | | | | | | | | |
| **Data Referência do ORSE** | | **02/16** | | | | | | | | |
| **ITEM** | **CÓDIGO** | **DESCRIÇÃO** | **UNID.** | **QUANT** | | **UNITÁRIO** | | | **TOTAL** | |
| **1** |  | **SERVIÇOS PRELIMINARES** |  |  | |  | | | **R$ 50.089,14** | |
| 1.1 | 74209/001 | Placa da obra | m² | 8,00 | | R$ 241,67 | | | R$ 1.933,36 | |
| 1.2 | IFAL 1 | Administração da obra | UND | 1,00 | | R$ 31.492,06 | | | R$ 31.492,06 | |
| 1.3 | 73847/001 | Aluguel de container para almoxarifado em chapa de aço com nervuras trapezoidais, 2,4 m de largura, 6,20 m de comprimento e 2,4 m de altura, incluso transporte | mês | 4,00 | | R$ 570,31 | | | R$ 2.281,24 | |
| 1.4 | 73847/002 | Aluguel de container para vestiário em chapa de aço com nervuras trapezoidais, contendo três lavatórios, quatro cabines com vasos sanitários e quatro cabines de chuveiros, incluso transporte | mês | 4,00 | | R$ 772,49 | | | R$ 3.089,96 | |
| 1.5 | 72840 | Transporte Comercial e carroceria em rodovia pavimentada considerando 3 toneladas do container por 20 km | T x km | 540,00 | | R$ 0,44 | | | R$ 237,60 | |
| 1.6 | IFAL 2 | PPRA | und | 1,00 | | R$ 1.069,20 | | | R$ 1.069,20 | |
| 1.7 | IFAL 3 | PGRCC | und | 1,00 | | R$ 1.069,20 | | | R$ 1.069,20 | |
| 1.8 | IFAL 4 | Projeto as built | und | 1,00 | | R$ 4.297,64 | | | R$ 4.297,64 | |
| 1.9 | 5155/ORSE | Tapume para proteção de valas em compensado resinado 10mm, inclusive pintura (1 uso) | m | 300,00 | | R$ 14,09 | | | R$ 4.227,00 | |
| 1.10 | CREA/AL | ART/RRT | und | 2,00 | | R$ 195,94 | | | R$ 391,88 | |
| **2** |  | **DEMOLIÇÕES E RETIRADAS** |  |  | |  | | | **R$ 15.387,44** | |
| 2.1 | 73790/001 | Retirada, limpeza e reassentamento de paralelepípedo sobre colchão de pó de pedra, espessura 10cm, rejuntado com betume e pedrisco, considerando aproveitamento do paralelepípedo | m² | 45,00 | | R$ 49,28 | | | R$ 2.217,60 | |
| 2.2 | 73616 | Demolição de concreto simples | m³ | 68,00 | | R$ 154,33 | | | R$ 10.494,44 | |
| 2.3 | 85372 | Demolição de forro de gesso | m² | 153,00 | | R$ 1,58 | | | R$ 241,74 | |
| 2.5 | 72897 | Carga manual de entulho em caminhão basculante | m³ | 75,65 | | R$ 15,17 | | | R$ 1.147,61 | |
| 2.6 | 72887 | Transporte com caminhão basculante 6 m³, rodovia pavimentada | m³xKm | 1513,00 | | R$ 0,85 | | | R$ 1.286,05 | |
| **3** |  | **ESCAVAÇÕES E CALÇAMENTO** |  |  | |  | | | **R$ 7.268,10** | |
| 3.1 | 79478 | Escavacao manual campo aberto em solo exceto rocha ate 2,00m profundidade | m³ | 168,00 | | R$ 30,95 | | | R$ 5.199,60 | |
| 3.2 | 79488 | Reaterro manual com apiloamento | m³ | 160,00 | | R$ 5,95 | | | R$ 952,00 | |
| 3.3 | 73892/001 | Execução de passeio (calçada) em concreto (cimento/areia/seixo rolado), preparo mecânico, espessura 7cm, com junta de dilatação em madeira, incluso lançamento e adensamento | m² | 35,00 | | R$ 31,90 | | | R$ 1.116,50 | |
| **4** |  | **INSTALAÇÕES ELÉTRICAS** |  |  | |  | | | **R$ 51.337,76** | |
| 4.1 | 3300/ORSE | Ponto de tomada 2p+t, ABNT, de embutir, 10 A, com eletroduto de ferro galvanizado aparente Ø 3/4", fio rigido 2,5mm² (fio 12), inclusive placa em pvc e aterramento | PT | 184,00 | | R$ 219,00 | | | R$ 40.296,00 | |
| 4.2 | 10765/ORSE | Luminária de emergência 31 LEDS com autonomia de 1 hora | unid | 172,00 | | R$ 31,99 | | | R$ 5.502,28 | |
| 4.3 | 74130/0001 | Disjuntor Termomagnético monopolar padrão Americano 10 a 30A, 240 V, fornecimento e instalação | un. | 8,00 | | R$ 11,96 | | | R$ 95,68 | |
| 4.4 | 7860/ORSE | Luminária autônoma de emergência 2x55w (com 2 faróis) com autonomia para 2 horas | unid. | 12,00 | | R$ 453,65 | | | R$ 5.443,80 | |
| **5** |  | **SISTEMA DE DETECÇÃO DE FUMAÇA E DE ALARME** |  |  | |  | | | **R$ 53.417,16** | |
| 5.1 | 01507/ORSE | DETECTOR DE FUMAÇA PONTUAL ENDEREÇÁVEL | unid | 102,00 | | R$ 151,07 | | | R$ 15.409,14 | |
| 5.2 | 73861/001 | CONDULETE 3/4" EM LIGA DE ALUMÍNIO FUNDIDO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO | unid | 117 | | R$ 14,82 | | | R$ 1.733,94 | |
| 5.3 | 72308 | ELETRODUTO DE ACO GALVANIZADO ELETROLITICO DN 20MM (3/4"), TIPO LEVE, INCLUSIVE CONEXOES - FORNECIMENTO E INSTALACAO | m | 1068,00 | | R$ 21,24 | | | R$ 22.684,32 | |
| 5.4 | 08749/ORSE | Cabo de cobre flexível, blindado com fita de cobre, 2 x 1,5 mm2, tensão 1kv | m | 1200,00 | | R$ 5,83 | | | R$ 6.996,00 | |
| 5.5 | 10327/ORSE | Abraçadeira tipo D em aço inox com parafuso para eletroduto de 3/4", fornecimento | unid | 534,00 | | R$ 2,95 | | | R$ 1.575,30 | |
| 5.6 | IFAL 5 | CENTRAL DE ALARME E DETECÇÃO DE INCENDIO, CAPACIDADE: 2 BATERIAS, 20 LAÇOS, COM 2 LINHAS, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO | unid | 1,00 | | R$ 2.033,56 | | | R$ 2.033,56 | |
| 5.7 | 7861/ORSE | ACIONADOR MANUAL (BOTOEIRA) TIPO QUEBRA-VIDRO, P/INCENDIO – ENDEREÇÁVEL, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO | unid | 10,00 | | R$ 103,21 | | | R$ 1.032,10 | |
| 5.8 | IFAL 6 | Avisador sonoro tipo sirene para incêndio | unid | 10,00 | | R$ 195,28 | | | R$ 1.952,80 | |
| **6** |  | **REDE DE HIDRANTES** |  |  | |  | | | **R$ 21.577,88** | |
| 6.1 | 92336 | TUBO DE AÇO GALVANIZADO COM COSTURA DIN 2440 /NBR 5580 Classe Média DN 2 1/2" (65mm) E=3,65mm - 6,51Kg/m, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO | m | 90,00 | | R$ 55,54 | | | R$ 4.998,60 | |
| 6.2 | IFAL 7 | AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE BOMBA CENTRIFUGA PARA INCÊNDIO DE 10 CV ELÉTRICA - 220/380V | unid | 2,00 | | R$ 3.960,76 | | | R$ 7.921,52 | |
| 6.3 | 74064/001 | PINTURA FUNDO OXIDO FERRO/ZARCAO - FUNDO ANTICORROSIVO A BASE DE OXIDO DE FERRO (ZARCAO), DUAS DEMAOS - PARA ABRIGOS DE HIDRANTES | m² | 7,35 | | R$ 12,73 | | | R$ 93,57 | |
| 6.4 | 72288 | CAIXA DE INCÊNDIO/ABRIGO PARA MANGUEIRA DE SOBREPOR/EXTERNA (75X50X17) cm, EM CHAPA DE AÇO, VISOR COM A INSCRIÇÃO "INCÊNDIO", SUPORTE CESTA INTERNA PARA MANGUEIRA , PINTURA ELETROSTÁTICA | unid. | 4,00 | | R$ 250,37 | | | R$ 1.001,48 | |
| 6.5 | 71516 | CONJUNTO DE MANGUEIRA PARA COMBATE A INCENDIO EM FIBRA DE POLIESTER PURA, COM 1.1/2", REVESTIDA INTERNAMENTE, COM 2 LANCES DE 15M CADA | und | 8,00 | | R$ 421,00 | | | R$ 3.368,00 | |
| 6.6 | 8363/ORSE | TAMPA EM FERRO FUNDIDO (0,40 x 0,50) PARA HIDRANTE DE PASSEIO/RECALQUE | unid. | 1,00 | | R$ 222,67 | | | R$ 222,67 | |
| 6.7 | 74169/001 | REGISTRO/VALVULA GLOBO ANGULAR 45 GRAUS EM LATAO PARA HIDRANTES DE INCÊNDIO PREDIAL DN 2.1/2" - FORNECIMENTO E INSTALACAO | unid | 4,00 | | R$ 173,74 | | | R$ 694,96 | |
| 6.8 | 73795/013 | VÁLVULA DE RETENÇÃO HORIZONTAL OU VERTICAL Ø 2.1/2" | unid | 2,00 | | 222,04 | | | R$ 444,08 | |
| 6.9 | IFAL 12 | Válvula de fluxo contínuo galvanizada (p/ incendio), FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO | unid | 1,00 | | 180,23 | | | R$ 180,23 | |
| 6.10 | 85120 | MANOMETRO 0 A 200 PSI (0 A 14 KGF/CM2), D = 50MM - FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO | unid | 2 | | 65,41 | | | R$ 130,82 | |
| 6.11 | 74180/001 | REGISTRO GAVETA 2.1/2" BRUTO LATAO - FORNECIMENTO E INSTALACAO | unid | 4 | | 245,23 | | | R$ 980,92 | |
| 6.12 | 74178/001 | REGISTRO GAVETA 4" BRUTO LATAO - FORNECIMENTO E INSTALACAO | unid | 2 | | 711,05 | | | R$ 1.422,10 | |
| 6.13 | 72286 | CAIXA DE AREIA 60X60X60cm EM ALVENARIA EXECUÇÃO | unid | 1,00 | | R$ 118,93 | | | R$ 118,93 | |
| **7** |  | **FORROS** |  |  | |  | | | **R$ 8.067,69** | |
| 7.1 | 73792/001 | FORRO EM PLACAS PRE-MOLDADAS DE GESSO LISO, BISOTADO, 60X60CM COM ESPESSURA CENTRAL DE 1,2CM E NAS BORDAS 3,0CM, INCLUSO FIXAÇÃO COM ARAME E ESTRUTURA DE MADEIRA | m² | 153,00 | | R$ 52,73 | | | R$ 8.067,69 | |
| **8** |  | **PINTURA** |  |  | |  | | | **R$ 1.250,26** | |
| 8.1 | IFAL 8 | Emassamento com massa pva, duas demaos, incluso lixamento | m² | 45,45 | | R$ 19,35 | | | R$ 879,46 | |
| 8.2 | 9152/ORSE | Pintura de acabamento com aplicação de 02 demãos de coralgesso ou similar, duas demãos | m² | 36,00 | | R$ 10,30 | | | R$ 370,80 | |
| **9** |  | **SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS - SPDA** |  |  | |  | | | **R$ 139.319,09** | |
| 9.1 | 03766/ORSE | Fornecimento e instalação de haste de aterramento 5/8"x3,00m com conector e solda exotérmica | und. | 91,00 | | R$ 64,91 | | | R$ 5.906,81 | |
| 9.2 | 00354/ORSE | Eletroduto de pvc rígido roscável, diâm = 32mm (1") com luva | m | 546,00 | | R$ 8,45 | | | R$ 4.613,70 | |
| 9.3 | 10425/ORSE | [Conector split - bolt para cabo de cobre nu #50 mm2 - fornecimento e instalação](http://187.17.2.135/orse/composicao.asp?font_sg_fonte=ORSE&serv_nr_codigo=10425&peri_nr_ano=2016&peri_nr_mes=2&peri_nr_ordem=1) | und. | 91,00 | | R$ 6,97 | | | R$ 634,27 | |
| 9.4 | 9048/ORSE | [Conector de medição em bronze c/4 parafusos p/cabos de cobre 16-70mm² ref.TEL-560 (pára-raio)](http://187.17.2.135/orse/composicao.asp?font_sg_fonte=ORSE&serv_nr_codigo=9048&peri_nr_ano=2016&peri_nr_mes=2&peri_nr_ordem=1) | und. | 91,00 | | R$ 21,06 | | | R$ 1.916,46 | |
| 9.5 | 11273/ORSE | Caixa de equipotencialização em aço 200x200x90mm, para embutir com tampa, com 9 terminais, ref:TEL-901 ou similar (SPDA) | m | 91,00 | | R$ 321,37 | | | R$ 29.244,67 | |
| 9.6 | 11039/ORSE | Parafuso auto-atarraxante em aço inox - 4,2 x 32mm - fornecimento e colocação | und. | 1.000,00 | | R$ 0,42 | | | R$ 420,00 | |
| 9.7 | 8795/ORSE | [Terminal aéreo em aço galvanizado 3/8" x 50cm, com fixação horizontal](http://187.17.2.135/orse/composicao.asp?font_sg_fonte=ORSE&serv_nr_codigo=8795&peri_nr_ano=2016&peri_nr_mes=2&peri_nr_ordem=1) | un. | 148,00 | | R$ 19,12 | | | R$ 2.829,76 | |
| 9.8 | 10728/ORSE | Caixa inspeção em poliamida 150x110x70mm, bocal 1" (DN 32mm), ref: TEL-541 (SPDA) | und. | 91,00 | | R$ 72,31 | | | R$ 6.580,21 | |
| 9.9 | 72254 | Cabo de cobre nu de 50mm² - 7 Fios (NBR6524) | m | 1.065,00 | | R$ 31,97 | | | R$ 34.048,05 | |
| 9.10 | 10271/ORSE | [Fixador universal estanhado para cabo 70mm2 - fornecimento](http://187.17.2.135/orse/composicao.asp?font_sg_fonte=ORSE&serv_nr_codigo=10271&peri_nr_ano=2016&peri_nr_mes=2&peri_nr_ordem=1) | und. | 260,00 | | R$ 11,30 | | | R$ 2.938,00 | |
| 9.11 | 07904/ORSE | Clips 3/8" para haste de aterramento galvanizada ref:TEL-5238 | und. | 2.460,00 | | R$ 4,42 | | | R$ 10.873,20 | |
| 9.12 | 07903/ORSE | Fornecimento e instalação de haste de aterramento galvanizada a fogo 3/8"x3,45m (RE-BAR) TEL-760, exclusive clips | und. | 856,00 | | R$ 38,99 | | | R$ 33.375,44 | |
| 9.13 | 10091/ORSE | Fixador tipo Ômega em cobre, l=15mm, c/furos d=5,5mm e trava p/cabo de 35mm², ref:TEL-833 ou similar (p/SPDA) | und. | 856,00 | | R$ 1,27 | | | R$ 1.087,12 | |
|  | IFAL 14 | Laudo de conformidade do SPDA | un | 1,00 | | R$ 1.462,80 | | | R$ 1.462,80 | |
| 9.14 | 11005/ORSE | Pára-raio tipo Franklin 350mm, latão cromado, para descida 2 cabos, c/suporte e conectores p/cabo terra, inclusive mastro aço galv 6mx2" e base | und | 5,00 | | R$ 677,72 | | | R$ 3.388,60 | |
| **10** |  | **EXTINTORES E SINALIZAÇÃO** |  |  | |  | | | **R$ 28.453,18** | |
| 10.1 | 72554 | EXTINTOR DE INCÊNDIO GÁS CARBÔNICO (CO2) - 6Kg - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, INCLUSO PLACAS DE SINALIZAÇÃO | unid | 8,00 | | R$ 533,31 | | | R$ 4.266,48 | |
| 10.2 | 83635 | EXTINTOR DE INCÊNDIO PÓ QUÍMICO ABC - 6Kg - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, INCLUSO PLACAS DE SINALIZAÇÃO | unid | 85,00 | | R$ 186,81 | | | R$ 15.878,85 | |
| 10.3 | 72947 | SINALIZACAO HORIZONTAL COM TINTA RETRORREFLETIVA VERMELHA A BASE DE RESINA ACRILICA COM MICROESFERAS DE VIDRO | m² | 55,86 | | R$ 16,57 | | | R$ 925,60 | |
| 10.4 | IFAL 9 | PLACA DE SINALIZAÇÃO DE ABANDONO (FOTOLUMINESCENTE DE SAÍDA DE EMERGÊNCIA) | unid. | 216,00 | | R$ 33,39 | | | R$ 7.212,24 | |
| 10.5 | 72947 | SINALIZACAO HORIZONTAL COM TINTA RETRORREFLETIVA AMARELA A BASE DE RESINA ACRILICA COM MICROESFERAS DE VIDRO | m² | 10,26 | | R$ 16,57 | | | R$ 170,01 | |
| **11** |  | **SERVIÇOS COMPLEMENTARES** |  |  | |  | | | **R$ 987,01** | |
| 11.1 | IFAL 10 | ADAPTAÇÃO DAS PORTAS PARA SAÍDAS DE EMERGÊNCIA | un. | 4,00 | | R$ 185,17 | | | R$ 740,68 | |
| 11.2 | 9537 | LIMPEZA FINAL DA OBRA | m² | 153,00 | | R$ 1,61 | | | R$ 246,33 | |
|  |  | **TOTAL DA OBRA PARA BDI 27,33%** | | | | **R$ 377.154,70** | | | | |
|  |  | ***BDI 27,33%*** | | | | ***R$ 103.076,38*** | | | | |
|  |  | **TOTAL GERAL DA OBRA** | | | | **R$ 480.231,08** | | | | |
|  |  | **Quatrocentos e oitenta mil, duzentos e trinta e um reais e oito centavos** | | |  | |  |  | |  |
|  |  |  | | |  | |  |  | |  |
|  |  |  | | |  | |  |  | |  |
|  |  |  | | |  | |  |  | |  |
|  |  | ALEXANDRE CORREIA DA SILVA | | |  | |  |  | |  |
|  |  | Engº Segurança do Trabalho | | |  | |  |  | |  |
|  |  | CREA RNP 020783544-6 | | |  | |  |  | |  |

**CURVA ABC**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **CURVA ABC** | | | | | | | | | |
| **SERVIÇO: ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DE COMBATE A INCÊNDIO E PÂNICO E DO SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS (SPDA) NO CAMPUS MARECHAL DEODORO DO IFAL** | | | | | | | | | |
| **ITEM** | **CÓDIGO** | **DESCRIÇÃO** | **UNID.** | **QUANT.** | **PREÇO** | | **PERCENTUAL** | **PERCENTUAL ACUMULADO (%)** | **CLASSIFICAÇÃO** |
| **UNITÁRIO** | **TOTAL** |
| 4.1 | 3300/ORSE | Ponto de tomada 2p+t, ABNT, de embutir, 10 A, com eletroduto de ferro galvanizado aparente Ø 3/4", fio rigido 2,5mm² (fio 12), inclusive placa em pvc e aterramento | PT | 184,00 | R$ 219,00 | R$ 40.296,00 | 10,68% | 10,68% | **A** |
| 9.9 | 72254 | Cabo de cobre nu de 50mm² - 7 Fios (NBR6524) | m | 1.065,00 | R$ 31,97 | R$ 34.048,05 | 9,03% | 19,71% | **A** |
| 9.12 | 07903/ORSE | Fornecimento e instalação de haste de aterramento galvanizada a fogo 3/8"x3,45m (RE-BAR) TEL-760, exclusive clips | und. | 856,00 | R$ 38,99 | R$ 33.375,44 | 8,85% | 28,56% | **B** |
| 1.2 | IFAL 1 | Administração da obra | UND | 1,00 | R$ 31.492,06 | R$ 31.492,06 | 8,35% | 36,91% | **B** |
| 9.5 | 11273/ORSE | Caixa de equipotencialização em aço 200x200x90mm, para embutir com tampa, com 9 terminais, ref:TEL-901 ou similar (SPDA) | m | 91,00 | R$ 321,37 | R$ 29.244,67 | 7,75% | 44,67% | **B** |
| 5.3 | 72308 | ELETRODUTO DE ACO GALVANIZADO ELETROLITICO DN 20MM (3/4"), TIPO LEVE, INCLUSIVE CONEXOES - FORNECIMENTO E INSTALACAO | m | 1068,00 | R$ 21,24 | R$ 22.684,32 | 6,01% | 50,68% | **B** |
| 10.2 | 83635 | EXTINTOR DE INCÊNDIO PÓ QUÍMICO ABC - 6Kg - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, INCLUSO PLACAS DE SINALIZAÇÃO | unid | 85,00 | R$ 186,81 | R$ 15.878,85 | 4,21% | 54,89% | **C** |
| **5.1** | **01507/ORSE** | **DETECTOR DE FUMAÇA PONTUAL ENDEREÇÁVEL** | **unid** | **102,00** | **R$ 151,07** | **R$ 15.409,14** | **4,09%** | **58,98%** | **C** |
| 9.11 | 07904/ORSE | Clips 3/8" para haste de aterramento galvanizada ref:TEL-5238 | und. | 2.460,00 | R$ 4,42 | R$ 10.873,20 | 2,88% | 61,86% | **C** |
| 2.2 | 73616 | Demolição de concreto simples | m³ | 68,00 | R$ 154,33 | R$ 10.494,44 | 2,78% | 64,64% | **C** |
| 7.1 | 73792/001 | FORRO EM PLACAS PRE-MOLDADAS DE GESSO LISO, BISOTADO, 60X60CM COM ESPESSURA CENTRAL DE 1,2CM E NAS BORDAS 3,0CM, INCLUSO FIXAÇÃO COM ARAME E ESTRUTURA DE MADEIRA | m² | 153,00 | R$ 52,73 | R$ 8.067,69 | 2,14% | 66,78% | **C** |
| 6.2 | IFAL 7 | AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE BOMBA CENTRIFUGA PARA INCÊNDIO DE 10 CV ELÉTRICA - 220/380V | unid | 2,00 | R$ 3.960,76 | R$ 7.921,52 | 2,10% | 68,88% | **C** |
| 10.4 | IFAL 9 | PLACA DE SINALIZAÇÃO DE ABANDONO (FOTOLUMINESCENTE DE SAÍDA DE EMERGÊNCIA) | unid. | 216,00 | R$ 33,39 | R$ 7.212,24 | 1,91% | 70,79% | **C** |
| 5.4 | 08749/ORSE | Cabo de cobre flexível, blindado com fita de cobre, 2 x 1,5 mm2, tensão 1kv | m | 1200,00 | R$ 5,83 | R$ 6.996,00 | 1,85% | 72,65% | **C** |
| 9.8 | 10728/ORSE | Caixa inspeção em poliamida 150x110x70mm, bocal 1" (DN 32mm), ref: TEL-541 (SPDA) | und. | 91,00 | R$ 72,31 | R$ 6.580,21 | 1,74% | 74,39% | **C** |
| 9.1 | 03766/ORSE | Fornecimento e instalação de haste de aterramento 5/8"x3,00m com conector e solda exotérmica | und. | 91,00 | R$ 64,91 | R$ 5.906,81 | 1,57% | 75,96% | **C** |
| 4.2 | 10765/ORSE | Luminária de emergência 31 LEDS com autonomia de 1 hora | unid | 172,00 | R$ 31,99 | R$ 5.502,28 | 1,46% | 77,42% | **C** |
| 4.3 | 7860/ORSE | Luminária autônoma de emergência 2x55w (com 2 faróis) com autonomia para 2 horas | unid. | 12,00 | R$ 453,65 | R$ 5.443,80 | 1,44% | 78,86% | **C** |
| 3.1 | 79478 | Escavacao manual campo aberto em solo exceto rocha ate 2,00m profundidade | m³ | 168,00 | R$ 30,95 | R$ 5.199,60 | 1,38% | 80,24% | **C** |
| 6.1 | 92336 | TUBO DE AÇO GALVANIZADO COM COSTURA DIN 2440 /NBR 5580 Classe Média DN 2 1/2" (65mm) E=3,65mm - 6,51Kg/m, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO | m | 90,00 | R$ 55,54 | R$ 4.998,60 | 1,33% | 81,56% | **C** |
| 9.2 | 00354/ORSE | Eletroduto de pvc rígido roscável, diâm = 32mm (1") com luva | m | 546,00 | R$ 8,45 | R$ 4.613,70 | 1,22% | 82,79% | **C** |
| 1.8 | IFAL 4 | Projeto as built | und | 1,00 | R$ 4.297,64 | R$ 4.297,64 | 1,14% | 83,93% | **C** |
| 10.1 | 72554 | EXTINTOR DE INCÊNDIO GÁS CARBÔNICO (CO2) - 6Kg - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, INCLUSO PLACAS DE SINALIZAÇÃO | unid | 8,00 | R$ 533,31 | R$ 4.266,48 | 1,13% | 85,06% | **C** |
| 1.9 | 5155/ORSE | Tapume para proteção de valas em compensado resinado 10mm, inclusive pintura (1 uso) | m | 300,00 | R$ 14,09 | R$ 4.227,00 | 1,12% | 86,18% | **C** |
| 9.14 | 11005/ORSE | Pára-raio tipo Franklin 350mm, latão cromado, para descida 2 cabos, c/suporte e conectores p/cabo terra, inclusive mastro aço galv 6mx2" e base | und | 5,00 | R$ 677,72 | R$ 3.388,60 | 0,90% | 87,08% | **C** |
| 6.5 | 71516 | CONJUNTO DE MANGUEIRA PARA COMBATE A INCENDIO EM FIBRA DE POLIESTER PURA, COM 1.1/2", REVESTIDA INTERNAMENTE, COM 2 LANCES DE 15M CADA | und | 8,00 | R$ 421,00 | R$ 3.368,00 | 0,89% | 87,97% | **C** |
| 1.4 | 73847/002 | Aluguel de container para vestiário em chapa de aço com nervuras trapezoidais, contendo três lavatórios, quatro cabines com vasos sanitários e quatro cabines de chuveiros, incluso transporte | mês | 4,00 | R$ 772,49 | R$ 3.089,96 | 0,82% | 88,79% | **C** |
| 9.10 | 10271/ORSE | [Fixador universal estanhado para cabo 70mm2 - fornecimento](http://187.17.2.135/orse/composicao.asp?font_sg_fonte=ORSE&serv_nr_codigo=10271&peri_nr_ano=2016&peri_nr_mes=2&peri_nr_ordem=1) | und. | 260,00 | R$ 11,30 | R$ 2.938,00 | 0,78% | 89,57% | **C** |
| 9.7 | 8795/ORSE | [Terminal aéreo em aço galvanizado 3/8" x 50cm, com fixação horizontal](http://187.17.2.135/orse/composicao.asp?font_sg_fonte=ORSE&serv_nr_codigo=8795&peri_nr_ano=2016&peri_nr_mes=2&peri_nr_ordem=1) | un. | 148,00 | R$ 19,12 | R$ 2.829,76 | 0,75% | 90,32% | **C** |
| 1.3 | 73847/001 | Aluguel de container para almoxarifado em chapa de aço com nervuras trapezoidais, 2,4 m de largura, 6,20 m de comprimento e 2,4 m de altura, incluso transporte | mês | 4,00 | R$ 570,31 | R$ 2.281,24 | 0,60% | 90,92% | **C** |
| 2.1 | 73790/001 | Retirada, limpeza e reassentamento de paralelepípedo sobre colchão de pó de pedra, espessura 10cm, rejuntado com betume e pedrisco, considerando aproveitamento do paralelepípedo | m² | 45,00 | R$ 49,28 | R$ 2.217,60 | 0,59% | 91,51% | **C** |
| 5.6 | IFAL 5 | CENTRAL DE ALARME E DETECÇÃO DE INCENDIO, CAPACIDADE: 2 BATERIAS, 20 LAÇOS, COM 2 LINHAS, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO | unid | 1,00 | R$ 2.033,56 | R$ 2.033,56 | 0,54% | 92,05% | **C** |
| 5.8 | IFAL 6 | Avisador sonoro tipo sirene para incêndio | unid | 10,00 | R$ 195,28 | R$ 1.952,80 | 0,52% | 92,57% | **C** |
| 1.1 | 74209/001 | Placa da obra | m² | 8,00 | R$ 241,67 | R$ 1.933,36 | 0,51% | 93,08% | **C** |
| 9.4 | 9048/ORSE | [Conector de medição em bronze c/4 parafusos p/cabos de cobre 16-70mm² ref.TEL-560 (pára-raio)](http://187.17.2.135/orse/composicao.asp?font_sg_fonte=ORSE&serv_nr_codigo=9048&peri_nr_ano=2016&peri_nr_mes=2&peri_nr_ordem=1) | und. | 91,00 | R$ 21,06 | R$ 1.916,46 | 0,51% | 93,59% | **C** |
| 5.2 | 73861/001 | CONDULETE 3/4" EM LIGA DE ALUMÍNIO FUNDIDO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO | unid | 117 | R$ 14,82 | R$ 1.733,94 | 0,46% | 94,05% | **C** |
| 5.5 | 10327/ORSE | Abraçadeira tipo D em aço inox com parafuso para eletroduto de 3/4", fornecimento | unid | 534,00 | R$ 2,95 | R$ 1.575,30 | 0,42% | 94,47% | **C** |
|  | IFAL 14 | Laudo de conformidade do SPDA | un | 1,00 | R$ 1.462,80 | R$ 1.462,80 | 0,39% | 94,86% | **C** |
| 6.12 | 74178/001 | REGISTRO GAVETA 4" BRUTO LATAO - FORNECIMENTO E INSTALACAO | unid | 2 | 711,05 | R$ 1.422,10 | 0,38% | 95,23% | **C** |
| 3.3 | 73892/001 | Execução de passeio (calçada) em concreto (cimento/areia/seixo rolado), preparo mecânico, espessura 7cm, com junta de dilatação em madeira, incluso lançamento e adensamento | m² | 35,00 | R$ 31,90 | R$ 1.116,50 | 0,30% | 95,53% | **C** |
| 9.13 | 10091/ORSE | Fixador tipo Ômega em cobre, l=15mm, c/furos d=5,5mm e trava p/cabo de 35mm², ref:TEL-833 ou similar (p/SPDA) | und. | 856,00 | R$ 1,27 | R$ 1.087,12 | 0,29% | 95,82% | **C** |
| 1.6 | IFAL 2 | PPRA | und | 1,00 | R$ 1.069,20 | R$ 1.069,20 | 0,28% | 96,10% | **C** |
| 1.7 | IFAL 3 | PGRCC | und | 1,00 | R$ 1.069,20 | R$ 1.069,20 | 0,28% | 96,38% | **C** |
| 5.7 | 7861/ORSE | ACIONADOR MANUAL (BOTOEIRA) TIPO QUEBRA-VIDRO, P/INCENDIO – ENDEREÇÁVEL, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO | unid | 10,00 | R$ 103,21 | R$ 1.032,10 | 0,27% | 96,66% | **C** |
| 6.4 | 72288 | CAIXA DE INCÊNDIO/ABRIGO PARA MANGUEIRA DE SOBREPOR/EXTERNA (75X50X17) cm, EM CHAPA DE AÇO, VISOR COM A INSCRIÇÃO "INCÊNDIO", SUPORTE CESTA INTERNA PARA MANGUEIRA , PINTURA ELETROSTÁTICA | unid. | 4,00 | R$ 250,37 | R$ 1.001,48 | 0,27% | 96,92% | **C** |
| 6.11 | 74180/001 | REGISTRO GAVETA 2.1/2" BRUTO LATAO - FORNECIMENTO E INSTALACAO | unid | 4 | 245,23 | R$ 980,92 | 0,26% | 97,18% | **C** |
| 3.2 | 79488 | Reaterro manual com apiloamento | m³ | 160,00 | R$ 5,95 | R$ 952,00 | 0,25% | 97,44% | **C** |
| 10.3 | 72947 | SINALIZACAO HORIZONTAL COM TINTA RETRORREFLETIVA VERMELHA A BASE DE RESINA ACRILICA COM MICROESFERAS DE VIDRO | m² | 55,86 | R$ 16,57 | R$ 925,60 | 0,25% | 97,68% | **C** |
| 8.1 | IFAL 8 | Emassamento com massa pva, duas demaos, incluso lixamento | m² | 45,45 | R$ 19,35 | R$ 879,46 | 0,23% | 97,91% | **C** |
| 11.1 | IFAL 10 | ADAPTAÇÃO DAS PORTAS PARA SAÍDAS DE EMERGÊNCIA | un. | 4,00 | R$ 185,17 | R$ 740,68 | 0,20% | 98,11% | **C** |
| 6.7 | 74169/001 | REGISTRO/VALVULA GLOBO ANGULAR 45 GRAUS EM LATAO PARA HIDRANTES DE INCÊNDIO PREDIAL DN 2.1/2" - FORNECIMENTO E INSTALACAO | unid | 4,00 | R$ 173,74 | R$ 694,96 | 0,18% | 98,29% | **C** |
| 9.3 | 10425/ORSE | [Conector split - bolt para cabo de cobre nu #50 mm2 - fornecimento e instalação](http://187.17.2.135/orse/composicao.asp?font_sg_fonte=ORSE&serv_nr_codigo=10425&peri_nr_ano=2016&peri_nr_mes=2&peri_nr_ordem=1) | und. | 91,00 | R$ 6,97 | R$ 634,27 | 0,17% | 98,46% | **C** |
| 6.8 | 73795/013 | VÁLVULA DE RETENÇÃO HORIZONTAL OU VERTICAL Ø 2.1/2" | unid | 2,00 | 222,04 | R$ 444,08 | 0,12% | 98,58% | **C** |
| 9.6 | 11039/ORSE | Parafuso auto-atarraxante em aço inox - 4,2 x 32mm - fornecimento e colocação | und. | 1.000,00 | R$ 0,42 | R$ 420,00 | 0,11% | 98,69% | **C** |
| 1.10 | CREA/AL | ART/RRT | und | 2,00 | R$ 195,94 | R$ 391,88 | 0,10% | 98,80% | **C** |
| 8.2 | 9152/ORSE | Pintura de acabamento com aplicação de 02 demãos de coralgesso ou similar, duas demãos | m² | 36,00 | R$ 10,30 | R$ 370,80 | 0,10% | 98,89% | **C** |
| 11.2 | 9537 | LIMPEZA FINAL DA OBRA | m² | 153,00 | R$ 1,61 | R$ 246,33 | 0,07% | 98,96% | **C** |
| 2.3 | 85372 | Demolição de forro de gesso | m² | 153,00 | R$ 1,58 | R$ 241,74 | 0,06% | 99,02% | **C** |
| 1.5 | 72840 | Transporte Comercial e carroceria em rodovia pavimentada considerando 3 toneladas do container por 20 km | T x km | 540,00 | R$ 0,44 | R$ 237,60 | 0,06% | 99,09% | **C** |
| 6.6 | 8363/ORSE | TAMPA EM FERRO FUNDIDO (0,40 x 0,50) PARA HIDRANTE DE PASSEIO/RECALQUE | unid. | 1,00 | R$ 222,67 | R$ 222,67 | 0,06% | 99,15% | **C** |
| 6.9 | IFAL 12 | Válvula de fluxo contínuo galvanizada (p/ incendio), FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO | unid | 1,00 | 180,23 | R$ 180,23 | 0,05% | 99,19% | **C** |
| 10.5 | 72947 | SINALIZACAO HORIZONTAL COM TINTA RETRORREFLETIVA AMARELA A BASE DE RESINA ACRILICA COM MICROESFERAS DE VIDRO | m² | 10,26 | R$ 16,57 | R$ 170,01 | 0,05% | 99,24% | **C** |
| 6.10 | 85120 | MANOMETRO 0 A 200 PSI (0 A 14 KGF/CM2), D = 50MM - FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO | unid | 2 | 65,41 | R$ 130,82 | 0,03% | 99,27% | **C** |
| 6.13 | 72286 | CAIXA DE AREIA 60X60X60cm EM ALVENARIA EXECUÇÃO | unid | 1,00 | R$ 118,93 | R$ 118,93 | 0,03% | 99,30% | **C** |
|  | 74130/0001 | Disjuntor Termomagnético monopolar padrão Americano 10 a 30A, 240 V, fornecimento e instalação | un. | 8,00 | R$ 11,96 | R$ 95,68 | 0,03% | 99,33% | **C** |
| 6.3 | 74064/001 | PINTURA FUNDO OXIDO FERRO/ZARCAO - FUNDO ANTICORROSIVO A BASE DE OXIDO DE FERRO (ZARCAO), DUAS DEMAOS - PARA ABRIGOS DE HIDRANTES | m² | 7,35 | R$ 12,73 | R$ 93,57 | 0,02% | 99,35% | **C** |
| 2.5 | 72897 | Carga manual de entulho em caminhão basculante | m³ | 75,65 | R$ 15,17 | R$ 1.147,61 | 0,30% | 99,66% | **C** |
| 2.6 | 72887 | Transporte com caminhão basculante 6 m³, rodovia pavimentada | m³xKm | 1513,00 | R$ 0,85 | R$ 1.286,05 | 0,34% | 100,00% | **C** |

|  |
| --- |
| ALEXANDRE CORREIA DA SILVA |
| Engº Segurança do Trabalho |
| CREA RNP 020783544-6 |

**ANEXO IV – CRONOGRAMA FÍSICO- FINANCEIRO**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  |  |  | | | | |  |  | |  | |  | |  |  | |  | |  |
| **CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| **SERVIÇO: ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DE COMBATE A INCÊNDIO E PÂNICO NO CAMPUS MARECHAL DEODORO DO IFAL** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| **Instituto Federal de Alagoas - IFAL** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|  | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| **ITEM** | **SERVIÇO** | R$ TOTAL S/ BDI | R$ TOTAL C/ BDI | | **%** | Mês | 1 | Mês | | | 2 | | Mês | | 3 | | | Mês | | 4 | |
| Executado | Acumulado | Executado | | | Acumulado | | Executado | | Acumulado | | | Executado | | Acumulado | |
| **1** | **SERVIÇOS PRELIMINARES** | **50.089,14** | **63.778,50** | | 13,28% | 31,16% | 31,16% | 21,77% | | | 52,93% | | 20,09% | | 73,02% | | | 26,98% | | 100,00% | |
|  |  |  |  | |  | **19.873,48** | **19.873,48** | **13.887,39** | | | **33.760,87** | | **12.810,95** | | **46.571,82** | | | **17.206,68** | | **63.778,50** | |
| **2** | **DEMOLIÇÕES E RETIRADAS** | **15.387,44** | **19.592,83** | | 4,08% | 100,00% | 100,00% | 0,00% | | | 100,00% | | 0,00% | | 100,00% | | | 0,00% | | 100,00% | |
|  |  |  |  | |  | **19.592,83** | **19.592,83** | **0,00** | | | **19.592,83** | | **0,00** | | **19.592,83** | | | **0,00** | | **19.592,83** | |
| **3** | **ESCAVAÇÕES E CALÇAMENTO** | **7.268,10** | **9.254,47** | | 1,93% | 42,32% | 42,32% | 42,32% | | | 84,64% | | 15,36% | | 100,00% | | | 0,00% | | 100,00% | |
|  |  |  |  | |  | **3.916,42** | **3.916,42** | **3.916,42** | | | **7.832,83** | | **1.421,64** | | **9.254,47** | | | **0,00** | | **9.254,47** | |
| **4** | **INSTALAÇÕES ELÉTRICAS** | **51.337,76** | **65.368,37** | | 13,61% | 0,00% | 0,00% | 39,25% | | | 39,25% | | 39,25% | | 78,49% | | | 21,51% | | 100,00% | |
|  |  |  |  | |  | **0,00** | **0,00** | **25.654,45** | | | **25.654,45** | | **25.654,45** | | **51.308,90** | | | **14.059,47** | | **65.368,37** | |
| **5** | **SISTEMA DE DETECÇÃO DE FUMAÇA E DE ALARME** | **53.417,16** | **68.016,07** | | 14,16% | 0,00% | 0,00% | 30,88% | | | 30,88% | | 30,88% | | 61,76% | | | 38,24% | | 100,00% | |
|  |  |  |  | |  |  |  | **21.002,80** | | | **21.002,80** | | **21.002,80** | | **42.005,61** | | | **26.010,46** | | **68.016,07** | |
| **6** | **REDE DE HIDRANTES** | **21.577,88** | **27.475,11** | | 5,72% | 6,95% | 6,95% | 16,22% | | | 23,17% | | 15,19% | | 38,35% | | | 61,65% | | 100,00% | |
|  |  |  |  | |  | **1.909,42** | **1.909,42** | **4.455,30** | | | **6.364,72** | | **4.172,71** | | **10.537,42** | | | **16.937,69** | | **27.475,11** | |
| **7** | **FORROS** | **8.067,69** | **10.272,59** | | 2,14% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | | | 0,00% | | 100,00% | | 100,00% | | | 0,00% | | 100,00% | |
|  |  |  |  | |  | **0,00** | **0,00** | **0,00** | | | **0,00** | | **10.272,59** | | **10.272,59** | | | **0,00** | | **10.272,59** | |
| **8** | **PINTURA** | **1250,2575** | **1.591,95** | | 0,33% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | | | 0,00% | | 0,00% | | 0,00% | | | 100,00% | | 100,00% | |
|  |  |  |  | |  | **0,00** | **0,00** | **0,00** | | | **0,00** | |  | | **0,00** | | | **1.591,95** | | **1.591,95** | |
| **9** | **SPDA (Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas)** | **R$ 139.319,09** | **177.395,00** | | 36,94% | 35,51% | 35,51% | 29,82% | | | 65,33% | | 29,82% | | 95,14% | | | 4,86% | | 100,00% | |
|  |  |  |  | |  | **62.994,06** | **62.994,06** | **52.891,71** | | | **115.885,77** | | **52.891,71** | | **168.777,48** | | | **8.617,52** | | **177.395,00** | |
| **10** | **EXTINTORES E SINALIZAÇÃO** | **28453,18** | **36.229,43** | | 7,54% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | | | 0,00% | | 0,00% | | 0,00% | | | 100,00% | | 100,00% | |
|  |  |  |  | |  | **0,00** | **0,00** | **0,00** | | | **0,00** | | **0,00** | | **0,00** | | | **36.229,43** | | **36.229,43** | |
| **11** | **SERVIÇOS COMPLEMENTARES** | **987,01** | **1.256,76** | | 0,26% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | | | 0,00% | | 75,04% | | 75,04% | | | 24,96% | | 100,00% | |
|  |  |  |  | |  |  |  |  | | |  | | **943,11** | | **943,11** | | | **313,65** | | **1.256,76** | |
| **Custo da obra: R$** | | **377.154,70** | **480.231,08** | | 100,00% | 22,55% | 22,55% | 25,36% | | | 47,91% | | 26,90% | | 74,81% | | | 25,19% | | 100,00% | |
|  | |  |  | |  | **108.286,20** | **108.286,20** | **121.808,07** | | | **230.094,27** | | **129.169,95** | | **359.264,23** | | | **120.966,86** | | **480.231,08** | |
|  |  |  |  | |  |  |  |  | | |  | |  | |  | | |  | |  | |
| ALEXANDRE CORREIA DA SILVA | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Engº Segurança do Trabalho | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| CREA RNP 020783544-6 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

**ANEXO V – ATESTADO DE VISITA**

**RDC Nº: 05/2016 – IFAL**

**PROCESSO Nº 23041.013199/2016-21**

**Objeto: SERVIÇO DE IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE COMBATE A INCÊNDIO E PÂNICO E DO SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS (SPDA) DO CAMPUS MARECHAL DEODORO DO INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS**

Eu \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, portador da RG nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, representante da Empresa \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, declaro , para fins de participação no RDC Nº 05/2016-IFAL, que vistoriei as dependências do local em que será efetuado o Serviço objeto desta licitação.

Maceió, \_\_\_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Assinatura

**ANEXO VI – MINUTA**

**PROCESSO Nº 23041.013199/2016-21**

**REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÃO ELETRÔNICO Nº \_\_\_\_/2016**

**UASG Nº 158380**

**TERMO DE CONTRATO Nº \_\_\_\_\_\_\_\_/201\_/REITORIA/CAMPUS\_\_\_\_\_\_\_,** QUE FAZEM ENTRE SI O INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS E A EMPRESA **\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.**

O **Instituto Federal de Alagoas – Reitoria/Campus XXXX**, autarquia federal vinculada ao MEC, situada à Rua XXXXX, XXXXX/AL, CEP XXXXXX, doravante denominado **CONTRATANTE**, inscrita no CNPJ/MF sob n.º **10.825.373/0001-55**, neste ato representada pelo Magnífico Reitor/Diretor Geral, **XXXXXX**, inscrito no CPF/MF sob n.º XXXXXXXXX e a empresa **XXXXXXXXX**, situada à xxxxxxxxxxxxxx – CEP nº xxxxxxxxxx, telefone (XX) XXXX, e-mail XXXXXXXX, doravante denominada **CONTRATADA**, inscrita no CNPJ/MF sob n.º **xxxxxxxxxxx**, neste ato representada pelo **Sr. xxxxxxxxxxx**, inscrito no CPF/MF sob n.º xxxxxxxxxx, em conformidade com o Processo Administrativo n.º 23041.013199/2016-21**, Regime Diferenciado de Contratação Eletrônico Nº \_\_/2016**, que a este se integra, resolvem celebrar o presente Contrato, que será executado de forma indireta, mediante o regime de Empreitada por Unitário, com fundamento na Lei n° 12.462, de 04 de agosto de 2011 e demais preceitos do direito público, mediante as cláusulas e condições a seguir enumeradas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente Contrato tem por objeto a contratação de empresa de engenharia para execução total do serviço de implantação do sistema de combate a incêndio e pânico e do sistema de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA) do Campus Marechal Deodoro **do Instituto Federal de Alagoas**, no regime de execução indireta, empreitada por preço unitário, com fornecimento total de materiais, instalações de equipamentos e mão de obra, de acordo com as exigências, quantidades e especificações constantes do Edital de RDC Eletrônico Nº \_\_/201\_ e seus anexos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Fazem parte integrante deste Contrato, independentemente de sua transcrição, o Edital de Licitação e seus Anexos, a Proposta da Contratada, datada de XXXXX, e demais elementos constantes do Processo n.º **23041.013199/2016-21.**

PARÁGRAFO SEGUNDO - A execução do Contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelas disposições da Lei nº 8.666/1993, com exceção das regras específicas previstas na Lei nº 12.462/2011 e alterações; pela Lei nº 13.243/2016; pelo Decreto nº 7.581/2011 e demais normas correlatas.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DE EXECUÇÃO**

Os serviços serão prestados sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço unitário, com fornecimento total de materiais, equipamentos e mão de obra.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRAZOS**

O prazo de vigência do Contrato será de **365 (trezentos e sessenta e cinco) dias**, contados a partir de sua assinatura. E o prazo de execução total da obra é de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da data descriminada como início na ordem de serviço.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O Contratado terá até 30 (trinta) dias corridos, após a assinatura deste contrato, para providenciar as licenças (quando couber); alvarás; CEI; ART’s/RRT’s (do responsável técnico pela obra e do engenheiro residente na obra); visto do CREA-AL/CAU-BR (quando couber); diário-de-obra devidamente preparado para a sua abertura e comunicação prévia no Ministério do Trabalho (Superintendência Regional do Trabalho e Emprego – SRTE); lista de funcionários com nome completo, RG, CPF, data de admissão e função de cada trabalhador; Atestados de Saúde Ocupacional – ASOs admissionais; apresentação de uniformes com a logomarca da empresa (ou crachás com a identificação); apresentação do comprovante de caução da obra; e demais documentos exigidos por órgãos públicos necessários para o início da obra, após o qual será emitida a ordem de serviço, ficando vedada a sua emissão por descumprimento de qualquer dessas exigências.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os prazos indicados nesta Cláusula poderão ser prorrogados, desde que ocorra algum dos motivos elencados nos incisos I a VI do parágrafo 1º, do artigo 57, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente. A justificativa deverá demonstrar a ausência de culpa do Contratado, bem como a relação de causa e efeito entre os fatos alegados e o atraso verificado, formalizando-se o respectivo Termo Aditivo.

PARÁGRAFO QUARTO - Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do Contrato, informado ao Contratado por escrito, desde que devidamente justificado e mediante termo aditivo de prorrogação devidamente publicado em Diário Oficial da União, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente por igual tempo, conforme preceitua o §5º, do art. 79, da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO QUINTO - A prorrogação do prazo de execução da obra implica a prorrogação do prazo da vigência do Contrato por igual período, exceto se houver dispositivo em contrário no termo aditivo de prorrogação.

**CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR**

Pela perfeita execução dos serviços objeto deste Contrato, obedecidas as demais condições estipuladas neste instrumento, o Contratante pagará ao Contratado o valor global de **R$ XXXXXXXXX**.

PARÁGRAFO ÚNICO – No valor global estipulado nesta Cláusula já deverão estar computados todos os custos com salários, encargos sociais, fiscais, administrativos, comerciais e trabalhistas, todos os tributos incidentes sobre os serviços, equipamentos, materiais, mão de obra aplicáveis, bem como todas e quaisquer despesas que, direta ou indiretamente, incidam sobre o preço global proposto para os serviços objeto deste Contrato.

**CLÁUSULA QUINTA - DAS ALTERAÇÕES**

Este Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, desde que haja interesse da Administração do IFAL, com a apresentação das devidas justificativas, sempre por meio de Termo Aditivo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O Contratado ficará obrigado a aceitar os acréscimos e supressões que se fizerem necessários na presente obra até o limite de 50% (cinquenta por cento) do valor global atualizado do Contrato, obedecendo-se as condições inicialmente previstas.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Fica facultada, entretanto, a supressão além do limite acima estabelecido, mediante consenso entre os Contratantes.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A diferença percentual entre o valor global estimado pela Administração e o valor Contratado não poderá ser reduzida, em favor do Contratado, em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária. O cálculo do percentual será efetivado com base nos valores globais das planilhas do Contratante e do Contratado apresentadas na licitação e as decorrentes do aditamento, que deverá contar com orçamento específico detalhado em planilhas elaboradas pelo órgão ou entidade responsável pela licitação.

**CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO**

O pagamento ao licitante vencedor será efetuado em **04 (quatro)** parcelas de acordo com o cronograma de desembolso máximo acumulado (cronograma físico-financeiro) e avanço físico das etapas, mediante emissão de ordem bancária, da seguinte forma:

1ª Parcela (1ª etapa): **30 (trinta)** dias, até **22,55% (vinte e dois vírgula cinquenta e cinco por cento)** do valor total do Contrato – total acumulado de **22,55% (vinte e dois vírgula cinquenta e cinco por cento)**, quando executados os serviços previstos no cronograma físico-financeiro correspondentes a estes valores;

2ª Parcela (2ª etapa): **30 (trinta)** dias (totalizando sessenta dias corridos), até **25,36% (vinte e cinco vírgula trinta e seis por cento)** do valor total do Contrato – total acumulado de **47,91% (trinta e sete vírgula noventa e um por cento)**, quando executados os serviços previstos no cronograma físico-financeiro correspondentes a estes valores;

3ª Parcela (3ª etapa): **30 (trinta)** dias (totalizando sessenta dias corridos), até **26,90% (vinte e seis vírgula noventa por cento)** do valor total do Contrato – total acumulado de **74,81% (setenta e quatro vírgula oitenta e um por cento)**, quando executados os serviços previstos no cronograma físico-financeiro correspondentes a estes valores;

4ª Parcela (última etapa): **30 (trinta)** dias (totalizando sessenta dias corridos), até **25,19% (vinte e cinco vírgula dezenove por cento)** do valor total do Contrato – total acumulado de **100% (cem por cento)**, quando executados os serviços previstos no cronograma físico-financeiro correspondentes a estes valores.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Se a Contratada vier a adiantar a execução dos serviços, em relação à previsão original constante no Cronograma Físico-Financeiro, poderá apresentar a medição prévia correspondente, ficando a cargo da Contratante aprovar a quitação antecipada do valor respectivo, desde que não fique constatado atraso na execução dos serviços entendidos como críticos.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O pagamento ao Contratado, correspondente aos serviços realizados no mês imediatamente anterior, será efetuado por meio de emissão de ordem bancária, até 30 (trinta) dias corridos após a apresentação dos seguintes documentos:

a) Nota Fiscal de Serviços e Fatura, em 02 (duas) vias, contendo a discriminação dos serviços executados, devidamente atestada conforme descrito no Parágrafo Terceiro;

b) GPS - Guia da Previdência Social - do serviço, relativa ao mês da última competência vencida;

c) GFIP - Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social, relativa ao mês da última competência vencida.

PARÁGRAFO TERCEIRO - As notas fiscais/faturas serão obrigatoriamente atestadas no verso, pelo servidor do Contratante responsável pelo acompanhamento e fiscalização, após verificado que os serviços tenham sido executados a contento, sem o que não poderá ser efetuado o pagamento correspondente. O prazo para a realização da vistoria de verificação da execução dos serviços é de 10 (dez) dias úteis, contados da comunicação oficial feita pela CONTRATADA do adimplemento da obrigação.

PARÁGRAFO QUARTO - Os documentos elencados nas alíneas "b" e "c" do parágrafo segundo poderão ser apresentados em cópia autenticada em cartório, ou acompanhados dos respectivos originais, para autenticação pelo Contratante.

PARÁGRAFO QUINTO - A não apresentação de qualquer um dos documentos de que trata o parágrafo segundo acarretará a suspensão do pagamento, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, até que tal exigência seja atendida.

PARÁGRAFO SEXTO - Serão retidos na fonte os tributos e contribuições sobre os pagamentos efetuados, utilizando-se as alíquotas previstas para cada tipo de serviço, na forma da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996 e Instrução Normativa SRF nº. 480, de 15 de dezembro de 2004, e alterações.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Antes de efetivar cada pagamento, será procedida consulta "on line" junto ao SICAF, CADIN, CNDT, CEIS e CNCIAI para atestar a continuidade das condições de habilitação exigidas no Edital, sendo obrigação do Contratado manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação. Os resultados da consulta serão impressos e juntados aos autos do processo.

PARÁGRAFO OITAVO - A constatação do descumprimento da exigência da manutenção das condições da habilitação enseja a rescisão contratual, a execução da garantia e a aplicação de penalidade, garantido o contraditório e a ampla defesa.

PARÁGRAFO NONO - Verificada a existência de irregularidade fiscal ou trabalhista, o Contratado será notificado da ocorrência e será adotado o procedimento tendente à aplicação de penalidade, ficando o pagamento suspenso por até 60 (sessenta) dias, período em que será comunicada a existência do crédito ao órgão responsável pela arrecadação do tributo devido e, transcorrido esse período sem que ocorra ordem judicial para retenção dos valores, o pagamento será realizado sem qualquer atualização e será iniciado o procedimento administrativo para rescisão contratual, por inadimplemento contratual, com fundamento no art. 55, inciso XIII, e art. 78, inciso I, da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Não obsta a efetivação do pagamento a existência de registro no SICAF de aplicação de penalidade ao Contratado, por outro órgão da Administração Pública, desde que comprovada a sua regularidade fiscal e trabalhista, ou após adotados os procedimentos estabelecidos no parágrafo anterior.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Somente serão pagos os quantitativos efetivamente medidos pela fiscalização e não será efetuado qualquer pagamento adiantado. A última parcela somente será paga após o recebimento definitivo do objeto do Contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - O recebimento da última parcela fica condicionado, além das exigências já elencadas, ao recebimento definitivo do objeto do contrato, bem como à comprovação da baixa da matrícula da obra no INSS, à entrega do projeto executivo “as built”, termo de habite-se e aprovação final do Corpo de Bombeiros.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - O IFAL recusará o pagamento, se no ato de atestação, os serviços executados, os equipamentos ou materiais fornecidos não estiverem em perfeitas condições de funcionamento ou estiverem em desacordo com as especificações e exigências do Edital e seus anexos.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - O IFAL poderá deduzir da importância a pagar os valores correspondentes às multas ou indenizações devidas pelo Contratado nos termos desta contratação.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO – Havendo qualquer dúvida acerca dos recolhimentos fiscais e trabalhistas, o gestor da obra está autorizado a requisitar da empresa Contratada a apresentação dos comprovantes individualizados dos recolhimentos e as respectivas GFIPs discriminadas.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE**

Os preços inicialmente Contratados poderão ser reajustados, desde que mantidas a proporcionalidade/vantajosidade da contratação, caso solicitado pela CONTRATADA, após o período de um ano da data da entrega da proposta, utilizando-se, para tanto, o Índice Nacional de Custo da Construção Civil (INCC) - Edificações, aplicando-se a seguinte fórmula:

R= V (I – I°), onde:

I°

R= Valor do reajuste procurado;

V= Valor constante da proposta;

I= Índice relativo ao mês do reajustamento;

I°= Índice relativo ao mês da proposta

PARÁGRAFO PRIMEIRO - No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o IFAL pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

PARÁGRAFO QUARTO - Fica o Contratado obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

**CLÁUSULA OITAVA - DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA**

Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, mediante solicitação expressa ao IFAL, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados a taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

I = (TX/100)

365

EM = I x N x Vp, onde:

EM = Encargos moratórios;

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

Vp = Valor da parcela em atraso.

PARÁGRAFO ÚNICO - O Contratado não fará jus à atualização financeira a que se refere esta Cláusula, se o atraso decorrer de entrega tardia de documentação exigida, ou da ausência total ou parcial desta, ou de pendência de cumprimento pelo Contratado de qualquer das cláusulas deste Contrato.

**CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS**

A execução deste Contrato será acompanhada e fiscalizada por um ou mais servidores responsáveis, designados pelo Contratante, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/1993.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A execução da obra será acompanhada e fiscalizada por servidor(es) da equipe de técnica do IFAL, para tanto instituída, devendo:

a) promover o acompanhamento e as avaliações das etapas executadas, observado o disposto no Cronograma Físico-Financeiro e as exigências estabelecidas no Edital e no presente Contrato; e

b) atestar os documentos referentes à conclusão de cada etapa, nos termos Contratados, para efeito de pagamento.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Além do acompanhamento e da fiscalização dos serviços, o(s) servidor(es) da equipe técnica deverá(ão) sugerir à autoridade competente que suste qualquer trabalho que esteja sendo executado em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se tornar necessária.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O Contratado providenciará e manterá Diário de Obras (livro de capa resistente), com, no mínimo, três vias, com páginas numeradas e rubricadas pela fiscalização, onde serão anotadas todas as ocorrências, conclusão de eventos, atividades em execução formais, solicitações e informações diversas que, a critério das partes, devam ser objeto de registro, conforme modelo indicado pelo IFAL.

PARÁGRAFO QUARTO - O Diário de Obras é propriedade do IFAL e ao final da obra será incorporado ao processo administrativo da contratação e execução da obra.

PARÁGRAFO QUINTO – O(s) membro(s) da fiscalização anotará(ão) em Diário de Obra, a ser fornecido pelo Contratado, bem como em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

PARÁGRAFO SEXTO - O Diário de Obra deverá ter todas as suas páginas numeradas em ordem sequencial e rubricadas pela fiscalização, cabendo ao responsável técnico do Contratado o seu preenchimento. Será dada ciência do preenchimento do Diário à fiscalização dos serviços, que efetuará no Diário as anotações mencionadas nesta Cláusula.

PARÁGRAFO SÉTIMO - O Contratado deverá indicar preposto para representá-la sempre que for necessário, durante o período de vigência do Contrato e manter disponível, durante a execução da obra, o engenheiro responsável pela obra.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA GARANTIA**

Como garantia das obrigações assumidas, o Contratado prestará, em uma das modalidades descritas no art. 56, da Lei n° 8.666/93, no valor de **R$ XXXXXXXXX**, equivalente a 5% (cinco por cento) do valor global do Contrato, no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da assinatura deste contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A garantia prestada ficará retida enquanto o Contrato estiver em vigor, sendo liberada no prazo de até 90 (noventa) dias, após a data do vencimento do Contrato, desde que cumpridos todos os seus termos e condições.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A garantia prestada responderá para ressarcimento da Contratante e dos valores das multas e indenizações a ela devidos, por danos causados a terceiros pelo Contratado e por quaisquer obrigações não cumpridas pelo Contratado previstas no ordenamento jurídico, devendo ser integralizada, num prazo máximo de 10 (dez) dias, sempre que dela forem deduzidos quaisquer valores.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Sempre que ocorrer alteração contratual em decorrência de prorrogação e/ou acréscimo de quantitativo do objeto do Contrato, o Contratado, no prazo de 10 (dez) dias da assinatura do Termo Aditivo, prestará garantia suplementar no percentual de 5% (cinco por cento) do valor acrescido, que poderá ser em qualquer das modalidades e condições estabelecidas nesta cláusula.

PARÁGRAFO QUARTO - A qualquer tempo, mediante comunicação ao Contratante, poderá ser admitida a substituição da garantia, observadas as modalidades previstas neste contrato e o disposto no art. 65, inciso II, alínea “a”, da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO QUINTO - A perda do valor da garantia em favor do Contratante, por rescisão decorrente de inadimplemento contratual do Contratado, far-se-á de pleno direito, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial e sem prejuízo da aplicação das demais sanções previstas neste Contrato e na legislação correlata.

PARÁGRAFO SEXTO - O descumprimento de qualquer das obrigações previstas nesta Cláusula ensejará a aplicação de penalidade, garantido o contraditório e a ampla defesa.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A Contratante não executará a garantia na ocorrência das hipóteses previstas nos incisos XII a XVII do art. 78, da Lei 8.666/1993, devendo haver sua devolução ao Contratado.

PARÁGRAFO OITAVO - Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas no Parágrafo sétimo desta Cláusula.

PARÁGRAFO NONO - Será considerada extinta a garantia:

a) com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

b) no prazo de 90 (noventa) após o término da vigência, caso a Contratante não comunique a ocorrência de sinistros.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

A despesa com a execução do presente Contrato correrá à conta da dotação orçamentária conferida ao Contratante para o exercício de XXXX, sob a seguinte classificação da despesa: Ação Orçamentária: XXX, Natureza da Despesa: XXXXX, Fonte: XXXXXXX.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO EMPENHO DA DESPESA**

Os recursos necessários ao atendimento da despesa inerente ao presente Contrato estão regularmente inscritos na Nota de Empenho nº XXXXXX, de XXXX, no valor de R$ XXXX.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

O presente Contrato deverá ser fielmente executado pelas partes, as quais se obrigam a obedecer as seguintes normas:

PARÁGRAFO PRIMEIRO - São obrigações do Contratante:

a) Proporcionar todas as facilidades para que o Contratado possa desempenhar seus serviços, dentro das normas deste contrato;

b) Autorizar o início das obras e permitir o livre acesso dos empregados da Contratada ao local;

c) Ordenar a desocupação do local de equipamentos e pessoas até a emissão da Ordem de Serviço;

d) Prestar aos funcionários da CONTRATADA todas as informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados sobre os serviços.

e) Acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução do contrato;

f) Atestar notas fiscais/faturas e efetuar os pagamentos ao Contratado;

g) Efetuar o pagamento da última etapa após o recebimento definitivo do serviço;

h) Notificar o Contratado da aceitação definitiva do serviço, após a vistoria e recebimento definitivo deste;

i) Efetuar a devolução da garantia ao Contratado após o recebimento definitivo do serviço;

j) Aplicar as sanções administrativas contratuais.

l) Apreciar através do fiscal da Contratante os serviços apresentados, após a conclusão de cada etapa da obra, podendo ser aceitos ou rejeitados, fazendo observações por escrito daquilo que julgar necessário à sua perfeita conclusão;

m) Rejeitar qualquer serviço executado equivocadamente ou em desacordo com as orientações do IFAL, ou com as exigências das normas técnicas, dos Projetos, do Edital de Licitação e seus anexos, que são partes integrantes deste Contrato;

n) Solicitar que seja refeito o serviço recusado, adequando-o aos projetos, às especificações constantes do Edital da Licitação e seus anexos e às normas técnicas;

o) Receber provisória e definitivamente a obra, se os serviços forem executados de acordo com as exigências dos Projetos, do Edital da Licitação e seus anexos, com a Proposta, com o presente Contrato e com as normas que disciplinam o objeto da contratação, principalmente as normas técnicas;

p) Receber os projetos complementares e o executivo “as built” somente com assinatura do técnico responsável, com a devida Anotação de Responsabilidade Técnica – ART/ Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA-AL / Conselho de Arquitetura e Urbanismo CAU-BR e a aprovação nos órgãos competentes, caso seja exigida;

PARÁGRAFO SEGUNDO – São obrigações do Contratado:

1. Agir de boa-fé ao executar a obra objeto deste Contrato de acordo as exigências do Edital da Licitação, com a melhor técnica, utilizando materiais de primeira qualidade e cumprindo todas as normas técnicas;
2. Fornecer os originais dos projetos atualizados e aprovados, passando os mesmos a pertencerem à Contratante e a fazerem parte integrante do presente Contrato, cedendo todos os direitos patrimoniais sobre os projetos elaborados, objeto da presente licitação, incluindo o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinente a concepção, desenvolvimento e meios de qualquer natureza, sendo inclusive responsável pela obrigação de efetuar a Anotação de Responsabilidade Técnica junto ao CREA e/ou Registro de Responsabilidade Técnica junto ao CAU/BR de todos os projetos e de aprová-los nos órgãos competentes;
3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções apontadas pela Contratante, resultantes da execução ou dos materiais utilizados, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados da ciência, ou no prazo para tanto estabelecido pela fiscalização;
4. Cumprir quaisquer formalidades e pagar as multas porventura impostas pelas autoridades competentes, decorrentes da execução da obra ou serviços ora Contratados;
5. Manter o devido sigilo técnico e comercial quanto aos serviços objeto do presente Contrato;
6. Facilitar e permitir a Contratante a qualquer momento, a realização de vistoria e acompanhamento dos serviços, sem que isso incorra em isenção de responsabilidade da Contratada, assegurado, a qualquer tempo, o direito à plena fiscalização dos serviços licitados, permitindo o livre o acesso dos fiscais a todo o local de execução da obra, a todos os projetos e documentação correlata, permitindo a retirada de documentos e projetos pelos fiscais para diligências, tudo independentemente de comunicação a Contratada;
7. Responder por todo e qualquer dano que causar a Contratante, a terceiros, ou aos bens de propriedade da Contratante, ainda que culposo, quando esse tenha sido ocasionado por seus prepostos, empregados ou mandatários durante a execução da obra, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante, assegurando à Contratante, em qualquer caso, o exercício do direito de regresso, pela via administrativa, que após o devido processamento e garantido o direito de defesa, o prejuízo ensejará o desconto de valores devidos ou inscrição do débito em dívida ativa;
8. Realizar suas atividades utilizando profissionais qualificados e em número suficiente, cabendo-lhe total e exclusiva responsabilidade pelo integral atendimento de toda a legislação pertinente aos serviços prestados e que lhe atribua responsabilidades, com ênfase na tributária, civil, previdenciária e trabalhista;
9. Manter os seus técnicos uniformizados e identificados por crachá, quando em trabalho, devendo substituir imediatamente qualquer um deles que seja considerado inconveniente à boa ordem e às normas disciplinares da Contratante;
10. Manter durante toda a vigência do Contrato a garantia integralizada, reforçando-a ou reconstituindo-a quando se fizer necessário;
11. Manter-se em compatibilidade com as obrigações assumidas e com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital, sob pena de rescisão do contrato e a execução da garantia para ressarcimento dos valores e indenizações devidos à Administração, além das penalidades já previstas em lei (arts. 55, inciso XIII, 78, inciso I, 80, inciso III, 81, 86 a 88, da Lei nº 8.666/1993 e art. 47, da Lei nº 12.462/2011);
12. Comunicar a Contratante qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários pela Contratante, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;
13. Ser responsável, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução da obra, arcar com todas as despesas decorrentes da contratação e, ainda, assumir a inteira responsabilidade por quaisquer acidentes que possam vitimar seus empregados, quando em serviço, e por todos os direitos que as leis trabalhistas lhes assegurem;
14. Providenciar, por conta própria, toda a sinalização necessária à execução da obra, no sentido de evitar qualquer tipo de acidente e cumprir as normas de segurança no trabalho;
15. Arcar com despesa decorrente de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus empregados na obra ou no recinto da Contratante;
16. Assumir inteira e total responsabilidade pela execução de acordo com os projetos, pela resistência, estanqueidade e estabilidade de todas as estruturas da obra a executar;
17. Remover entulho e todos os materiais que sobrarem, promovendo a limpeza do local da obra, durante todo o período de execução e, especialmente, ao seu final;
18. Submeter a Contratante, antes do início dos trabalhos, a relação nominal de seu pessoal técnico envolvido com a execução da obra, para o fim previsto no artigo 30, §10º da Lei nº 8.666/1993;
19. Responsabilizar-se pela perfeita execução e completo acabamento dos serviços Contratados, obrigando-se a prestar assistência técnica e administrativa necessária para assegurar os andamentos convenientes dos trabalhos;
20. Providenciar, após a assinatura do Contrato, a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART no CREA/AL e/ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT no CAU/BR onde os serviços serão realizados, promover a matrícula da obra, aprovação do projeto básico e o licenciamento da obra junto aos órgãos competentes, entregando uma via a Contratante, antes do início da execução dos serviços da obra;
21. Garantir todos os serviços executados, contados a partir da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo, conforme preceituado pelo Código Civil Brasileiro;
22. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, garantindo que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a Contratante, bem como assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionados à execução dos serviços, originalmente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência e pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução deste Contrato;
23. Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no decorrer da execução deste Contrato ou em conexão, com eles, ainda que acontecido em dependência da Contratante;
24. Entregar o projeto executivo “as built”, providenciar a baixa da matrícula da obra e obter o termo de habite-se, como condição para a conclusão total dos serviços;
25. Apresentar manual de uso e manutenção do produto final do serviço, contendo cada aspecto das instalações, infraestrutura e estrutura; informando a periodicidade de manutenção, cuidados com intervenções futuras e listagem de aparelhos com indicação dos fornecedores e as devidas garantias de cada aparelho. Para tanto, deverá seguir as diretrizes da NBR 14307:2011 – Manual de operação, uso e manutenção das edificações (Conteúdo e recomendações para elaboração e apresentação) e quaisquer outras normas aplicáveis;
26. Manter engenheiro(s) e/ou arquiteto(s) residentes(s) na obra quando previsto no edital e em seus anexos;

PARÁGRAFO TERCEIRO – Além das obrigações elencadas no parágrafo anterior, faz parte integrante desta cláusula as obrigações previstas no Edital e seus anexos, em especial o Item “7. Das obrigações da contratada” constante no Projeto Básico, bem como as demais previsões legais.

PARÁGRAFO QUARTO – objeto será executado diretamente pela Contratada. Porém, será permitida a subcontratação de até 30% da obra, desde que submetida à aprovação prévia e expressa da Contratante, para os seguintes itens: pintura, forro, rede de alimentação dos hidrantes, extintores, iluminação e sinalização de emergência. Só será admitida a subcontratação de serviços para profissionais ou empresas do ramo pertinente, com qualificação técnica compatível com o serviço que pretenda executar. Dentre os serviços a serem subcontratados, o de instalação de extintores, iluminação e sinalização de emergência deverá ser exclusivo para microempresas e/ou empresas de pequeno porte conforme disposto nos art. 47 e 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

PARÁGRAFO QUINTO – A responsabilidade da Contratada é integral para o serviço objeto de contratação nos termos do Código Civil Brasileiro.

PARÁGRAFO SEXTO – No caso de fusão, cisão ou incorporação da empresa vencedora da licitação, o IFAL deverá ser comunicado por escrito sobre estas mudanças que só aceitará a nova empresa, se destas transformações não resultarem prejuízos à execução dos serviços, que sejam observados, pela nova empresa, os requisitos de habilitação e qualificação originalmente previstos na licitação e que sejam mantidas todas as condições estabelecidas no contrato original.

PARÁGRAFO SÉTIMO – A Contratada assumirá a responsabilidade e o ônus pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais e municipais, seguro geral da obra (seguro de riscos da construção e de acidente do trabalho), que incidam ou venham a incidir sobre os serviços objeto deste Contrato e apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pela Contratante.

PARÁGRAFO OITAVO – A presença da fiscalização não implica na diminuição da referida responsabilidade.

PARÁGRAFO NONO – A Contratada, em nenhuma hipótese, poderá alegar desconhecimento dos elementos do projeto, mesmo que estes não estejam explícitos na planilha orçamentária, responsabilizando-se por eventuais erros ou omissões verificados durante a execução do serviço.

PARÁGRAFO DÉCIMO – Essa alegação pode ser considerada como incapacidade técnica.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – Em caso de possíveis dúvidas na interpretação dos projetos prevalecem às especificações presentes no memorial descritivo ou o determinado pelo autor dos mesmos. Em quaisquer divergências entre as medidas apresentadas em desenhos e cotas verificadas, prevalecerão estas últimas.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – No caso de não estarem os trabalhos sendo conduzidos de acordo com os desenhos, especificações e instruções fornecidas ou aprovadas por este Contratante, ou de modo geral com as regras da arte de construir, poderá a Contratante determinar a paralisação total ou parcial dos trabalhos defeituosos, bem como a demolição e reconstrução dos mesmos, que será realizada pela Contratada. Do mesmo modo deverão ser removidos do local da obra pela Contratada, os materiais resultantes dessas demolições e aqueles que não atenderem aos padrões de aceitação estabelecidos.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

Nos termos do Art. 87 da Lei 8.666/93, a Contratante poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao Contratado, as seguintes penalidades:

**1 –** **Advertência -** por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação. Feita através de notificação por meio de ofício, mediante contrarrecibo do representante legal do Contratado;

**2 – Multa Moratória -** limitada a 10% do valor global atualizado do Contrato, sob pena de configurar-se o inadimplemento, conforme abaixo especificado:

a) De 0,5% sobre o valor global da contratação, por dia de atraso injustificado no início da prestação, após a emissão da ordem de serviço, limitada sua aplicação, até o máximo de dez dias, independentemente das demais sanções cabíveis. Após o 10º dia de atraso, os serviços poderão, a critério do Contratante, não mais serem aceitos, configurando-se a inexecução total do contrato, com as consequências previstas em lei e neste instrumento;

b) 5,0% pelo não cumprimento dos prazos estabelecidos no Cronograma Físico-Financeiro, por ocorrência, calculados sobre o valor da etapa não executada, até a efetiva regularização;

c) 0,2% pela suspensão ou interrupção, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, dos serviços contratuais por dia, calculados sobre o valor global atualizado do Contrato;

d) Com percentual de acordo com o grau de infração disposto na tabela abaixo:

|  |  |
| --- | --- |
| **MODALIDADE** | **CORRESPONDÊNCIA** |
| 1 | 0,1% por ocorrência sobre o valor global atualizado do Contrato; |
| 2 | 0,1% por dia sobre o valor global atualizado do Contrato; |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **INFRAÇÃO** | | |
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO** | **GRAU** |
| 01 | Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais; | 02 |
| 02 | Manter trabalhador sem qualificação exigida para executar os serviços Contratados, ou deixar de substituir trabalhador quando exigido pela FISCALIZAÇÃO, por trabalhador; | 01 |
| 03 | Permitir a execução de serviços sem utilização de EPI/EPC ou a presença de trabalhador fora dos locais em que estão realizados os serviços, por trabalhador; | 01 |
| 04 | Não apresentação da garantia no prazo; | 02 |
| 05 | Deixar de zelar pelas instalações do IFAL ou de terceiros; | 01 |
| 06 | Deixar de cumprir determinação formal ou instrução da FISCALIZAÇÃO; | 02 |
| 07 | Pela recusa em refazer qualquer serviço que vier a ser rejeitado, caracterizada se a medida não se efetivar no prazo máximo de 05 (cinco) dias, ou no prazo para tanto estabelecido pela fiscalização, contado da data de rejeição; | 02 |
| 08 | Pela recusa em substituir qualquer material defeituoso empregado na execução da obra, que vier a ser rejeitado, caracterizada se a substituição não ocorrer no prazo máximo de 5 (cinco) dias, ou no prazo para tanto estabelecido pela fiscalização, contado da data da rejeição; | 02 |
| 09 | Deixar de cumprir quaisquer dos itens do edital e de seus anexos não previstos nesta tabela de multas, por item e por ocorrência; | 01 |

**3 –** **Impedimento de licitar/Contratar** – o Contratado ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no instrumento convocatório e no contrato, bem como das demais cominações legais, implicando, ainda, no seu descredenciamento dos sistemas de cadastramento dos entes federativos que compõem a Autoridade Pública, quando:

a) convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato, inclusive nas hipóteses previstas no parágrafo único do art. 40 e no art. 41 da Lei nº 12.462/2011, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida;

b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documento falso;

c) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

d) não mantiver a proposta, salvo se em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado;

e) fraudar a licitação ou praticar atos fraudulentos na execução do contrato;

f) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; ou

g) der causa à inexecução total ou parcial do contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A multa moratória, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia prestada pelo Contratado, não impedindo que o IFAL rescinda unilateralmente o Contrato e aplique quaisquer das demais sanções previstas nesta Cláusula, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Se a multa moratória for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o Contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo Contratante ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Não havendo interesse do Contratante na execução do objeto, total ou parcialmente, em razão do descumprimento por parte do Contratado de qualquer das condições avençadas, será ser aplicada a multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor global atualizado do contrato.

PARÁGRAFO QUARTO - Comprovado o impedimento ou reconhecida a força maior, devidamente justificados e aceitos pela Administração do Contratante, o Contratado ficará isento das penalidades mencionadas.

PARÁGRAFO QUINTO - A mora no cumprimento da obrigação, além de sujeitar o Contratado à aplicação de multa, autoriza o IFAL, em prosseguimento ou na reincidência, a rescindir o Contrato e a punir o Contratado faltoso com a aplicação das demais sanções desta Cláusula.

PARÁGRAFO SEXTO - A prévia defesa do Contratado poderá ser apresentada no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da intimação do ato.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Não conhecido ou improvido o recurso cabível, o valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao IFAL, através de GRU – Guia de Recolhimento da União, informando a UG 158380, a Gestão 26402; o CÓDIGO: 28867-5 e o CNPJ do Contratado, dentro de 3 (três) dias úteis após a respectiva notificação, ficando a contratada obrigada a comprovar o recolhimento, mediante a apresentação da cópia da referida guia. O formulário da GRU poderá ser obtido no sítio da STN, <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru_novosite/gru_simples.asp>.

PARÁGRAFO OITAVO - A aplicação de quaisquer das penalidades previstas neste Edital será comunicada por escrito ao Contratado infrator e registrada no SICAF.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO CONTRATUAL**

A inexecução total ou parcial do Contrato, por parte do Contratado, assegurará ao Contratante o direito de rescisão nos termos do art. 77 e art. 55, inciso IX, bem como nos casos citados no art. 78, todos da Lei nº 8.666/1993, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A rescisão do Contrato, nos termos do artigo 79 da Lei nº 8.666/1993, poderá ser:

a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração do Contratante nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/1993;

b) amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no respectivo processo, desde que haja conveniência para o Contratante, devendo ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente;

c) judicial, nos termos da legislação.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A rescisão contratual fundada na alínea *a* do parágrafo anterior, sem prejuízo das sanções previstas neste Contrato, acarreta as seguintes consequências:

a) assunção imediata do objeto do Contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio do Contratante;

b) ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do Contrato, necessários à sua continuidade, na forma do inciso V do art. 58 c/c com o inciso II do art. 80, ambos da Lei nº 8.666/1993;

c) execução da garantia contratual, para ressarcimento do Contratante, e dos valores das multas e indenizações a ele devidos;

d) retenção dos créditos decorrentes do Contrato até o limite dos prejuízos causados ao Contratante.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A aplicação das medidas previstas nas alíneas *a* e *b* do parágrafo anterior fica a critério do Contratante, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

PARÁGRAFO QUARTO - Na hipótese da alínea *b* do parágrafo segundo desta cláusula, o ato deverá ser precedido de autorização expressa do Ministro da Educação.

PARÁGRAFO QUINTO – Determinada a rescisão o Contratante procederá a vistoria e levantamento dos serviços executados, dos equipamentos e materiais do acervo existente, que servirão de base para o acerto final de contas, se for o caso.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA ENTREGA DO SERVIÇO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO**

Executada integralmente a obra e cumpridas todas as obrigações objeto deste Contrato, o Contratado deverá comunicar oficialmente ao Contratante, mediante correspondência escrita, até o 5º (quinto) dia após a data fixada para conclusão dos mesmos e o recebimento efetivar-se-á no seguintes termos:

a) Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, em até 15 (quinze) dias corridos, contados da data da comunicação escrita de execução total do objeta Contratada feita pela Contratada, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, em três vias, onde serão discriminados todos os serviços objeto do Contrato, para posterior verificação da sua conformidade com todos os elementos técnicos que serviram de base para a contratação;

b) Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, em três vias, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da Lei nº 8.666/1993, não podendo ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados e previstos no Edital.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo Contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - No termo de recebimento definitivo serão elencadas todas as situações do recebimento, como também a descrição detalhada dos serviços recebidos, comprovando a adequação do objeto licitado aos termos contratuais.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Caso a Administração não aceite os serviços, poderá conceder novo prazo ao Contratado, para que, às suas expensas, complete ou refaça os serviços rejeitados, reservado o direito de aplicação das penalidades cabíveis. Enquanto tais serviços não forem recebidos definitivamente, o Contratado não poderá emitir faturas a eles correspondentes.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA GARANTIA DO OBJETO DO CONTRATO**

A Contratada se responsabilizará pelo prazo de 05 (cinco) anos por qualquer patologia que vier a surgir no produto final e que comprovadamente estiverem relacionados, tanto à má execução dos serviços de reforma, quanto a empregabilidade de materiais inadequados, contando da data de emissão do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, de acordo com o artigo 73, b, da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Todo e qualquer aparelho ou elemento das instalações que venham apresentar problemas de utilização, caracterizados como defeito de fabricação, manipulação ou transporte, após a aquisição do produto final, deverão ser substituídos pela Contratada. Na impossibilidade de substituição do elemento defeituoso todo ou em parte, a Contratada fica obrigado a ressarcir o valor da compra, devidamente atualizado pela variação do Índice Geral de Preços – Disponibilidade interna (IGP-DI), apurado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO**

A publicação do presente Contrato e seus aditamentos deverão ser providenciadas pelo Contratante em extrato no Diário Oficial da União, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo máximo de até 20 (vinte) dias daquela data, na forma prevista no parágrafo único, do art. 61, da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS CASOS OMISSOS**

A execução do Contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, da Lei 8.666/93, combinado com o inciso XII, do artigo 55, do mesmo diploma legal, desde que não contrários às previsões da Lei nº 12.462/2011 e alterações, Lei nº 13.243/2016 e Decreto nº 7.581/2011 e demais normas correlatas.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO**

O foro da Seção Judiciária da Justiça Federal na cidade de Maceió/AL é o único competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente contratação.

E, para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado e Contratado, é lavrado o presente Contrato, em 03 (três) vias de igual teor e forma, de acordo com o artigo 60 da Lei nº 8.666/1993, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes e testemunhas abaixo nomeadas.

Maceió(AL), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 201\_.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Representante do Contratante Representante do Contratado

**Testemunhas:**

**Nome:**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ **CPF:** \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**Nome:**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ **CPF:** \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

Declaramos, sob as penas da lei, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade RDC n.º. 05/2016, instaurado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas, de que atendemos aos critérios de sustentabilidade ambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente, conforme estabelece a Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2011, nos casos em que a referida instrução se aplica ao objeto.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

............................,.......de............................de 2016.

Identificação do Responsável pela empresa

(Nome, RG e CPF)

**ANEXO VIII – DECLARAÇÕES DIVERSAS**

**ASSUNTO:** Adequações das instalações de combate a incêndio e pânico e Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas no Campus Marechal Deodoro do **INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – IFAL.**

**- NECESSIDADE DE JUNTADA DOS LAUDOS DE SONDAGEM E TOPOGRAFIA DO TERRENO E/OU LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO**

Como o serviço consiste, basicamente, em reformas internas de ambientes preexistentes, predominando atividades de demolição, de remoção de forros, instalações de combate a incêndio e pânico, entre outros, ações que não geram grandes alterações estruturais, considera-se dispensável a juntada de laudos de sondagem e de plantas de topografia do terreno ou levantamento planialtimétrico do local.

**- LICENCIAMENTO AMBIENTAL**

Como o serviço objeto da licitação não faz parte de nenhum dos itens listados no artigo 2° da Resolução CONAMA N° 001, de 23 de janeiro de 1986, não se faz necessária a elaboração de estudo de impacto ambiental e de respectivo relatório de impacto ambiental – EIA - RIMA.

Esse tipo de serviço também não faz parte da listagem constante no Anexo 01 da Resolução CONAMA N° 237 de 19 de dezembro de 1997, portanto também não há necessidade de licenciamento ambiental (licenças prévia, de instalação e de operação).

O projeto de combate a incêndio e pânico foi submetido à análise do Corpo de Bombeiros de Alagoas, o qual se manifestou favorável, emitindo o Auto de Análise Técnica, em anexo.

**- PARCELA DE MAIOR RELEVÂNCIA**

Considera-se como parcelas de maior relevância as que correspondem aos serviços abaixo listados e que os atestados apresentados para a sua comprovação contenham os quantitativos mínimos relacionados, SENDO ADMITIDA A SOMA DE atestados afim de que todos os serviços sejam contemplados. Entende-se como pertinente e compatível, o(s) atestado(s) que comprove(m) a realização anterior das parcelas de maior relevância, com os seguintes quantitativos mínimos:

* **Lançamento de cabo de cobre nu** com quantidade equivalente a, pelo menos, 500 (quinhentos) metros;
* **Instalação de ponto de detector de fumaça** endereçável **-** com quantidade equivalente a, pelo menos, 51 pontos.

**O item referente ao Sistema de Detecção, apesar de não ser item de maior relevância, conforme Curva ABC, é considerado de inteira importância por se tratar de execução de instalações de detecção de incêndio.**

**- DECLARAÇÃO DE ORÇAMENTO**

Conforme indicado na planilha orçamentária, as fontes de seus preços foram o SINAPI de Março de 2016 (COM DESONERAÇÃO), o ORSE/ CEHOP de Sergipe de Fevereiro de 2016, além de pesquisas de mercado. Em alguns casos foram elaboradas composições de custos unitários que seguem em anexo ao orçamento. Seguem ainda em anexo cotações feitas no mercado. As composições do SINAPI e do ORSE/CEHOP estão disponíveis na Internet e podem ser consultadas a partir dos códigos que constam junto de cada item da planilha orçamentária.

**- NECESSIDADE DE PARCELAMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO**

O parcelamento da presente obra é considerado inviável tecnicamente, pois consiste em um conjunto de serviços interdependentes, ou seja, para que um inicie é preciso que o anterior seja concluído. Desse modo, uma empresa ficaria dependente da outra, o que poderia gerar uma série de transtornos que resultariam no atraso da obra e em possíveis prejuízos financeiros. Além disso, a logística necessária para esse tipo de parcelamento pode vir a prejudicar o funcionamento da Instituição, pois a quantidade de canteiros de obras e de funcionários seriam maiores, dificultando ainda a fiscalização por parte da Administração. Tal parcelamento também não apresenta nenhuma vantajosidade econômica para a Administração.

**- BDI**

*- BDI DIFERENCIADO*

Não foram identificados na planilha orçamentária itens que necessitem de BDI, os descritos no parágrafo 2º do artigo 9º do Decreto Federal 7.983 de 2013.

*-LIMITES DO BDI*

Foi feita a composição do **BDI** (em anexo) para os serviços normais cujo valor foi de **27,33%** (vinte e sete vírgula trinta e três por cento), considerando regime licitatório por empreitada por preço unitário. Por tanto admitindo-se este como valor máximo de BDI. Cabe ainda destacar que o valor de BDI calculado baseou-se nas recomendações do Acórdão 2622/2013 (Plenário) do TCU, com a ressalva que a desoneração do INSS passou se 2% para 4,5% de acordo com a Lei 13.161/2015.

**- POSSIBILIDADE DE SUBCONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS**

O objeto será executado diretamente pela CONTRATADA. Será permitida a subcontratação de até 30% da obra para os seguintes itens: pintura, forro, rede de alimentação dos hidrantes; extintores, iluminação e sinalização de emergência. A subcontratação ainda deverá ser submetida à aprovação prévia e expressa da Administração. Só será admitida a subcontratação de serviços para profissionais ou empresas do ramo pertinente, com qualificação técnica compatível com o serviço que pretenda executar. Dentre os serviços a serem subcontratados, o de instalação de extintores, iluminação e sinalização de emergência deverá ser exclusivo para microempresas e/ou empresas de pequeno porte conforme disposto nos art. 47 e 48 da lei complementar 123, de 14 de dezembro de 2006.

**- POSSIBILIDADE DE CONSÓRCIO PARA A EXECUÇÃO DO SERVIÇO**

Tendo em vista que a complexidade e o valor da obra já permitem a participação no certame de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), asseguradas as vantagens da Lei Complementar 123/2006 nos artigos 43, 44 e 45, entende-se que inclusão de consórcio no certame se faz redundante do ponto de vista da competitividade. Ou ainda pode prejudicar a competitividade das ME e EPP, já que duas ou mais empresas podem se juntar para realizar uma única proposta, fazendo uma disputa desigual. Assim, considera-se que não há necessidade de consórcio para a execução da presente obra.

**- LIMITAÇÃO DE ADITAMENTO**

O CONTRATADO ficará obrigado a aceitar os acréscimos e supressões que se fizerem necessários na presente obra até o limite de 50% (cinquenta por cento) do valor global atualizado do Contrato, obedecendo-se as condições inicialmente previstas, conforme Art. 65 da Lei nº8.666/1993.

**-PROJETO EXECUTIVO**

O projeto de combate a incêndio e do Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA) está detalhado de modo a minimizar dúvidas durante a execução e, inclusive, foi aprovado pelo Corpo de Bombeiros de Alagoas. Desse modo, o projeto apresentado já é um projeto executivo.

Maceió, 20 de Maio de 2016.

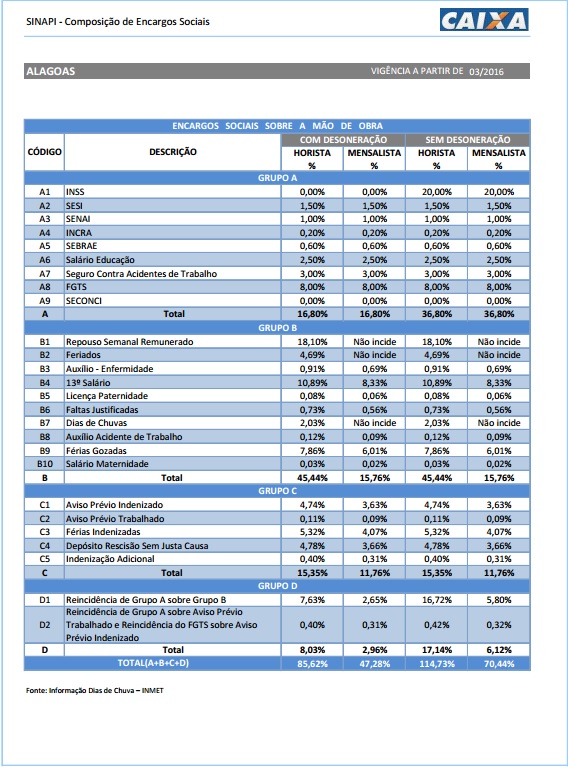
Alexandre Correia da Silva

RNP/C

**ANEXO IX – MODELO BDI**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **BDI - BENEFÍCIOS E DESPESAS INDIRETAS Considerações sobre BDI para a obra de construção do Campus Reforma da calçada externa do Campus Maceió do Instituto Federal de Alagoas (IFAL).** | | | |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
| FÓRMULA BÁSICA: | |  | | --- | |  | |  |  |
|  |  |  |  |
| Onde: |  |  |  |
|  |  |  |  |
| BDI = bonificação e despesas indiretas; | | |  |
| AC = administração central; | | |  |
| S = taxa representativa de seguros; | | |  |
| R = taxa representativa de riscos; | | |  |
| G = taxa representativa de garantias; | | |  |
| DF = despesas financeiras; | | |  |
| L = lucro; |  |  |  |
| I = taxa representativa da incidência de Impostos. | | |  |
|  |  |  |  |
|   **AC – Administração Central:** | | |  |
| O escritório central é apenas um gerador de despesas; | | | |
| As obras rateiam os custos da sede e remetem mensalmente uma cota proporcional ao porte de cada contrato; | | | |
| Para obra em questão foi utilizado do valor do 1º Quartil apresentado no “Acórdão nº 2622/2013 – TCU – Plenário”, | | | |
|  | | | |
| *Construção de Edifícios:* | | |  |
| *Administração Central* | *1º Quartil* | *Média* | *3º Quartil* |
| *3,00%* | *4,00%* | *5,50%* |
|  |  |  |  |
|  | **AC =** | **3,00%** |  |
|  |  |  |  |
| Segue a descrição de gastos da administração central: | | |  |
|  |  |  |  |
| **DESPESAS A SEREM COBERTAS** | | | |
| **Pessoal** | **Pró-labore dos sócios, salário dos diretores, gerentes, secretárias, técnicos, estagiários, motoristas, contínuos, etc.** | | |
| **Instalações físicas** | **Aluguel e manutenção dos imóveis, incluindo os impostos cabíveis (IPTU).** | | |
| **Despesas correntes** | **Água, luz, telefone, internet, correios, jornais e revistas, material de expediente e de limpeza, etc.** | | |
| **Veículos e equipamentos** | **Utilitários, fotocopiadores, ploteres, faxes, computadores, ar condicionados, etc.** | | |
| **Serviços de terceiros** | **Consultoria para estudos de obras, assessoria contábil e jurídica, publicidade, serviços gráficos, auditoria, treinamento de pessoal, etc.** | | |
| **Diversos** | **Anuidades (CREA, Sindicatos), aquisição de editais, seguros, viagens, brindes, etc.** | | |
|  |  |  |  |
|   **S + G – Seguros + Garantias** | | |  |
|  |  |  |  |
| Diante das particularidades da obra, que trata-se de uma reforma, utiliza-se o valor do 3º Quartil apresentado no “Acórdão nº 2622/2013 – TCU – Plenário”: | | | |
|  |  |  |  |
| *Construção de Edifícios:* |  |  |  |
| *Seguro + Garantia* | *1º Quartil* | *Média* | *3º Quartil* |
| *0,80%* | *0,80%* | *1,00%* |
|  |  |  |  |
|  | **S + G=** | **1,00%** |  |
|  |  |  |  |
| Conforme bem salientado no relatório que antecede o Acórdão 2.369/2011- TCU-Plenário, “em um orçamento de obra, por mais detalhado e criterioso que seja, é impossível prever com exatidão todas as peculiaridades do projeto”, ou seja sempre há um risco inerente. | | | |
| Foi adotado o valor do 1º Quartil, já que a licitação será realizada por **Regime de Empreitada por Preços Unitários**, pois neste caso, a Administração assume os riscos das variações de quantitativos. | | | |
|  |  |  |  |
| *Construção de Edifícios:* | | |  |
| *Riscos* | *1º Quartil* | *Média* | *3º Quartil* |
| *0,97%* | *1,27%* | *1,27%* |
|  |  |  |  |
|  | **R =** | **0,97%** |  |
|  |  |  |  |
|   **DF - Despesas Financeiras** | | |  |
|  |  |  |  |
| Utilizou-se o valor do médio apresentado no “Acórdão nº 2622/2013 – TCU – Plenário”: | | | |
|  |  |  |  |
| *Construção de Edifícios:* | | |  |
| *Custo Financeiro* | *1º Quartil* | *Média* | *3º Quartil* |
| *0,59%* | *1,23%* | *1,39%* |
|  |  |  |  |
|  | **DF =** | **1,23%** |  |
|  |  |  |  |
|   **L - Lucro líquido esperado** | | |  |
|  |  |  |  |
| Para que o contrato seja mais atrativo, visto que trata-se de uma obra de pequeno porte | | | |
| Foi utilizando o valor do 2º Quartil apresentado no “Acórdão nº 2622/2013 – TCU – Plenário”: | | | |
|  |  |  |  |
| *Construção de Edifícios:* | | |  |
| *Lucro* | *1º Quartil* | *Média* | *3º Quartil* |
| *6,16%* | *7,40%* | *8,96%* |
|  |  |  |  |
|  | **L =** | **7,40%** |  |
|  |  |  |  |
|   **I - Impostos** | |  |  |
|  |  |  |  |
| ISS - 5% x 50% (mão de obra) = **2,50%** (*atende) -> Máximo acordão 2369/2011 = 3,0%* | | | |
| COFINS - **3,0%** (atende) -> *Mínimo, médio e máximo acordão 2369/2011 = 3,0%* | | | |
| PIS - **0,65%**  (atende) -> *Mínimo, médio e máximo acordão 2369/2011 = 0,65%* | | | |
|  |  |  |  |
|  | **I =** | **6,15%** |  |
|  |  |  |  |
|   **CÁLCULO DO BDI:** | | |  |
| Subistituindo os valores das considerações feitas na fórmula apresentada inicialmente tem-se um BDI de | | | |
|  |  |  |  |
|  | **BDI =** | **21,60%** |  |
|  |  |  |  |
| Uma vez que o orçamento foi elaborado considerando a desoneração instituída pela Lei 12.844/13 e alterada o percentual pela lei 13.161/15, deve-se incluir no BDI o percentual compensatório de 4,5% sobre o lucro bruto relativo à Contribuição Previdenciária sobre a Renda Bruta (CPRB), conforme cálculo a seguir: | | | |
| |  | | --- | |  | |  |  |  |
|  | | | |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  | **BDI (DESONERAÇÃO)** | |  |
|  | **27,33%** | |  |
|  |  |  |  |
| ***OBS.: A adimistração local da obra será de 8,44% do valor do orçamento, ou seja, dentro do limite estabelecido no “Acórdão nº 2622/2013 – TCU – Plenário” que é de 3,49% a 8,87%*** | | | |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  | ALEXANDRE CORREIA DA SILVA |  |
|  |  | Engº Segurança do Trabalho |  |
|  |  | CREA RNP 020783544-6 |  |

**ANEXO X – ENCARGOS SOCIAIS**



**ANEXO XI – DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

**PROCESSO Nº 23041.013199/2016-21**

**RDC Nº 05/2016**

**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

. . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . ., inscrita no CNPJ no . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . , por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) . . . . . . . . . . . . .. . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . ., portador(a) da Carteira de Identidade nº . . . . . . . . . . . . . . . e do CPF no . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . ., DECLARA, para fins do disposto no **Edital de RDC Nº 05/2016**, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, Que esta empresa, na presente data, é considerada:

**( ) MICROEMPRESA**, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

**( ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE,** conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº123, de 14/12/2006.

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

. . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . .

(data)

. . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . .

(representante legal)

OBS. 1 ) Assinalar com um “X” a condição da empresa.